

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE PESCADORES ARTESANAIS DE
LAGOSTA NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, CEARÁ.

DANIELLE VIANA RODRIGUES

FORTALEZA

2013

DANIELLE VIANA RODRIGUES

**ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE PESCADORES ARTESANAIS DE
LAGOSTA NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, CEARÁ.**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Área de concentração: Organização do espaço e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Rogério César de Pereira Araújo

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós-Graduação em Economia Agrícola

R612a Rodrigues, Danielle Viana

Análise dos conflitos entre pescadores artesanais de lagosta no município de Icapuí,
Ceará. / Danielle Viana Rodrigues. – 2013.
113f. : il., color. enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências
Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Organização do espaço e Desenvolvimento Sustentável.
Orientação: Prof. Dr. Rogério César de Pereira Araújo.

1. Conflitos. 2. Atores Sociais. 3. Tipologias de Conflitos na Pesca. I. Título.

CDD: 303.60981

DANIELLE VIANA RODRIGUES

**ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE PESCADORES ARTESANAIS DE
LAGOSTA NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, CEARÁ.**

Dissertação submetida à
Coordenação do Curso de Pós-
Graduação em Economia Rural da
Universidade Federal do Ceará,
Departamento de Economia Agrícola
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento e
Meio Ambiente.

Aprovado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério César de Pereira Araújo (**Orientador**)

Departamento de Economia Agrícola – UFC

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Departamento de Geografia – UFC

Prof^a Dr^a Alessandra Cristina da Silva

Departamento de Engenharia de Pesca – UFC

Prof^a Dr^a Denise Maria Azevedo Ursulino

Instituto Centro de Ensino Tecnológico/CENTEC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter sido minha rocha e principal motivador desta jornada desde o ingresso neste mestrado sempre me fortalecendo em todas as horas.

À minha família, mas principalmente a meu marido Ícaro e a meu filho Matheus por me ajudarem em algumas viagens de campo.

À meu orientador, professor Dr. Rogério César de Araújo, por, mesmo envolvido em seu pós-doutorado, fez-se presente, mesmo estando distante, em orientações *on-line*, aceitando o desafio desta pesquisa já na metade do curso.

À banca composta pelos professores (as) Dr. José Levi Furtado, Dra. Alessandra Cristina da Silva e Dra. Denise Maria Azevedo Ursulino, que tão prontamente se colocaram à disposição para participar da defesa desta dissertação.

À Universidade Federal do Ceará/ UFC que através do programa em desenvolvimento e meio ambiente/PRODEMA tornou possível a realização desta dissertação.

À CAPES/REUNI, órgão de fomento que subsidiou financeiramente com bolsa de estudo este mestrado.

À minha colega de turma, Liane Marli, por ter viajado comigo na maioria das viagens de campo e ter participado ativamente da construção desta dissertação, me auxiliando sempre que possível através de seus conhecimentos de engenheira de pesca.

À minha amiga, Nadja Holanda, que se disponibilizou em me ajudar desde a preparação para a seleção do mestrado até o final dele com informações e contatos valiosos para o resultado final deste trabalho.

A todos os colaboradores de Barrinha e Redonda que participaram corajosamente e pacientemente das entrevistas realizadas.

A todos os representantes de órgãos públicos visitados por dispensarem parte de seu tempo em atenderem-me durante a construção desta pesquisa.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o resultado final desta jornada.

RESUMO

Este estudo analisa os conflitos surgidos entre grupos de pescadores do município de Icapuí, no litoral leste do Ceará, que sobrevive tradicionalmente da pesca da lagosta. Esses conflitos têm se manifestado na forma de intimidações, agressões e confrontos violentos entre pescadores do local que disputam os recursos pesqueiros de um mesmo território de pesca, gerando prejuízos financeiros e até mesmo mortes. Esta pesquisa possui como objetivos específicos o resgate histórico da trajetória da pesca no município desde o início dos conflitos, identificando suas causas; dando voz aos pescadores envolvidos através de seus relatos, além de descrever e analisar os principais atores sociais envolvidos nessas questões a fim de compreender as questões socioeconômicas, ambientais e culturais que permeiam esses conflitos. Para tanto, esta pesquisa adotou o método História de Vida, amplamente empregado nas ciências sociais, além de outros dois métodos frequentemente utilizados em análise de conflitos: Tipologia de Conflitos da Pesca e Análise dos Atores Sociais. A análise dos conflitos proposta pela pesquisa fez uso de dados primários coletados através de um conjunto de técnicas: levantamentos bibliográficos; “método bola de neve”; entrevistas dos tipos informal, estruturada e semiestruturada; e grupo focal. A pesquisa realizou um total de 23 entrevistas, abrangendo pescadores, representantes de órgãos públicos, associações de classe (moradores) e repórteres que realizaram coberturas sobre os episódios de conflitos no município. Traçou-se um breve histórico dos conflitos da pesca da lagosta no Ceará e Icapuí, dos anos cinquenta (início da exploração do crustáceo no município) até os dias atuais, com a finalidade de identificar as reais causas desses embates e classificá-los, seguindo tipologias sugeridas na literatura. Os resultados mostraram que os principais atores sociais são as comunidades de Redonda e Barrinha (dentre as dezessete existentes no município), o IBAMA e a Capitania dos Portos (órgãos públicos responsáveis pela fiscalização da pesca) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (responsável pelas licenças e registros que legalizam a atividade pesqueira). As principais causas dos conflitos estão relacionadas com a persistência de um grupo de pescadores em usar e multiplicar as artes de pesca predatórias. Esse comportamento tem provocado reação por parte de pescadores que defendem a pesca responsável, os quais têm adotado como estratégia de repressão a fiscalização feita pelos próprios pescadores, resultando na apreensão e queima de embarcações. Essa situação é agravada pelas falhas na fiscalização oficial e ausência de políticas públicas efetivas para o setor da pesca.

Palavras-chave: conflitos, atores sociais, tipologias de conflitos na pesca.

ABSTRACT

This study aims to analyze the disputes between groups of fishermen of Icapui municipality on the east coast of Ceará who carries on traditionally lobster fishing for their subsistence. These conflicts have manifested themselves in the form of intimidation, assaults and violent clashes between local fishermen who compete for the same fishery resources and fishing bank, causing financial damage and even death among them. This research has the following objectives a historical trajectory of fishing in the city since the beginning of the conflict, identifying their causes, giving voice to the fishermen involved through their stories, besides describing and analyzing the main social actors in order to understand the socioeconomic issues, environmental and cultural factors that underlie these conflicts. Therefore, this study applied the Life History method, widely used in social sciences, and two methods often used in conflict analysis: Typology of Fishery Conflict and Analysis of Social Actors. The analysis of conflict proposed by this research used primary data collected through a set of techniques: bibliographic review; "snowball method"; informal, semi-structured and structured interviews; and focus group. The research did a total of 23 interviews, involving fishermen, representatives of public agencies, civil associations (residents) and reporters who had covered the conflict episodes in the city. A brief history of lobster fishing conflicts of Ceará and Icapui was done, since the fifties (early exploration of the crustacean in the city) until the present day, in order to identify the real causes of these conflicts and classify them according typology suggested in the literature. The results showed that the main social actors are the communities of Redonda and Barrinha (among seventeen existing in the municipality), IBAMA and the Port Authority (public agencies responsible for fishery law enforcement) and the Ministry of Fisheries and Aquaculture (responsible for licensing and records that legalize the fishing activity). The main causes of conflicts are related to the persistence of a fishermen group in using and multiplying the artifacts of predatory fishing. This behavior has provoked reaction from fishermen who support responsible fisheries and have adopted the strategy of law enforcement done by their own, resulting in seizing and burning boats. This situation is exacerbated by failures in the official inspection and absence of effective public policies for the fishery sector.

Key-words: conflicts, social actors, typology of fishery conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Demonstração da Pesca de Mergulho.....	19
Figura 02 – Marambaias na Praia de Requengela, Icapuí.....	20
Figura 03 – Pescadores utilizando rede de arrasto em praia do nordeste.....	21
Figura 04 – Arte de pesca - cangalha em praia de Icapuí.....	23
Figura 05 – Contra - torpedos do Brasil zarparam de encontro ao navio francês.....	30
Figura 06 – Primeiro registro de morte na Batalha do Icapuí.....	32
Figura 07 – Comunidade de Redonda arrastando embarcação após apreensão realizada por eles mesmos.....	35
Figura 08 – Localização espacial do Município de Icapuí – CE.....	42
Figura 09 – Mapa de localização das comunidades litorâneas de Icapuí, litoral do Estado do Ceará.....	43
Figura 10 – Tambores químicos encontrados utilizados para confecção de atratores artificiais, em Barrinha.....	65
Figura 11 – Descarte dos resíduos químicos dos tambores feito a céu aberto.....	65
Figura 12 – Fiscal do Ibama após nadar até o barco que foi parado pelo órgão para proceder com procedimentos de rotina em fiscalização.....	71
Gráfico 01- Distribuição das classes etárias dos pescadores de Icapuí.....	54
Gráfico 02- Tempo de atuação na pesca dos pescadores de Icapuí.....	55
Gráfico 03 - Possíveis resoluções para os conflitos de acordo com pescadores de Redonda, Icapuí.....	66
Gráfico 04 - Possíveis resoluções para os conflitos de acordo com pescadores de Barrinha, Icapuí.....	66
Quadro 01 - Tipologia dos conflitos de pesca e suas causas determinantes.....	52
Quadro 02 - Atores sociais institucionais envolvidos no conflito da pesca da lagosta em Icapuí e suas respectivas atribuições.....	84
Quadro 03 - Atores Sociais representados pelas principais comunidades pesqueiras de Icapuí segundo artes de pesca empregadas.....	86
Quadro 04 - Tipologias dos conflitos de pesca segundo suas causas determinantes.....	93

LISTA DE SIGLAS

CAMBEBA: Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará

FAO : Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LABOMAR: Instituto de Ciências do Mar

MMA: Ministério do Meio Ambiente

MPA: Ministério da Pesca e Aquicultura

RGP: Registro Geral de Pesca

SINDIPAME: Sindicato dos Pescadores, Pescadoras e Marisqueiras do Estado do Ceará

SUDEPE: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 Cenário mercadológico.....	17
2.2 Pesca da lagosta e suas artes de pesca.....	18
2.2.1 Compressor.....	18
2.2.2 Caçoeira.....	21
2.2.3 Covo e Cangalha.....	22
2.3 Propriedade e territorialidade.....	23
2.4 Sustentabilidade, Gestão e Ordenamento da pesca.....	25
2.5 Histórico da pesca da lagosta.....	27
2.6 Conflitos na pesca.....	39
3 METODOLOGIA.....	42
3.1 Área de estudo.....	42
3.2 Técnicas e Procedimentos operacionais.....	44
3.3 A análise dos dados.....	50
3.3.1 Métodos de Análise dos Conflitos.....	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
4.1 Caracterização dos Respondentes.....	54
4.2. Descrição dos Conflitos na Pesca em Icapuí.....	57
4.2.1 Percepção dos pescadores do município de Icapuí.....	58
4.2.2 A percepção dos representantes de organizações do setor pesqueiro.....	67
4.3 Identificação dos Atores Sociais.....	83
4.4. Motivações dos Conflitos	88
4.5 Classificação das tipologias de conflitos em Icapuí.....	93
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	97
REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira subdivide-se em quatro categorias: artesanal, industrial, esportiva e científica, sendo que a modalidade artesanal apresenta-se como a mais representativa no que se refere ao volume de produção e ao número de trabalhadores envolvidos. Mundialmente, cerca de 40 milhões de pessoas participam dessa modalidade, sendo assim, é considerada de grande relevância, pois além de proporcionar emprego e renda, a pesca artesanal envolve elementos culturais e ambientais, este último depende da base de recursos naturais e do conhecimento ecológico e biológico dos organismos aquáticos (DIEGUES, 2006), (BEGOSSI, 2004). No Brasil são cerca de 500 mil toneladas de pescado por ano, extraídos por mais de 700 mil trabalhadores segundo dados no Ministério da Pesca. (BRASIL, 2009).

No Nordeste, as pescarias artesanais representam a principal modalidade no setor pesqueiro, contribuindo com aproximadamente 65,1% da produção total de pescado¹. A predominância desse tipo de pesca é justificada pelas condições ambientais tropicais favoráveis, próprias da região, além da precária condição social e econômica de quem depende dessa atividade. (ALMEIDA, 2010).

Na pesca artesanal, o pescador sozinho, ou em conjunto com outros pescadores, utiliza instrumentos relativamente simples para capturar o pescado. O produto pode ser consumido e/ou comercializado, sendo o primeiro destino essencial para a segurança alimentar das comunidades pesqueiras. Esse tipo de pescaria tem sido considerado como uma atividade que exerce baixo impacto sobre os estoques pesqueiros tendo em vista a diversidade de espécies capturadas e sua reduzida autonomia em relação às artes de pesca e à área de atuação das embarcações, pois as embarcações utilizadas são pequenas, de propulsão natural (vela, remo ou vara) ou motorizadas. (DIEGUES, 1995; MALDONADO, 1994).

Devido à própria dinâmica da pesca, a qual é marcada por inúmeras interações entre o meio marinho, seus recursos e comunidades pesqueiras, além da intervenção das instituições políticas que regulam a atividade, surgem características que tornam este

¹ Dados do boletim estatístico do Ibama de 2007. Disponível em http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/wp-content/files/estatistica_2007.pdf

sistema complexo e propício a conflitos: a diversidade de interesses (individuais e coletivos), além da disputa pelo recurso e seu respectivo direito de extração.

Ratificando o acima exposto, Acserald (2004) define conflitos de natureza socioambiental geralmente como fenômenos ocorridos pela disputa de recursos escassos e/ou pela ocupação dos territórios por outros sistemas produtivos; ou, ainda, em diferentes contextos, quando há grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas de apropriação do meio em que vivem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pela água, ar, solo ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Os conflitos na pesca ao redor do mundo têm sido relatados amplamente na literatura. A título de exemplo, Muniz (2009), em reportagem ao jornal online “Observatório da imprensa”, revela que no Guiné Bissau, em 2009, os jornais internacionais noticiavam o auge dos conflitos entre pescadores artesanais e navios industriais chineses que chegavam a pescar em um dia, o equivalente a um ano de pescado pelos artesanais.

Em algumas províncias cubanas, pescadores associados que utilizavam armadilhas e pescadores-mergulhadores que utilizavam *cassitas* (atratores artificiais feitos de concreto e bastante utilizados em Cuba) e dividiam a mesma área de pesca, começaram a entrar em conflitos pois o segundo grupo por suas despesas mais onerosas, passaram a ter prejuízos financeiros maiores, causando desgaste nas relações entre eles. A solução encontrada para diminuir os conflitos foi a divisão da área em zonas e estas distribuídas entre as respectivas associações que, por sua vez, efetuaram subdivisões e distribuíram-nas entre os distintos grupos. (BAISRE, 2004).

Mourão (1971), em sua dissertação intitulada *Os pescadores do litoral sul do estado de São Paulo*, investigou os conflitos entre modalidades de pesca na cidade de Cananéia, região lagunar-estuarina deste litoral. O autor analisou as mudanças ocorridas nas relações entre dois grupos de pescadores determinadas pelo uso de embarcações motorizadas. O autor trata das diversas relações entre os grupos de comerciantes (elite

tradicional), “novos comerciantes” (pescadores motorizados) e as comunidades pesqueiras tradicionais que viviam às margens das lagunas e não aderiram às mudanças.

Little [20--] realizou um estudo na Amazônia, abordando a disputa pelo território de várzea (área inundável característica da planície Amazônica), fato que gerou conflitos entre ribeirinhos (considerados como comunidades tradicionais) e pescadores de geleiro que comercializam em grande escala com as cidades de Belém e Manaus.

Conflitos em torno dos recursos pesqueiros também têm sido observados, com frequência, no litoral leste do Ceará, envolvendo os pescadores e a população em geral. Em Icapuí, desde a década de 80, vem ocorrendo confrontos associados à pesca predatória da lagosta, estimulados pelo seu alto valor comercial, fato que têm ocasionado a depleção dos estoques, gerando atos de violência e, conseqüentemente, levando à diminuição do nível de qualidade de vida e do bem-estar da população.

Os antecedentes relativos a esse cenário, revelam que o início do conflito se deu a partir de 1985, quando a presença de barcos potiguares que utilizavam compressores em águas cearenses foi detectada por pescadores de Icapuí. Os potiguares ensinaram pescadores de algumas comunidades do município a nova técnica de pesca para capturar lagostas, sendo esses estimulados a pescar com compressor visando o lucro imediato. Em seguida, em 1989, o conflito tomou maiores proporções entre pescadores do próprio município de Icapuí, gerando inclusive morte. (LIMA, 2002). A partir daí frequentes episódios de tensões entre grupos de pescadores começaram a acontecer e a oscilar entre momentos de conflitos evidentes e outros de aparente paz.

Algumas pesquisas, embora não tenham como foco principal os conflitos, mas assuntos associados como pesca e gestão, foram realizadas em Icapuí e estão relacionadas, de alguma forma, com os confrontos da pesca da lagosta existentes no município. Destacamos os trabalhos de Almeida (2010), Silva (2004), e Amorim (2010).

Almeida (2010) com trabalho intitulado *Caracterização das áreas de pesca de lagosta na praia da Redonda em Icapuí-Ce*, caracterizou as áreas de pesca artesanal na

tentativa de fornecer instrumentos para possível demarcação de reserva extrativista marinha e trazer melhorias para pesca na comunidade. Apesar da pesquisa não abordar diretamente os conflitos, aponta soluções, pois a criação de uma reserva poderia definir normas claras e formas efetivas de fiscalização da pesca que viessem a diminuir as tensões entre os pescadores do município.

Silva (2004) com seu trabalho *A organização e a autonomia comunitária da comunidade de Redonda*, analisou as formas de autogestão instituídas na praia de Redonda, a luta pela manutenção da posse do território, a possibilidade de sobrevivência por meio da pesca e o papel das entidades organizadas. Esse trabalho é importante no sentido de revelar formas de organização popular que estejam de acordo com os princípios da sustentabilidade e que proporcionem a reprodução da atividade e da cultura.

Amorim (2010), em sua tese de doutorado, *Co-gestão como ferramenta de ordenamento para a pesca de pequena escala do litoral leste do Ceará*, propôs a construção de um modelo de gestão participativa para conservação da pesca e seus recursos, no qual sugere a integração do homem ao manejo da pesca em Redonda, Icapuí, Ceará. Esse estudo assume sua relevância por seu pioneirismo em implantar um modelo piloto capaz de fornecer subsídios para a elaboração de planos de co-gestão para o setor pesqueiro.

Entretanto poucas são as pesquisas encontradas na área cujo tema principal trate de conflitos na pesca em zonas costeiras envolvendo o uso dos recursos pesqueiros, especificamente, a lagosta. Sendo assim, o presente trabalho visa abordar a temática como objeto principal da pesquisa a ser realizada no município de Icapuí. O município de Icapuí está localizado no extremo leste do litoral cearense, a uma distância de 200 quilômetros de Fortaleza e é detentor de quinze praias limítrofes². Na localidade a população tem a pesca da lagosta como principal atividade econômica desde a década de cinquenta e, em termos quantitativos, apresenta participação importante na pauta de exportações do estado do Ceará.

² Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Peroba, Picos, Barreiras da Sereia, Barreiras de Baixo, Barrinha, Requenguela, Quitérias, Tremembé, Melancias de Baixo, Melancias de Cima, Peixe Gordo e Manibú

Pode-se afirmar que o conflito envolve várias dimensões, como a econômica, a ecológica, a social, além da institucional, pois quem utiliza as práticas predatórias visa maximizar a lucratividade e põe em risco os estoques, podendo trazer a médio ou longo prazo o fim da pesca da lagosta e com ela vários problemas socioeconômicos, como o desemprego, pobreza e subdesenvolvimento.

Diante do exposto, esta pesquisa pretende investigar quais as relações e motivações existentes entre os conflitos e a prática da pesca ilegal, a consequente queda da produtividade da lagosta e a renda entre aqueles que a praticam. A pesquisa investigará através de seus objetivos específicos(a serem definidos adiante), aspectos inerentes ao cotidiano da pesca como a evolução do uso de práticas de pesca ilegais no município e as relações entre as comunidades pesqueiras envolvidas no conflito até o momento presente, o envolvimento das organizações governamentais que normatizam, fiscalizam e executam as políticas pesqueiras, bem como as consequências dos conflitos para a gestão dos recursos pesqueiros no estado do Ceará.

Esta pesquisa assume sua relevância por dar visibilidade aos conflitos e seus principais atores sociais na tentativa de fornecer subsídios que permitam a construção de instrumentos para a resolução das questões que envolvem a pesca da lagosta no município, uma vez que elas não se restringem somente ao local, mas reproduzem situações comuns a outros conflitos no país e no mundo.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral a compreensão das questões ambientais, socioeconômicas, culturais e políticas que permeiam os conflitos inerentes à pesca da lagosta no município de Icapuí, a fim de fornecer subsídios para uma pesca responsável e a sustentabilidade dos respectivos recursos.

Para isso, serão seguidos os seguintes objetivos específicos:

- I. Realizar um resgate histórico para caracterizar a tipologia dos conflitos na pesca da lagosta no município de Icapuí a partir de suas causas;
- II. Apresentar a história dos conflitos a partir dos relatos narrados pelos pescadores.
- III. Descrever e analisar os atores sociais envolvidos no conflito.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A pesca da lagosta e os conflitos oriundos envolvem questões multidimensionais conforme já mencionado anteriormente que subdividem-se em sua variedade de relações entre o sistema de produção e os estoques pesqueiros, tais como o caráter predatório ou não dos equipamentos de captura, as estratégias de pesca e suas formas de utilização espaço-temporal, as formas de organização do trabalho e o conjunto de leis que normatizam a pesca e o uso dos recursos naturais. A compreensão dos conflitos e de suas relações dinâmicas e múltiplas requer a aplicação de abordagens interdisciplinares, uma vez que as questões sociais, econômicas e ambientais inerentes à pesca são objeto de estudo das Ciências Naturais, Econômicas e/ou Humanas. (DIEGUES, 1995; ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

É importante considerar a relação Sociedade-Natureza e a diversidade de dimensões que envolvem o sistema pesqueiro. De acordo com Cotrim e Miguel (2007, p. 4).

Um sistema é formado por um conjunto de elementos que possuem variáveis e características que têm relações entre si, e também com o ambiente. Um sistema é considerado um objeto complexo que troca entre suas partes energia, matéria e informações.

Sendo assim, consideraremos a pesca enquanto um sistema, fazendo-se necessário, atentar para a subjetividade dos atores envolvidos e considerar que estes têm um papel decisivo na evolução do sistema, pois as decisões serão tomadas de acordo com as interpretações dadas por eles e segundo o contexto no qual estão inseridos.

O pescador enquanto componente subjetivo do sistema irá apresentar uma forma de organização da produção dependente do meio natural socializado do qual faz parte. Diante do exposto podemos afirmar que a pesca da lagosta enquanto subsistema do sistema pesqueiro apresenta-se como uma atividade que abrange muitos elementos além da relação propriamente dita com o mar, como os contextos econômico, histórico e socioambiental. A seguir serão apresentados tópicos referentes a cada âmbito da pesca da lagosta a nível nacional, regional e municipal (com foco na área em estudo).

2.1 Cenário mercadológico

Em termos econômicos a lagosta é o principal recurso pesqueiro do Nordeste, no entanto encontra-se em elevado nível de sobrepesca³. A produtividade atual representa cerca de 10% do volume pescado em relação à década de 60. Atualmente, a pesca da lagosta é realizada por embarcações de médio e pequeno porte, pois se tornou economicamente inviável a pesca com grandes embarcações tendo em vista os custos de produção e a redução dos estoques. (GONÇALVES, 2009).

Mesmo diante da paralisação do setor industrial, a atividade ainda sofre com os custos operacionais. Estudos divulgados pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, em seu *XLV Congresso da Sober*, realizado em 2007, apontam para a incompatibilidade entre a captura máxima sustentável e racionalidade econômica. Conforme demonstrado em pesquisas produzidas por grupos de estudos para o referido congresso, a partir de diferentes tipos de análise econômica tradicional, que revelam essa divergência:

Em análise estática, de curto prazo ou no estado estacionário, a extração ótima do ponto de vista bioeconômico e social é aquela em que os custos econômicos, sociais e ambientais não ultrapassam os benefícios naquele período, além de assegurar a manutenção das espécies sem riscos de extinção. No caso de análise dinâmica, procura-se maximizar o retorno líquido das receitas futuras, levando-se em conta a extração (variável de controle) e a taxa de crescimento da biomassa remanescente. (SOBER, 2007, p.2)

Ou seja, faz-se necessário respeitar os estoques para não comprometê-los, buscando, ao mesmo tempo, alcançar o retorno financeiro que toda atividade econômica almeja.

Outra característica (que também pode ser identificada como repercussão dessas mudanças) são as alterações bruscas de valor, que podem ser frequentemente constatadas nos últimos anos registrados da atividade: Em 2007, a safra foi encerrada ao preço entre R\$ 70,0 e 72,0/kg, e, em 2008, caiu e atingiu o preço de R\$ 40,0/kg, em virtude da queda do preço no mercado americano, ocasionada pela baixa qualidade do

³ Considera-se sobrepesca “a condição em que as capturas de uma ou todas as classes de idade em uma população são tão elevadas que reduz a biomassa, o potencial de desova e as capturas, no futuro, a níveis inferiores aos níveis de segurança” (Caddy & Griffiths, 1996 *apud* Dias Neto, 2003, p.34). Ao longo do texto serão utilizados também os sinônimos de sobrepesca: sobreuso, sobreexploração e sobreexploração

produto, sendo considerada a de pior qualidade no mundo (GONÇALVES, 2009) além da crise norte-americana conhecida como crise do *subprime*⁴. Em 2012 o preço variou novamente, elevando-se, provavelmente devido à relação oferta/demanda, alcançando quase R\$50,0/kg. (BEZERRA, 2012).

Mesmo diante destes fatos, a lagosta ainda consegue ser um produto de importância em nossa balança comercial, pois a pesca realizada no estado do Ceará corresponde a 67% do volume total exportado pelo país, porcentagem que corresponde a aproximadamente 80 milhões anuais para a economia do estado e empregando cerca de 50 mil pessoas neste setor. (CEARÁ/ADECE, 2012).

2.2 Pesca da lagosta e suas artes de pesca

No período inicial da pesca da lagosta no Nordeste, ela era realizada com jereré, uma estrutura retangular feita com madeira. Logo depois, o jereré foi substituído por uma nova armação de ferro circular e de rede iscada. (FONTELES FILHO, 1994).

Com a evolução da atividade, a lagosta passou a ser capturada através das seguintes artes de pesca: Compressor (associado ou não a marambaia); Caçoeira (rede de arrasto); e Manzuá/cangalha. Dentre estas, a única permitida por lei são as armadilhas denominadas covos ou manzuás/cangalhas, as demais foram proibidas devido seu poder predatório os quais serão explicados adiante.

2.2.1 Compressor

A pesca de mergulho é realizada por embarcações motorizadas e equipadas com compressor de ar e realizam pescarias em até três dias. Esse tipo de pesca é de baixo custo, pois emprega poucos insumos. Os equipamentos são arranjados da seguinte maneira: primeiro, é feita a retirada da válvula de segurança do botijão e preenchido com ar comprimido (o mesmo usado nos cilindros de mergulho profissional); depois o botijão de gás é acoplado ao motor do barco por uma correia; em seguida, uma

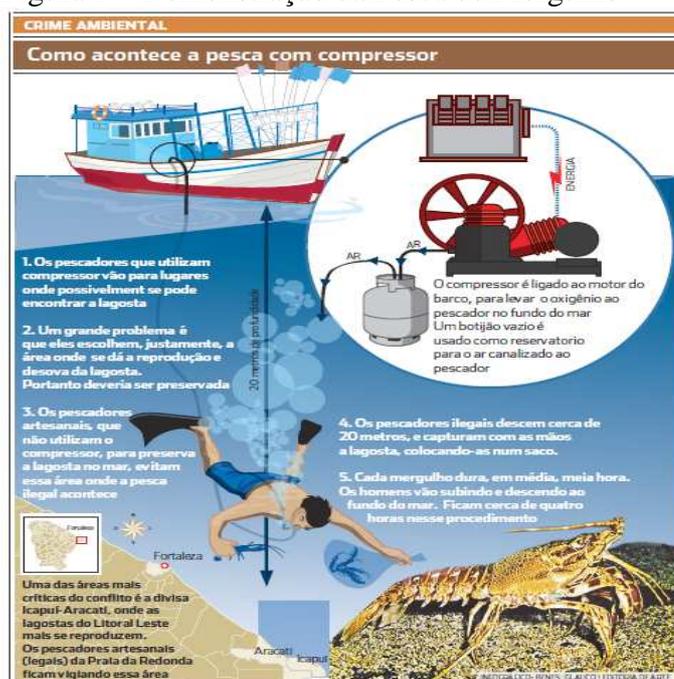
⁴ Crise financeira que abalou diversos setores dos EUA, registrada no segundo semestre de 2007 oriunda do mercado imobiliário. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23

mangueira de aproximadamente 300 metros é encaixada ao botijão de gás; depois disto, um filtro é acoplado à mangueira que é usada pelo mergulhador; finalmente, na outra extremidade livre da mangueira, coloca-se uma boquilha por onde o mergulhador irá respirar.

Os mergulhadores utilizam uma rede de pesca, também conhecida como “rede de cerco”, para cercar cardumes de lagostas. Quando as lagostas estão entre as fendas de uma pedra, eles utilizam uma rede semelhante a uma tarrafa para aprisionar as lagostas (GONÇALVES, 2009). Em situações em que existe um pequeno adensamento de indivíduos é utilizado uma espécie de lança adaptada com uma ponta na extremidade do cabo, denominada de “bicheiro”, para fisgar e matar as lagostas com uma perfuração na região do cefalotórax. (SILVA e FONTELES FILHO, 2011).

Nesse tipo de pescaria é fundamental a presença de uma pessoa na embarcação auxiliando o mergulhador, denominada de “mangueireiro”, pois o mesmo é responsável por controlar a liberação do oxigênio e tomar as medidas necessárias para o retorno do mergulhador à superfície. Um esquema ilustrativo encontrado em matéria do jornal DIÁRIO DO NORDESTE foi trazido aqui para entendermos melhor esse procedimento. Ver figura 1:

Figura 1 – Demonstração da Pesca de Mergulho



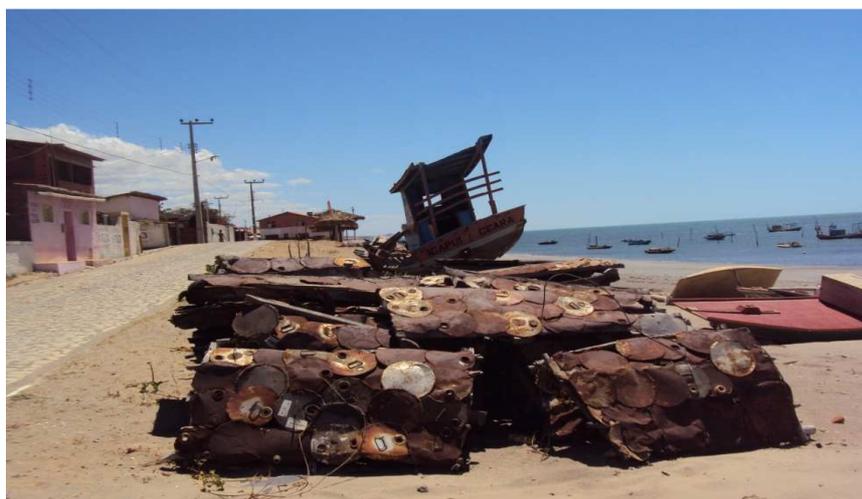
Fonte: Diário do Nordeste, Caderno Regional, Litoral Leste 2 jul. 2010.

Marambaias (atratores artificiais), podem estar associadas a prática dos mergulhos, como forma de atraírem mais indivíduos e assim tornarem essa modalidade ainda mais rentável, do ponto de vista econômico. Silva e Fonteles Filho (2011, p.36) descrevem essas armações:

(...) estruturas confeccionadas com dois tambores de ferro de 200 L, abertos nas duas extremidades e amassados lateralmente. Os dois tambores são atados lateralmente entre si, formando aberturas de aproximadamente 15 cm de altura, servindo como abrigos artificiais e para cujo interior as lagostas são atraídas por iscas de couro de boi. Essas estruturas são lançadas isoladamente sobre o fundo do mar, distantes umas das outras, por cerca de 20 m, com sua posição registrada no GPS (...).

Esses tambores que são utilizados para a construção da maior parte das marambaias utilizadas em Icapuí são provenientes das indústrias (Figura 2) e, de acordo com depoimentos dos pescadores, essas estruturas contêm resíduos químicos que muitos acreditam serem altamente prejudiciais ao homem e a todo ecossistema marinho. Alguns têm atribuído a queda no preço do quilo da lagosta à incapacidade de atenderem aos altos padrões de qualidade exigidos pelo mercado externo. O uso das marambaias, por seu alto poder de degradação foi proibido pela instrução normativa nº 170 de 25 de março de 2008. (IBAMA, s.d.).

Figura 2 – Marambaias na Praia de Requengela, Icapuí.



Fonte: Autora 2013.

Esta modalidade de pesca é considerada de alto risco para os mergulhadores, pois é realizada em profundidades de até 60 metros, podendo causar danos à saúde,

como os barotraumas⁵. Por conta desses danos à saúde e demais riscos associados a este aparelho, o mesmo foi proibido pela instrução normativa do IBAMA nº 138 de 06 de dezembro de 2006.

2.2.2 Caçoeira

A caçoeira ou rede de espera (Figura 3) é uma forma predatória de capturar a lagosta e ambientalmente degradadora, como Araújo (2010, p.23) confirma claramente no trecho a seguir:

A caçoeira é uma rede de espera utilizada no fundo do oceano e causa grande impacto destrutivo no habitat dos recursos marinhos. Grande quantidade de espécies juvenis são capturadas causando uma diminuição dos estoques de lagosta e peixes.

Figura 3 – Pescadores utilizando rede de espera em praia do nordeste:



Fonte: <<http://omaiordomundobr.blogspot.com.br/2012/11/fatos-historicos-do-dia-22-de-novembro.html>>

Paiva (*et al.*, 1973 *apud* Cavalcante *et al.*, 2011, p.16), utilizando registros fotográficos obtidos no litoral do Ceará, já anunciava a capacidade de degradação da caçoeira desde os anos setenta. Como fica claro no trecho a seguir: “os distúrbios causados pelas redes de espera, nos fundos lagosteiros da plataforma cearense podem

⁵ Esses acidentes podem causar doenças descompressivas, provocadas devido à formação de bolhas de gás nitrogênio na corrente sanguínea e em outros tecidos do corpo humano. Isso geralmente ocorre quando o mergulhador sobe com rapidez para superfície, o que pode gerar a morte ou sequelas irreversíveis como paralisia (SEAP/RP, 2007 *apud* FREIRE, 2012).

causar desequilíbrio na estrutura da biocenose, de consequências desastrosas para a continuidade da exploração pesqueira de lagostas”.

O uso da caçoeira para a captura de lagostas é proibido desde 1 de janeiro de 2007 através da Instrução Normativa nº 138 de 6 de dezembro de 2006.

2.2.3 Covo e Cangalha

O covo, também conhecido como manzuá, é uma armadilha de fundo bastante utilizada na captura da lagosta. Nas palavras de Araújo (2010, p.25), a estrutura e funcionamento do manzuá ocorrem da seguinte maneira:

A entrada da lagosta no interior da armadilha se faz por uma abertura denominada sanga. A estrutura do manzuá é de madeira e o seu revestimento é de tela de nylon ou arame 16, com malhas de 4 a 6 cm. A produtividade do manzuá é excelente, sendo uma arte padrão no litoral do nordeste, cujo esforço de pesca é dado pelo número de unidades utilizadas/dia na pescaria.

A cangalha trata-se de um instrumento de pesca constituído a partir da junção de dois manzuás (Figura 4), passando a contar com duas aberturas ao invés de uma. A malha desses apetrechos deve ser quadrada e ter, no mínimo, 5 cm entre seus nós consecutivos para que não capture indivíduos juvenis e esteja adequada a norma que a regulamenta. (IBAMA. INSTRUÇÃO NORMATIVA, 138, 2006). No entanto diversos pesquisadores que já desenvolveram pesquisas no município, afirmam que durante medições realizadas nestas artes, foi verificado que a maior parte desses aparelhos não obedece ao padrão de 5cm estabelecido pela norma, configurando assim, método tão predatório quanto os aparelhos proibidos pela legislação, pois são capazes de capturar indivíduos juvenis.

A partir de primeiro de janeiro de 2007 passou a ser permitida a captura de lagostas apenas com o emprego de armadilhas tipo covo/manzuá e cangalha através da mesma instrução normativa referida acima. Ver foto abaixo que demonstra cangalha .

Figura 4 – Arte de pesca - cangalha em praia de Icapuí.



Fonte: PINTO (2001).

Existem ainda outras questões intrínsecas ao sistema pesqueiro e tornam-se essenciais quando estudamos conflitos tais como a definições dos direitos de propriedade, territorialidade, sustentabilidade, gestão pesqueira e ordenamento, que se somam à disputa de interesses, podendo servir para beneficiar o sistema, quando bem aplicadas e/ou para prejudica-lo, quando não funcionam bem. A seguir apresentamos suas conceituações e algumas contextualizações correlatas:

2.3 Propriedade e territorialidade

A partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, os ambientes marinhos – assim como os recursos vivos do mar territorial, da plataforma continental e da zona econômica exclusiva – passaram a ser considerados bens da União e tutelados pelo Estado. (DIAS NETO, 2003).

Entretanto, a tutela da União não significa que a União exerce direito de propriedade privada sobre os recursos marinhos, como esclarece Dornelles (servidora do IBAMA e jurista com vasto conhecimento em Direito Ambiental entrevistada pelo autor quando das pesquisas para o referido livro):

Isto é, o fundamento da submissão dos recursos pesqueiros à dominialidade pública não se encontra na vontade da União em dispor desses bens e com eles praticar atos de comércio. Encontra-se sim, na necessidade de conservação desses recursos ambientais e, para tanto, torná-la efetiva gestora desses bens em prol do interesse da sociedade. (DORNELLES *apud* DIAS NETO, 2003, p.64).

O artigo 225 da Constituição Federal reforça a prevalência do interesse público com relação aos recursos pesqueiros e determina que cabe ao poder público e à sociedade estabelecer espaço comum para protegê-los. Isto é claramente apreendido na transcrição do artigo 225 da Constituição Federal a seguir: “Todos têm direito à um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Portanto, a função da União enquanto gestora desses bens é basicamente para atender o interesse social.

Entre as práticas de pesca atuais, os conceitos: “territorialidade” e “apropriação territorial” também existem como elementos importantes do dia a dia das pescarias, de uma forma geral (SOBREIRO e FREITAS, 2008). “A territorialidade pode ser expressa por meio da posse, da delimitação, da defesa e da marcação de áreas.” (MARQUES, 2001 *apud* SOBREIRO e FREITAS, *op cit.*, p.2).

A saber: marcação provém da delimitação, uma vez que sem prévia delimitação, não há território e, após uma área ser delimitada e marcada, vêm a posse e a defesa. Essa “marcação”, de acordo com Maldonado (1993), depende de particularidades ecológicas e geográficas de cada lugar, bem como do grau de desenvolvimento das relações produtivas da comunidade pesqueira que repercutem no seu nível de acesso e relação com o meio ambiente.

Para Begossi (2004), basta que haja alguma regra ou conflito com relação ao uso do recurso pesqueiro, para tratar-se então de um território. A organização cultural geralmente define as formas de apropriação do espaço e do recurso como também cria modelos de relações ecológicas e sociais. São esses modelos que controlam e defendem os territórios, podendo sua efetivação se dar de forma coletiva ou individual, através de ações, acordos ou outras ferramentas que podem também contribuir para a resolução dos conflitos. (BERKES, 1996).

2.4 Sustentabilidade, Gestão e Ordenamento da pesca:

Uma pescaria sustentável deve utilizar práticas que possam ser mantidas indefinidamente sem que venha a reduzir a capacidade das espécies-alvo de se manterem em níveis saudáveis e não gerarem impactos negativos em outras espécies do ecossistema, ou seja, uma atividade que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de futuras gerações suprirem suas próprias necessidades. (CAVALCANTE *et. al.*, 2011).

Em 1995, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, publicou o “Código de Conduta para a Pesca Responsável”, que incentiva um novo modelo para a pesca mundial, tendo em vista a sobrepesca de diversos recursos pesqueiros e o conseqüente empobrecimento de milhões de pescadores artesanais. Seus principais objetivos contém medidas sobre o gerenciamento pesqueiro, a qualidade e a quantidade dos recursos no sentido de proteger estoques presentes e futuros. Esses objetivos priorizam a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza. (CAVALCANTE *et. al.*, op.cit).

Nesse sentido, Dias-Neto (2004, *apud* CAVALCANTE *et. al.*, op.cit., p.54-55) chama a atenção para a necessidade de conhecimentos mínimos por parte dos dirigentes políticos sobre o ecossistema marinho como sendo um fator indispensável para uma gestão sustentável, como explicita o trecho a seguir:

A adequada gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros requer dos tomadores de decisão o suporte de conhecimentos básicos, como as características e conceitos fundamentais sobre os recursos pesqueiros, o meio ambiente onde ocorrem e o processo de gestão em si.

Sendo assim, é necessário que haja compatibilidade, harmonia e igualdade de objetivos, que geralmente são incompatíveis, desarmônicos e opostos. Na prática, há imensa dificuldade de obter a junção de tantos interesses diretamente opostos.

Caddy e Mahon (1996), Paiva (1996), Aragão e Dias-Neto (1988) *apud* Dias Neto (2003, p. 79) concluem que para traçarem-se normas de gestão sustentável para a pesca, devem ser seguidos cinco pontos essenciais:

(1) definição clara de objetivos; (2) estabelecimento de pontos de referência; (3) definição de possíveis medidas de regulamentação; (4) identificação/avaliação dos aspectos institucionais; e (5) planejamento para superar as dificuldades a serem enfrentadas quando da implantação das medidas.

O trabalho de Dias Neto (2003) destaca também o equilíbrio que deve haver entre interesses de longo e curto prazo e sua permanente incompatibilidade que podem levar a conflitos. Por exemplo, ao comparar os interesses biológicos, que geralmente são de longo prazo, com os econômicos, que geralmente são de curto prazo. Ao privilegiar um ou outro nas normas a serem estabelecidas, está-se afirmando que um pode ser mais importante que outro e essas tendências não podem ser seguidas quando da elaboração de normas que devem seguir o tripé da sustentabilidade para serem ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis.

A necessidade da gestão pesqueira se deu a partir do momento que a atividade começou a se desenvolver e tomar proporções de forte contribuinte na pauta de exportações, tendo em vista o valor econômico da lagosta.

As primeiras medidas de ordenamento da pesca eram referentes apenas a questões biológicas, no entanto, hoje já se sabe e considera-se a importância dos fatores sociais, econômicos e da inter-relação entre eles, assim como a importância de se observar os conhecimentos tradicionais dos pescadores no que se relaciona com a tomada de decisão e com o gerenciamento da pesca.

Em 2009, o MPA e MMA passaram a regulamentar o Sistema de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, através da Portaria Interministerial nº 2, de 13 de novembro de 2009. Para tanto a Sociedade Civil Organizada também participa com atribuições e responsabilidades compartilhadas com os dois ministérios citados e distribuídas em Comitês Permanentes de Gestão – CPG's (50% desta composição é dos ministérios e 50% da Sociedade)

2.5 Histórico da pesca da lagosta

As narrativas do passado que referenciam o presente trabalho apontam a influência dos costumes e da tradição na organização social ao longo da história da pesca. O saber-fazer do pescador artesanal permanece presente na atividade, embora sofra alterações devido à introdução de novas técnicas de pesca predatórias (MUNIZ, 2005). Portanto, faz-se necessário analisar aspectos históricos de longa duração assim como do cotidiano para compreensão do contexto da pesca em Icapuí. Para tanto, esta pesquisa utilizará, além de pesquisas anteriores, trechos de algumas reportagens dos principais jornais do estado do período que acompanhavam os primeiros passos da pesca de lagosta no Brasil, no Nordeste e no estado do Ceará.

Até a década de 50 toda a atividade pesqueira no Brasil era de natureza artesanal, realizada com instrumentos relativamente simples sendo o produto utilizado para o consumo e escambo. (SILVA, 2004).

No final dos anos cinquenta, a atividade pesqueira toma impulso de atividade econômica. O grande motivador dessa transformação no Nordeste do país foi o início da pesca da lagosta (principalmente a espécie *Panulirus argus*). Com a chegada do senhor Davis Morgan, aposentado da Marinha americana, no litoral leste do Ceará, visualizou-se a possibilidade de exportar lagosta tendo em vista o interesse dos estrangeiros pelo produto, que já consideravam o crustáceo uma iguaria. (FONTENELE, 2005). Bezerra (1998, p.18) confirma esta aceitação internacional ao revelar, no trecho a seguir, os momentos iniciais dessa exportação: “Historicamente, é registrado que as primeiras exportações de lagosta no Nordeste foram realizadas para os Estados Unidos. Naquela ocasião foram exportadas lagostas vivas, via aérea, com a ocorrência de um alto índice de mortalidade”.

Em seguida, na década de 60, de acordo com Costa (2003), Mr. Morgan realizou pescarias com uma embarcação motorizada chamada Albatroz no distrito de Fortim, onde constatou a presença de aglomerados de lagosta em diversas camadas sobrepostas e que entre as praias de Morro Branco (Beberibe) e Ponta Grossa (Icapuí) as lagostas se distribuía em sete camadas. Costa faz referência a este fato, no trecho a seguir:

As pescarias eram de ir-e-vir⁶ e capturavam em média 6 a 7 mil lagostas. A maior produção foi de 13 mil lagostas em um único dia (nesse mesmo período), na chamada “correição” (termo popular empregado pelos pescadores que significava a migração anual das lagostas). Nesta época a produção era contada por número de indivíduos, pois as lagostas eram muito grandes. Após a venda da produção, a receita era dividida no sistema de “meação”⁷ (COSTA, 2003, p.37).

Vale constar que, nesse momento inicial essa atividade sendo praticada por um americano era ilegal, pois de acordo com a Conferência de Genebra de Direitos do Mar (1958), a exploração de recursos naturais existentes em nossa plataforma continental deveria ser praticada somente por nacionais e só por expressa concessão, e com fins de pesquisa, aos estrangeiros. Dois jornais da época passaram a noticiar as atividades do americano em terras nordestinas: O POVO, que passou de principal denunciante da ilegalidade de suas pescarias, pois não possuía concessão do governo brasileiro (MUNIZ, 2005) à exaltador do empreendedorismo de Mr. Davis Morgan. Consta na sua edição de 18-08-1956, matéria intitulada “Proibido Americano de Pescar Lagostas” que relatou a ilegalidade da pesca praticada por ele.

No entanto, no mesmo jornal, em 22-09-1956 na matéria intitulada “Vinte Barcos Pesqueiros para o Ceará”, foi relatada a intensificação da atividade pesqueira por parte do americano, colocando-o como empresário inovador do setor.

Em posição oposta se colocava outro periódico do estado do Ceará, O DEMOCRATA. A reportagem cujo título era “Americano Ambicioso e Inconsciente Devastando os Lagosteiros do Ceará”, de 25-07-1957, ilustrou bem as diferentes visões sobre o início da pesca lagosteira no estado, como deixa evidente no trecho abaixo:

Assume proporções verdadeiramente alarmantes a pesca da lagosta levada a efeito em nossas praias pelo norte-americano Morgan. Se providências acauteladoras não forem já e já tomadas pelo governo – não tenhamos dúvidas!- o precioso crustáceo desaparecerá fatalmente do litoral cearense. Passará a ser mais uma espécie extinta. Porque, o que o referido alienígena vem praticando entre nós não é propriamente uma exploração pesqueira, como as que se realizam normalmente aqui e alhures, com observância a medidas tendentes a resguardar a continuação da espécie. Não! O que Mr. Morgan comete é, antes, uma prática predatória. Na ânsia de obter lucros

⁶ Tipo de pescaria onde a embarcação tem sua saída e chegada no mesmo dia.

⁷ Metade da produção era do dono da embarcação e a outra metade era dividida em partes iguais entre os tripulantes.

cada vez maiores, o gringo passa acintosamente por cima de todos os regulamentos da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, entidade que estão afetas em nosso país a regulamentação e fiscalização de tais empreendimentos. (O DEMOCRATA de 25-07-1957 *apud* MUNIZ, 2005, p.41).

Pode-se verificar pelo discurso do referido jornal um conteúdo inovador para aquele momento, pois ainda não existiam medidas de regulamentação voltadas para atividade lagosteira, fato que só ocorreu a partir de 1961, quando foi regulamentado o período de defeso, fechamento de áreas de pesca, proteção do estoque reprodutor e estabelecimento de peso e/ou comprimento mínimo de captura, além da restrição de alguns aparelhos de pesca. (CAVALCANTE *et al.*, 2011).

Ainda sobre esses primeiros anos de exploração lagosteira no Nordeste do país, Muniz (*op.cit*) expõe que depois de sete anos do início das primeiras pescarias comerciais, em 1962, já existiam quase 20 empresas no estado, explorando o crustáceo, a maioria de estrangeiros que se espelharam no exemplo de Morgan e também vieram atrás do “ouro do mar”. (MUNIZ, 2005).

A revelação do conteúdo destas reportagens, intenta demonstrar o contexto político vivido no país naquele momento, uma vez que o surgimento desta nova atividade não pode ser considerada isoladamente, pois medidas e desmedidas políticas foram tomadas para o setor a partir de influências recebidas daquele período.

A exploração do recurso despertou cada vez mais concorrentes locais bem como também os europeus, especialmente os franceses, que já exerciam a pescaria da lagosta em escalas comerciais voltadas para seu mercado interno.

Em 1961, o governo francês solicitou ao governo brasileiro que algumas embarcações suas adentrassem na Plataforma Continental Brasileira para fins de pesquisa lagosteira. A solicitação foi atendida com algumas exigências por parte do Brasil de que em cada embarcação houvesse pelo menos um controlador de pesca da Marinha Brasileira. E a proposta foi aceita. No entanto, o que houve foi a exploração do recurso, não só por essas embarcações, mas também outras, clandestinas e roubo de material de pescadores nacionais. Houve protestos que foram registrados pelo jornal O

POVO⁸ por parte dos Sindicatos dos Armadores, de políticos do Nordeste e Federações de Pesca.

A facilidade encontrada pelo oportunismo francês já demonstrava as falhas na fiscalização exercida pelo governo brasileiro desde o princípio da atividade. Outra desvantagem para os armadores nacionais estava na diferença tecnológica: enquanto os franceses estavam bem à frente, devido aos maciços investimentos no setor e à experiência já acumulada; os brasileiros ainda iniciavam-se na prática, não possuíam os mesmos investimentos, estando, portanto, em desvantagem.

Após alguns episódios de apreensão de embarcações, cassação de licenças para navegação por parte do governo brasileiro, o governo francês envia navio de guerra para garantir a continuidade de suas atividades, num flagrante atentado contra a soberania nacional: o conflito até então de caráter econômico e diplomático, ganha aspectos também de questão militar. (MUNIZ, 2005).

Na edição do jornal O POVO, datada de 27-02-1963, uma matéria sobre a mobilização das frotas navais brasileira e francesa (MUNIZ, op.cit) ganhou a primeira página, como mostra a Figura 5 a seguir:

Figura 5 – Contra-torpedos do Brasil zarpam de encontro ao navio francês



Fonte: MUNIZ, 2005, p. 54

⁸ LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964) , in *Cena Internacional*, Ano I, Numero 1, UnB, 1999 *apud* MUNIZ, 2005, P.49.

O combate parecia iminente, no entanto, as frotas permaneceram a postos por algum tempo. Muniz (op.cit., p.57) afirma que o conflito ganhou “dimensão nacional” e “repercutiu em vários jornais do país”. Após duas embarcações lagosteiras terem sido afundadas em águas do Rio Grande do Norte por submarinos estrangeiros, porém, nunca assumidas a autoria francesa dos episódios, o provável confronto chegou ao fim.

O fim do potencial conflito foi noticiado em 1963, na matéria intitulada “O Fim da Guerra da Lagosta” que expunha ter chegado esta ao fim devido à falta de combatentes por parte da França, além da possibilidade de prejuízos financeiros por conta do alto custo para manter as embarcações paradas de modo indefinido.

Pode-se perceber pelo regaste histórico apresentado que a origem da exploração lagosteira é revestida de caráter econômico, ou seja, buscava-se o lucro da atividade. No entanto, sem preocupação alguma com o potencial esgotamento do recurso - pelo menos essa era a idéia inicial, mesmo que implícita, dos primeiros exploradores.

A década de 70 representou o período de auge para o setor industrial. Nesse momento o setor se beneficiou da maior produtividade dos estoques, impulsionado pelos incentivos governamentais⁹ que atendiam a todas as etapas da cadeia produtiva – desde a captura até a exportação. Atualmente, os incentivos estão restritos somente às etapas de beneficiamento e exportação, ficando o setor industrial dependente da captura da lagosta feita artesanalmente. Isto fica evidente na afirmação feita por Lima (2000, p. 114) de que “com o declínio do estoque do recurso pesqueiro, a significativa queda de rentabilidade e a diminuição dos incentivos para o setor, a maioria das empresas que pescava industrialmente foi desativada e/ou parou de atuar no Ceará”.

Entre o final da década de 80 e o início da década de 90, outros fatores vieram contribuir negativamente ao cenário da pesca e ao declínio dos estoques no Nordeste. Dentre eles, o crescimento desordenado do número de pescadores e das frotas locais, o uso da caçoeira e de outros aparelhos proibidos. (COSTA, 2003).

⁹ O Governo federal ainda subsidia o preço do óleo combustível utilizado na pesca (os beneficiários, empresários e armadores de pequena escala, justificam a necessidade da adequação do preço do produto ao praticado no mercado internacional) e a lagosta exportada é isenta de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias).

Esses fatores contribuíram para o cenário de conflito instalado no município de Icapuí, gerando um embate violento em 1989 quando pescadores da Praia de Redonda e Barrinha enfrentaram-se em alto-mar. Esse enfrentamento foi registrado pelo jornal Diário do Nordeste em matéria encartada no dia 23 junho 1989 cujo título *Morte em alto-mar na guerra da lagosta* apresenta o acontecido:

Um morto e cinco feridos foi o resultado de um novo conflito, ontem, na Praia Redonda, em Icapuí, onde nativos enfrentaram os barcos de pesca predatória em alto-mar. A situação continua tensa e, até o momento, não houve fiscalização das autoridades responsáveis. Somente a Polícia Militar esteve no local para apurar a ocorrência. O pescador Francisco José de Carvalho, 28 anos, estava no barco “Pargo”, de pesca predatória, foi morto com mais de dez tiros pelos pescadores nativos que abordaram a embarcação. Houve ainda feridos de ambos os lados, uma vez que se registrou troca de tiros. [...] a embarcação “Pargo” continua ancorada na Praia Redonda [...].

Figura 6 - Primeiro registro de morte na Batalha do Icapuí



Fonte: Diário do Nordeste 23 Jun. 1989

Esses episódios violentos também motivaram outras comunidades do litoral leste, que em 1992 se mobilizaram e buscaram soluções junto às autoridades competentes (IBAMA e Capitania dos Portos). Eles entregaram uma solicitação por escrito à

Diretoria dos órgãos para uma fiscalização mais incisiva contra a pesca predatória nas áreas de Aracati, Cascavel e Icapuí. No entanto não obtiveram sucesso, pois cinco meses após, em 9/12/92 ocorreu outra morte, dessa vez tendo como vítima um pescador de Redonda conhecido como Simeão. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1992, p. 14).

O jornal Diário do Nordeste (9 maio 1995) registrou que em 95 a fiscalização da pesca predatória era motivo de gozação entre os pescadores praticantes da pesca predatória em Icapuí, já que era realizada por quatro navios da Capitania dos Portos que passavam somente em águas profundas, local onde os barcos que praticam essa pesca nem alcançavam. Para o prefeito de Icapuí da época, José Airton Cirilo: “Falta sensibilidade por parte do poder maior que não vive da pesca. A situação é dramática porque leva à desobediência civil coletiva. Quem será o culpado por esse processo criminoso?”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 16 maio 1995).

Em 1996 os pescadores de Redonda associaram-se a outras praias vizinhas (Barra Nova, Uruaú, Barra da Sucatinga, Prainha do Canto Verde e Icapuí) e fundaram um Comitê. Nesse momento foi adquirida uma embarcação, chamada Mosenhor Diomedes I, com dinheiro adquirido das próprias comunidades, para realizar a fiscalização, pois naquele momento o Ibama não contava com nenhum barco. (Diário do Nordeste, 18 ago. 1996). Em 1997 foi firmada uma parceria entre as comunidades e o IBAMA para fiscalização com a utilização dessa embarcação comunitária. De acordo com o Superintendente do IBAMA daquele período, Osvaldo Barbosa, até o mês de outubro do ano de 1997 havia sido realizadas 12 viagens de fiscalização. Consideramos um número pouco representativo já que as pescarias predatórias ocorrem diariamente. (DIÁRIO DO NORDESTE, 11 out. 1997).

Em 1999, algumas atribuições que pertenciam ao IBAMA foram transferidas pelo governo federal para um novo órgão chamado Departamento de Pesca e Agricultura (DPA). Essa medida confundiu os pescadores naquele ano, pois já se encontravam há um mês do início da pesca (após o defeso) e não sabiam a quem recorrer sobre registro e controle de frota. Esse acontecimento demonstra que a desorganização do setor ordenador da atividade e a falta de capacitação dos órgãos responsáveis pela gestão pesqueira é um fato antigo que persiste até hoje e pode ser considerado também como

um contribuinte para o declínio da produtividade e certamente para o agravamento dos conflitos. (DIÁRIO DO NORDESTE, 18 abr. 1999).

A prática da pesca predatória no município de Icapuí ainda possui outros agravantes. Pescadores de Redonda denunciaram em 2001 a invasão desses barcos em sua área de pesca, a retirada e/ou destruição de seus aparelhos dos lugares onde estão mergulhados e roubo da produção. Esses fatos passaram a mudar os hábitos da pescaria na comunidade: os aparelhos que antes eram mergulhados em um dia para serem despescados no dia seguinte, dispensando a presença do pescador nesse intervalo de tempo, por causa dos atos de vandalismo, os pescadores tiveram que passar a dormir no local para preservarem seus aparelhos e garantirem a pesca.

Por outro lado, preocupações de ordem legal com manutenção e sustentabilidade do recurso começam a surgir. Em 2006, foi criado o Comitê de Gestão e Uso Sustentável da Lagosta – CGSL, órgão federal assessorado por subcomitê técnico, coordenados pelo IBAMA e que mantêm comunicação com outros ministérios e setores acadêmicos na intenção de produzir pesquisas que embasem o ordenamento desses recursos representados em um plano (chamado Plano de Gestão para Uso Sustentável da Lagosta¹⁰) que procura contemplar todos os aspectos envolvidos na pesca da lagosta: ecológicos, biológicos, institucionais, sociais e econômicos; estando o respectivo plano, sujeito à aprovação do IBAMA após sua conclusão.

Do ponto de vista social, em consonância com a tendência assistencialista adotada pelo governo federal do PT a partir do governo Lula, surge o seguro defeso, instituído em 2003 através da lei 10.779 que também instituiu critérios a serem comprovados para o recebimento deste benefício possibilitando o recebimento do valor correspondente a um salário mínimo durante o período estabelecido para o defeso através de cadastramento prévio que deve comprovar a prática da pesca responsável praticada em regime individual ou familiar.

¹⁰ Foi por influência das propostas contidas nesse plano que foram alterados, através da instrução normativa numero 138 de 2006, os tamanhos mínimos de captura para as duas principais espécies pescadas em águas brasileiras: *Panulirus argus* e *Panulirus laevicauda*, que passaram a ser de 13 e 11 centímetros de cauda, respectivamente. Esta medida ainda vigora. Disponível em: <<http://www.kaufen.com.br/2010/03/22/defeso-lagosta-0101-a-1507/>>. Acesso em 07.08.2013

Voltando ao município de Icapuí, recentemente, em 2010, novos confrontos voltaram a ocorrer. Desta vez o embate foi em terra, no centro de Icapuí, onde Assis da Cruz, motorista de um coletivo que fazia o transporte de cargas e pessoas entre o centro do município e Redonda, teve seu veículo queimado por pescadores revoltados com as fiscalizações feitas por conta própria pelos pescadores de Redonda, as quais resultavam geralmente em apreensões e recolhimento de embarcações até a praia de Redonda para posterior queima além do saque da produção pesqueira. Em 29 de junho foram feridos a bala dois pescadores de Barrinha, fato que somado às demais ações culminou nesse acontecimento. Até hoje ninguém foi preso, nem indenizado.

Figura 7 - Comunidade de Redonda arrastando embarcação após apreensão realizada por eles mesmos



© CAPTURA DE BARCO que fazia a pesca predatória no mar do Litoral Leste, "justiceros" da pesca artesanal de Redonda arrastam embarcação como prêmio

Fonte: Diário do Nordeste, 2010.

O IBAMA justifica sua ausência diante dos acontecimentos devido à falta de infraestrutura física e do número de pessoal insuficiente para cobrir todo litoral cearense. Atualmente, de acordo com o fiscal do órgão, Rolfram de Castro Ribeiro, só há um barco, uma lancha e cinco fiscais operando na fiscalização.

Seguindo as reportagens encontradas sobre o município, entre 2010 e 2012, diversas matérias no jornal DIÁRIO DO NORDESTE foram publicadas sobre os conflitos e assuntos relacionados. A pesquisadora somou 11 ao todo. No entanto não descartamos a existência de outros episódios que não foram registrados em reportagens,

mas nos foram relatados por pescadores nas entrevistas realizadas em campo e serão abordados em outro capítulo.

Destacamos reportagem do dia 25 maio de 2010, *Mar de Icapuí é cenário para guerra da lagosta*, que trazia notícias de acontecimentos daquela semana, dando conta da fiscalização praticada pela comunidade de Redonda alegando falhas nas operações do IBAMA contra os pescadores que utilizam marambaia e compressor das praias vizinhas do mesmo município:

Dois barcos, dois compressores, dez mil metros de rede caçoeira, 3.500 quilos de lagosta, e com isso, o aviso de que o IBAMA está fiscalizando o mar cearense desde o período do defeso. Enquanto isso, três barcos, um compressor e algumas dezenas de metros de rede caçoeira e quilos de lagosta foram apreendidos pelos próprios pescadores artesanais que fazem a fiscalização paralela no mar de Icapuí até as águas do litoral de Aracati.

Na praia de Redonda, em Icapuí, litoral leste do Estado do Ceará, um galpão serve para guardar os equipamentos apreendidos, um morro recebe os barcos capturados e o quiosque apelidado de “boca do povo”, onde toda a comunidade se reúne para jogar baralho e conversar, é uma discreta e silenciosa guarita de segurança.

RESGATE

Na última quinta-feira, no horizonte da praia de Redonda, avistavam-se nada menos que 14 embarcações em alinhamento, vindo em direção à terra para resgatar “Rafaella”, “Celebridade” e “Ceilândia”, os três barcos que foram apreendidos pelos “redondeiros” em dois dias de perseguição aos grupos de pescadores que, além de usarem equipamentos irregulares, teriam invadido a área considerada “exclusiva” dos artesanais.

[...] Para a pesca de 2010, alguns pescadores que utilizam compressores e Marambaia adquiriram veículos mais modernos. E para disputar em pé de igualdade com os barcos motorizados e velozes desses pescadores “alternativos”, milhares de pescadores artesanais de colônias dos municípios de Aracati e Icapuí, uniram-se para, em contribuições individuais de R\$ 100,00, comprar uma lancha no valor de R\$ 65 mil para alcançar os irregulares que empreenderem fuga. Foi assim que os pescadores artesanais alcançaram os três barcos que apreenderam semana passada. (DIÁRIO DO NORDESTE, CADERNO REGIONAL, 25 maio 2010).

Podemos verificar o poder de união dos pescadores artesanais, não só da comunidade de Redonda, mas também dos demais interessados das praias próximas, além do município.

Em 1 de julho de 2010, o mesmo jornal denunciava que o conflito só cessava na presença da fiscalização do IBAMA, no entanto, ao se afastar das águas do município, os confrontos continuavam:

Já na última terça-feira, pelo menos dois dias depois de a embarcação do Ibama se afastar para fiscalizar outras áreas, pescadores alternativos, [...] foram vistos pescando em área demarcada pelos pescadores da praia de Redonda. A movimentação de quatro embarcações ilegais no fim da tarde de terça-feira foi alertada primeiro por pescadores da Praia de Barreira.

[...] Quando a notícia chegou no “Boca do Povo”, nome que dão ao ponto de encontro de pescadores na Praia de Redonda, os “vigilantes do mar”, como são considerados os redondeiros que fiscalizam por conta própria, pegaram a lancha moderna que compraram este ano e seguiram ao encontro dos ilegais. Eram quatro embarcações da Praia de Barrinha, onde é comum a pesca predatória. Os barcos bateram fuga: dois em direção ao porto de Barrinha, um para águas profundas e outro no sentido da Praia de Redonda. Este último foi capturado. Na troca de tiros, saiu baleado o pescador Francisco de Assis de Sousa Filho, de 54 anos, e seu filho, Antônio Carlos de Oliveira Sousa, ficou ferido com estilhaços de vidro no braço. (DIÁRIO DO NORDESTE, CADERNO REGIONAL, 1 jul. 2010).

O barco ‘apreendido’ desses pescadores feridos nessa ação foi resgatado pelos demais pescadores alternativos: [...] “foram atraídos para uma suposta emboscada [...] Os ‘redondeiros’ abandonaram a ‘presa’ e bateram em disparada”. (Diário do Nordeste, 1 jul. 2010). De acordo com a mesma reportagem, este foi o quinto episódio registrado, com arma de fogo, nos conflitos de Icapuí. Por conta dos pescadores feridos, populares responderam com protesto nas ruas do centro de Icapuí e queimaram outro veículo de transporte coletivo, fechando inclusive, a CE-261, que dá acesso à praia de Mutamba.

Além deste episódio, chama atenção, a audácia dos pescadores alternativos, que demonstraram não temerem nem as autoridades, ao confrontarem-nas em uma ação:

No episódio anterior da “guerra da lagosta”, fiscais do Ibama apreenderam uma lancha em que quatro pescadores faziam a pesca irregular, com compressores de ar. Na volta para terra, dez embarcações cercaram o barco apreendido, intimidaram os fiscais e tomaram a lancha, levada para a praia de Tremembé. (DIÁRIO DO NORDESTE, CADERNO REGIONAL, 1 jul. 2010).

Pescadores de Redonda passaram alguns dias sem ir para o mar, com medo de represálias.

A edição do dia 2 julho de 2010, alerta para as gritantes diferenças em nível de produtividade das duas artes utilizadas em Icapuí (enquanto um mergulhador pode trazer até 250 quilos em um mergulho, esta quantidade corresponde, em média a um mês de pesca de um artesanal). Além dos aspectos que envolvem a saúde do pescador

mergulhador, que também sabe das deficiências desta prática – da forma como é realizada, com botijão de gás de cozinha vazio, sendo utilizado como reservatório de ar, tempo inadequado de descompressão e até mesmo utilização de drogas para aguentar a atividade incessantemente repetida ao longo do dia. Ou seja, de acordo com Melquíades Júnior, autor desta matéria, a pesca predatória envolve não só a questão da depredação do crustáceo, da violência dos embates que matam e deixam sequelas, mas também chama a atenção para um caso de saúde pública, que envolve não só o pescador, mas também todo o município, pois repercute em suas famílias e no sistema público, de forma ampla.

Na última reportagem do terceiro dia consecutivo, houve registro de apreensão de uma embarcação realizada por navio da marinha brasileira que pescava a 19,8 quilômetros da costa nas águas de Icapuí: seus tripulantes foram levados para sede da polícia federal em Fortaleza por crime ambiental prescrito na lei federal 9.605/1998, uma vez que utilizavam compressores para capturar lagosta. Declarações dos representantes dos órgãos de fiscalização deixaram claro que as operações realizadas conjuntamente vinham dando certo, com apreensões, capturas de grande quantidade de pescado além do indiciamento dos culpados. O então chefe da fiscalização do Ibama, Rolfram Ribeiro, em entrevista para esta reportagem declarou que “No caso da apreensão do barco ‘Morena’, os aparelhos são destruídos, a embarcação fica detida, se tivesse lagosta, seria doada. Como não tem lagosta, e certamente foi jogada ao mar, isso acaba por prejudicar ainda mais a situação dos pescadores.” (DIÁRIO DO NORDESTE, CADERNO REGIONAL, 3 JUL 2010. p. 1).

A reportagem do dia 17 de outubro de 2010 dá conta do fim do acordo entre Redonda e Ibama, que utilizava as duas embarcações da comunidade (Monsenhor Diomédes I e Monsenhor Diomédes II) para fiscalizar devido à sua insuficiente “frota” (um barco e um bote). A polícia federal rebocou os dois barcos até Fortaleza devido às ações desempenhadas por eles na ausência do órgão: fiscalização armada utilizando-se de suas camisas como capuz, depredação de barcos e materiais encontrados com os pescadores mergulhadores, violência e mortes. Melquíades Junior declarou que “a guerra ganhou repercussão nacional.” (DN - caderno regional, 2010. p. 9), uma vez que o então Ministro da Pesca, Altemir Gregolim, em visita ao Ceará, prometeu uma solução para o problema em Icapuí.

Quase dois anos após a publicação da matéria comentada acima, em artigo publicado em 6 junho de 2012, constata-se o fim de uma trégua nos conflitos, uma vez que, de alguns barcos que tinham sido capturados pela comunidade de Redonda e colocados na praia, após um dia de pescaria, desapareceu! Os populares desconfiam que haja algum ‘traidor’ entre eles. Este fato motivou a queima das demais embarcações que encontravam-se no mesmo local. O autor também faz um balanço da fiscalização praticada ilegalmente por eles:

Cerca de 14 barcos pescando ilegalmente já foram capturados pelos redondeiros nos últimos anos. Desses, ao menos seis que ainda estavam depositados na praia foram incendiados no último fim de semana, para que não pudessem mais ser retomados à revelia dos pescadores de Redonda, conforme afirmam moradores da comunidade. (DIÁRIO DO NORDESTE, CADERNO REGIONAL, 6 jun. 2012).

Matérias pesquisadas dos meses de julho e agosto de 2012 comentam o conflito como muito grave para a produtividade sustentável da atividade no estado e ainda destacam conclusão de Rolfram Castro, fiscal do Ibama, de que os empresários, atravessadores e donos de embarcações são os principais responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelos fiscais, já que estes fraudam documentos para enquadrarem-se nas normas da legislação como praticantes de pesca responsável, quando, no entanto, praticam pesca predatória. Outro destaque dos conteúdos desses artigos está na tentativa de inserir a lagosta no cardápio oficial da copa de 2014, mas para isso, tem que ser realizado um procedimento que reúne várias etapas até se chegar a uma certificação internacional para o crustáceo. Sendo uma das etapas a ser estabelecida e verificada, a origem do produto, fato que favorece os pescadores adeptos da cangalha e/ou manzuá.

2.6 Conflitos na pesca

Para entender os determinantes dos conflitos na pesca, faz-se necessário definir o que são conflitos socioambientais, uma vez que os conflitos que surgem em torno da pesca também possuem origem nas relações do homem com o meio e dizem respeito geralmente à disputa por recursos naturais.

De acordo com Little (2001), os conflitos socioambientais envolvem três diferentes dimensões a serem considerados em sua análise, a saber: a humana e suas instituições; a natural e seus ciclos; e a interdependência dinâmica existente entre as duas primeiras. Little (2001) ainda aponta três diferentes causas desses confrontos: as associadas ao uso e conhecimento ambiental, as ligadas aos impactos humanos e/ou ambientais causados por uso e pelo controle desses mesmos recursos.

Especificamente quanto ao sistema pesqueiro, Charles (1992) classifica quatro categorias de conflitos de pesca: (1) *jurisdição de pesca*, que diz respeito à gestão, acesso e direito à pesca; (2) *mecanismos de gestão*, que diz respeito a questões de curto prazo sobre desenvolvimento e implementação de planos de gestão na pesca; (3) *alocação interna*, refere-se a conflitos surgidos dentro do sistema entre grupos de usuários e tipos de artes, bem como, entre diferentes pescadores, atravessadores e demais participantes geralmente quando o recurso é ou está escasso; (4) *alocação externa*: está relacionado com uma ampla gama de conflitos entre participantes internos e externos (pode incluir até frotas estrangeiras e o público em geral) (tradução nossa).

O referido autor demonstrou essas categorias em seu estudo de caso realizado no Canadá, na costa do Pacífico, onde constatou que existem conflitos decorrentes da pesca do salmão que envolvem três principais grupos: pescadores comerciais, pescadores esportivos e a comunidade pesqueira local. Esses grupos também entram em conflito com os gestores públicos e com os atravessadores. Além disso, há situações conflituosas entre os setores que utilizam-se comercialmente do mesmo recurso. No estudo foi revelada ainda a incidência de questões externas como a utilização da água para projetos hidrelétricos em detrimento da atividade pesqueira e a poluição provocada por uma indústria de celulose. Ele identificou então, conflitos de alocação interna (quanto às disputas entre os diferentes grupos e entre alguns deles e atravessadores) e conflitos de ordem externa como as disputas entre os grupos nativos e novos usuários do sistema (como a hidrelétrica e a fábrica de celulose).

Burda (2007) realizou estudo com pescadores de três comunidades do litoral Baiano (Porto de trás, Ponta Grossa e Banca do Peixe) onde detectou conflitos entre eles devido à competição pelos mesmos territórios de pesca, conflitos entre mergulhadores locais e externos, entre pescadores locais devido ao uso de diferentes artes de pesca, além

de problemas devido à presença de embarcações de outras regiões. A autora distinguiu os conflitos entre esses diferentes grupos e suas respectivas causas, apresentando-os em uma tabela e discutindo os resultados em seu trabalho. Burda *et al.*(2007) investigou os tomadores de decisão (representantes do poder público)e defende como solução para esses conflitos a fiscalização das infrações no mar.

Hellebrandt *et al.* (2011, p.1) afirmam que “os conflitos em torno da atividade pesqueira são complexos e de natureza diversificada” e acrescentam que “a compreensão dos conflitos na pesca requer a análise de sua relação com as políticas públicas no setor.” De acordo com Isaac *et al.*, (2006, p.185): “... políticas públicas de fomento promovidas pelo estado têm sido invariavelmente geradores de conflitos devido à ineficiência na implementação...”.

Hellebrandt *et al.* (2011) propõem o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem a identificação, caracterização e o entendimento dos conflitos na pesca bem como sua relação com a política pública para a pesca no país. Para tanto, realizaram trabalho na colônia Z-3 (RS), com objetivo de contribuir para implementação de políticas que visem o desenvolvimento sustentável da atividade nos âmbitos social, econômico, político e ambiental. A base da metodologia foi composta por aplicação de questionário piloto, observação participante e revisão de literatura que contemplou conflitos na pesca associadas a políticas públicas.

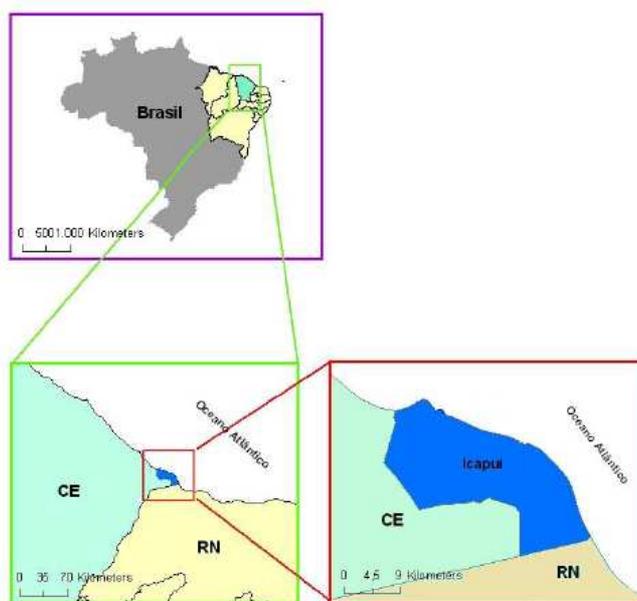
Sobreiro e Freitas (2008) identificaram conflitos no município de Barcelos (AM) associados ao controle e acesso dos recursos pesqueiros, às formas de manejo da pesca, tensões entre pescadores e as repercussões políticas sobre o setor pesqueiro e demonstraram que esses processos são dinâmicos. As conclusões foram provenientes a partir da adaptação da metodologia proposta por Bennet *et al.*(2001) que sugere a diferenciação dos conflitos em diferentes tipologias.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

O município de Icapuí - CE, conhecido anteriormente por “Caiçara”, que significa “cerca de galhos para proteção das tribos indígenas”, pelo que se supõe, é proveniente da palavra *Igarapuí* que significa “coisa ligeira”. É um dos municípios mais novos do Estado, tendo obtido sua emancipação pela Lei nº 11.003, de 15 de janeiro de 1985, deixando, então, de ser distrito do município de Aracati. Icapuí está localizado no leste do estado do Ceará, na divisa com o estado do Rio Grande do Norte, ao sul e a oeste com o município de Aracati e ao norte com o Oceano Atlântico, constituindo parte da microrregião do baixo Jaguaribe. (BRASIL, 2000).

Figura 8 - Localização espacial do Município de Icapuí – CE

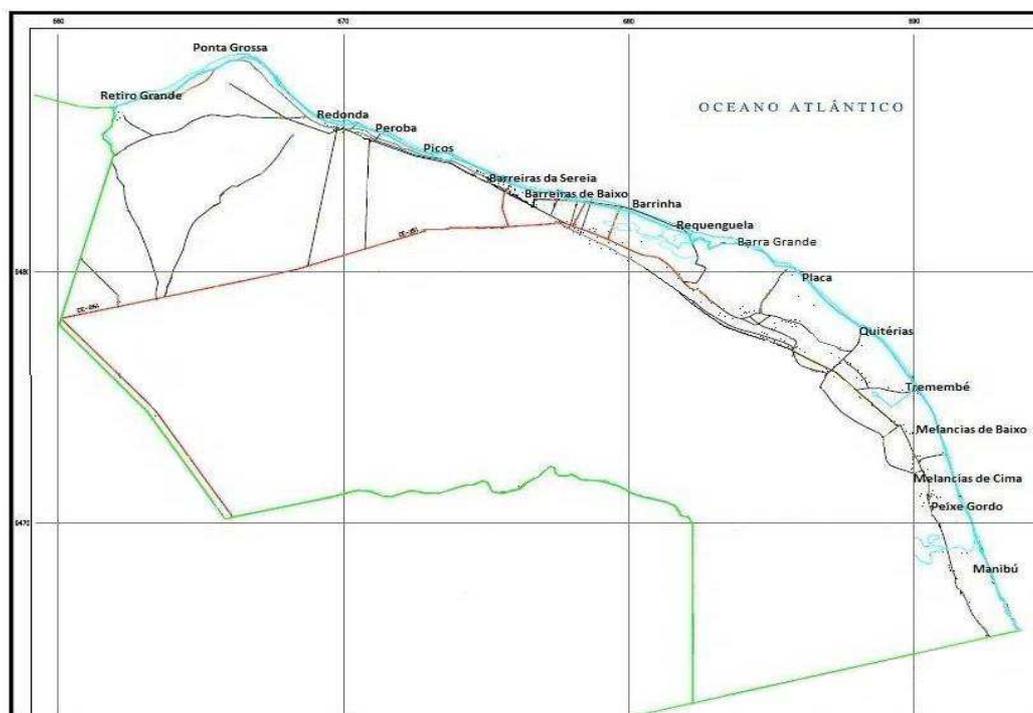


Fonte: Adaptado de CEARÁ, SOMA (2005).

Distante 206 Km de Fortaleza por via rodoviária, possui 64 Km de praia, divididos entre 15 praias e 17 comunidades litorâneas que habitam nessa extensão: Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Peroba, Picos, Barreiras da Sereia, Barreiras de Baixo, Barrinha, Requenguela, Barra Grande, Placas, Quitérias, Tremembé, Melancias de Baixo, Melancias de Cima, Peixe Gordo e Manibú (ver Figura 9). A população estimada é de aproximadamente 18.393 habitantes distribuída numa área total de 429,3

Km² (IBGE, 2010). A área do município representa 0,29% do território do estado do Ceará. (SOMA, 2005).

Figura 9 - Mapa de localização das comunidades litorâneas¹¹ de Icapuí, litoral do Estado do Ceará.



Fonte: PINTO (2012).

As principais atividades econômicas do município são a pesca; principalmente da lagosta, pecuária, agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal, principalmente do coco, a coleta de algas e mariscos, artesanato, o beneficiamento da castanha de caju, e do pescado, turismo comunitário, carcinicultura e outras atividades ligadas ao setor terciário. (CEARÁ. SOMA, 2005; PINTO, 2012). A extração de petróleo também passou a despontar com importância na região a partir do início dos anos 2000. (BRASIL, 2000).

Há uma singularidade no município que apresenta vocação natural para a proliferação da lagosta: em sua plataforma continental existe um substrato bioclástico, formado principalmente por algas calcárias, conchas de moluscos, ostracodes,

¹¹ Aqui, utilizamos mapa com comunidades litorâneas do município de Icapuí para demonstrar que o número de praias e comunidades difere; pois Icapuí possui 15 praias, no entanto, 17 comunidades. Consideramos comunidades litorâneas como sendo grupos sociais localizados à beira-mar e que possuem estreita ligação com o meio marinho, determinando inclusive, seu modo de vida.

briozoários e foraminíferos, elementos que constituem habitat propício à lagosta, favorecendo seu desenvolvimento e reprodução. (PAIVA, 1974; FERREIRA, 1994; IVO, 1996 *apud* ALMEIDA, 2010).

Diante do exposto, podemos considerar a grande relevância da atividade lagosteira para o município, já que no município o setor conta com a participação direta de 2.555 pescadores artesanais registrados (sendo 500 mulheres e 2.055 homens aproximadamente), 340 embarcações permissionadas, além da participação indireta de centenas de pessoas seja como atravessadores, roladores ou que trabalham no beneficiamento, agregando valor ao produto. (DADOS COLETADOS ORALMENTE NA SUPERINTENDENCIA DA PESCA).

3.2 Técnicas e Procedimentos operacionais

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, uma vez que o tema central trata de um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois envolve um universo de costumes, memórias e relações que surgem entre diferentes esferas, como a econômica, a ambiental e a social, além de sofrerem influência direta do setor institucional que regula a atividade da pesca.

Uma abordagem qualitativa deve conter certos requisitos tais como: considerar os atributos dos sujeitos sociais e do ambiente que o pesquisador pretende conhecer e captar uma amostra suficiente de entrevistados a fim de garantir a veracidade das informações, muito embora não se deva desconsiderar informações singulares que possuam conteúdo importante. (MINAYO,1993; PINTO, 2012).

Os procedimentos metodológicos empregados no trabalho, no momento da coleta, foram: (i) levantamentos bibliográficos (MATOS & SOFIA, 2001); (ii) Bola de neve (*snow-ball sampling*) (BAILEY,1982); (iii) Entrevistas informais, entrevistas semi-estruturadas, entrevistas estruturadas. (AMOROZO e VIERTLER, 2008; BONI e QUARESMA, 2005); e (iv) Grupo focal (MORGAN, 1997; VEIGA e GONDIM, 2001).

A seguir especificaremos cada técnica empregada:

i) Levantamentos bibliográficos

Os dados bibliográficos foram coletados na fase inicial da pesquisa (primeiro semestre de 2012) com a finalidade de potencializar o conhecimento acerca do objeto pesquisado dando consistência ao trabalho. O acervo levantado inclui trabalhos científicos realizados na área e em outras localidades como monografias, dissertações, teses e artigos, reportagens extraídas dos principais periódicos do estado, documentos oficiais de instituições relacionadas com a pesquisa além de referências essenciais para construção de um trabalho científico relevante.

ii) Bola de neve (*snow-ball sampling*)

O *snow-ball sampling* ou método bola de neve (BAILEY,1982) consiste na indicação pelo informante inicial em outro informante e assim por diante, para aplicação de entrevistas. Considera-se ser este um método que proporciona maior segurança das fontes de informação. Este método é utilizado também como técnica pela Análise dos Atores Sociais – que será detalhado adiante.

A escolha do primeiro informante surgiu a partir das leituras iniciais realizadas na etapa da revisão bibliográfica em fontes como periódicos que retrataram o conflito em seus períodos de confrontos mais intensos entre as comunidades de Icapuí e em conversas informais com pesquisadores da UFC com experiência em estudos no município. Em várias reportagens do Jornal Diário do Nordeste e nas conversas informais, o nome de Tobias Soares, presidente do SINDIPAME (Sindicato dos Pescadores, Pescadoras e Marisqueiras do Estado do Ceará) Sindicato que representa os pescadores do município e localiza-se em Redonda (fato que dificulta a real representação, na prática, de todos os envolvidos com a pesca no município) foi citado como principal representante da praia de Redonda. Por esses motivos, Tobias foi o primeiro a ser procurado para iniciar a coleta de dados no município, sendo a partir desse momento configurado o início da utilização do método Bola de Neve, pois este passou a indicar o próximo entrevistado e assim sucessivamente.

Já na comunidade de Barrinha, procuramos Rivânia, presidente da colônia de pescadores localizada no centro do município e fundada anteriormente ao SINDIPAME. A informante também colaborou com a pesquisa e indicou o próximo a ser entrevistado, dando continuidade ao método.

iii) Entrevistas

A escolha feita pela utilização das entrevistas deveu-se pela maior flexibilidade desta técnica quando o objeto da pesquisa se refere a “revelação de informações sobre assuntos complexos, emocionalmente sensíveis ou para verificar os sentimentos subjacentes a determinada opinião apresentada”. (SELLTIZ *et al.*, 1974, p.272) como é o caso de temas que envolvem conflitos.

Foram aplicadas entrevistas do tipo informal, semiestruturadas e estruturadas focalizadas na temática em estudo, uma vez que essas se dirigiram aos envolvidos no problema, que de alguma forma o vivenciaram e/ou vivenciam (MERTON, FISKE E KENDALL, 1956 *apud* SELLTIZ *et al.*, 1974). As entrevistas informais aproximam-se de conversas normais e foram aplicadas basicamente na fase inicial do trabalho. As entrevistas semi-estruturadas foram elaboradas a partir das entrevistas informais e contiveram um foco maior e mais específico no objeto de estudo. Representadas em perguntas abertas, esse modelo permite mais liberdade nas colocações das memórias dos respectivos entrevistados. As entrevistas estruturadas foram formuladas com perguntas abertas e fechadas acerca do objeto bem como do papel do entrevistado nos conflitos em questão. (AMOROZO e VIERTLER, 2008; BONI e QUARESMA, 2005).

Dois diferentes guias de entrevistas foram elaborados, de acordo com os grupos investigados: um guia semiestruturado direcionado aos pescadores do município de Icapuí (APÊNDICE A); e um questionário estruturado direcionado aos órgãos e/ou instituições que possuem atuação no setor lagosteiro do estado (APÊNDICE B).

O APÊNDICE A possui termo de consentimento para esclarecer aos entrevistados o objetivo do trabalho, informando para que os dados serão utilizados. Esse apêndice foi aplicado a 16 pescadores distribuídos nas comunidades de Redonda e Barrinha por se tratarem das principais representantes do conflito. A entrevista foi

composta de oito perguntas sendo abertas referindo-se basicamente aos principais episódios, ao tempo da atividade exercida por eles, sobre os atravessadores que têm relação com a praia e sua possível influência nos conflitos, sobre aparelhos de pesca utilizados e motivos de sua utilização bem como no que diz respeito a opiniões para resolução dos conflitos e por último era solicitado a indicação do próximo respondente para se configurar o método Bola de Neve. Procurou-se redigir as perguntas de forma clara para facilitar a compreensão por parte dos respondentes e garantir a veracidade das respostas diminuindo a margem de erro causada por dúvidas advindas da redação das perguntas. Alguns pescadores se opuseram a citar nomes, principalmente no que se que referia aos atravessadores, pois não queiram se comprometer. Essa negação ocorreu somente na praia de Barrinha.

As entrevistas no município de Icapuí (APÊNDICE A) foram aplicadas no período de setembro de 2012 a maio de 2013. As viagens a campo foram realizadas em períodos de dois ou três dias a cada dois meses totalizando 14 dias de pesquisa no município. Foi utilizado um gravador digital SAMSUNG para o armazenamento do conteúdo das entrevistas que totalizaram 8°42'37'' de registros fonográficos.

Por diversas vezes, durante as entrevistas no município de Icapuí, foram encontradas mais de uma pessoa ao mesmo tempo sendo as demais, colegas de profissão ou pessoas da família. Dessa forma, quase sempre havia mais de uma opinião ou resposta acerca de uma pergunta do guia de entrevista, portanto, por muitas vezes as informações colhidas tiveram que ser confrontadas e/ou somadas. Borgonha (2008, p. 54) reforça essa constatação ao revelar que

Tais relatos, quando ocorrem em conjunto, se complementam com informações adicionais, fatos que fogem à memória, ou entram em controvérsia com outras opiniões até que se encontre algum ponto convergente de informação que passe a refletir a “verdade” naquela situação.

Durante as entrevistas muitas respostas ganharam um tom de denúncia, talvez até pelo próprio conteúdo do objeto. Muitas vezes a pesquisadora foi confundida com uma representante do poder público. No imaginário de alguns respondentes, a pesquisadora teria poderes para solucionar os conflitos ou até punir os prováveis “culpados”.

Em Barrinha alguns pescadores desconfiaram da neutralidade da pesquisa, passando em alguns momentos iniciais a ideia de que não estavam sendo totalmente verdadeiros quanto às respostas, talvez por medo de sofrerem alguma repreensão ou até mesmo de perder algum benefício recebido, como a licença para exercer a profissão, seguro-defeso, aposentadoria e outros.

Alguns entrevistados encontrados no município não se tratavam de pescadores: a delegada municipal, duas esposas de antigos pescadores (também entrevistados), o ex-superintendente do IBAMA, que atuou entre 2003 e 2008 e um vereador do município. Para tanto, no primeiro e nos dois últimos casos, foram feitas adaptações do APÊNDICE A. No caso das esposas de pescadores, as entrevistas foram do tipo informal, sem roteiro, pois elas mesmas pediram para falar e queriam contar suas histórias a partir de seus pontos de vista.

O APÊNDICE B também contém um termo de consentimento que esclarece os objetivos do trabalho, informa onde os dados serão publicados e solicita honestidade para garantir o sucesso da pesquisa. Nesse formato as perguntas são abertas e fechadas sendo compartmentadas em seis seções, divididas por assunto: (1) atuação profissional do respondente; (2) nível de envolvimento nos conflitos socioambientais; (3) sobre o contexto conflito; (4) sobre as causas dos conflitos; (5) sobre as capacidades de resolução; e (6) sobre cenário futuro. Nesse modelo, a redação é feita de forma mais elaborada e possuem mais perguntas, totalizando vinte. Os respondentes foram escolhidos dentre representantes das instituições que possuem vínculo com o setor lagosteiro. Como as perguntas apresentam um caráter político no consentimento deixamos claro que não era obrigatório responder a todas as questões. Alguns respondentes demonstraram dificuldades em algumas questões por não terem conhecimento prático do assunto e/ou por não participar diretamente dos conflitos.

As entrevistas do APÊNDICE B foram realizadas ao longo da pesquisa de acordo com a evolução do trabalho nos seguintes locais: IBAMA, Capitania dos Portos, Labomar e Polícia Civil. Também foi utilizado um gravador digital SAMSUNG para o armazenamento das entrevistas que totalizaram 4°56'32'' de registros fonográficos.

iv) Grupo focal

O grupo focal é uma técnica metodológica que coleta informações por meio de interações com as pessoas envolvidas, na ocasião torna-se possível discutir um tema sugerido pelo pesquisador (MORGAN, 1997). De acordo com Veiga e Gondim (2001), a reunião com grupo focal pode ser caracterizada como um instrumento para melhor compreensão do processo de construção das atitudes, impressões e das representações coletivas construídas em sociedade. De acordo com Dias (s.d) através desse método é possível aprender como os participantes compreendem a realidade, seus saberes e práticas. A referida autora utiliza sua experiência para aconselhar sobre a quantidade de participantes necessários para uma melhor otimização do método:

O grupo focal se inicia com a reunião de seis a 10 pessoas selecionadas com base em suas características, homogêneas ou heterogêneas, em relação ao assunto a ser discutido. [...] Por experiência prática com dinâmicas de grupo, pode-se considerar que 6 pessoas são suficientes para promover uma discussão. Com menos de seis pessoas, as idéias e interações tendem a ser mais esparsas e há maior probabilidade de algumas pessoas se sentirem intimidadas pelos mais extrovertidos. Grupos com mais de 10 pessoas, por outro lado, são mais difíceis de serem gerenciados quanto ao foco da discussão e à distribuição do tempo disponível para a participação efetiva de todos.

A interação presente no grupo focal produz melhores resultados, pois as respostas tornam-se mais aprofundadas, portanto mais próximas da realidade, conferindo a pesquisa uma maior validade. (JOHNSON, 1994). “Resumindo, a sinergia entre os participantes leva a resultados que ultrapassam a soma das partes individuais” (DIAS, s.d, p. 4).

O método foi aplicado somente nas duas comunidades escolhidas e onde já havia sido aplicado o Apêndice A. As reuniões foram previamente planejadas e orientadas no momento pela própria pesquisadora. Essa orientação reflete a função de facilitador do grupo que deve ser ocupada por uma pessoa que tenha conhecimento do assunto, não esteja diretamente envolvida, seja flexível, neutra para conduzir o debate e promova a participação de todos os convocados. (DIAS, s.d).

O planejamento das reuniões foi feita com o auxílio de um representante de cada localidade. Em Redonda foi escolhido o Sr. Raimundo Louro e em Barrinha, o Sr.

Raimundo Sebastião. A pesquisadora optou por formar dois grupos focais, sendo um na praia de Redonda e outro em Barrinha, devido à rivalidade existente entre as duas comunidades, o possível comprometimento das respostas e a perda do foco do objeto da discussão. Os grupos focais contaram com a participação de 18 pescadores, sendo dez da comunidade de Redonda e oito da comunidade de Barrinha. Os participantes do grupo focal foram preferencialmente convocados entre os mesmos respondentes das entrevistas individuais realizadas do Apêndice A. No entanto, alguns pescadores que não tiveram participação nas entrevistas foram trazidos por alguns colegas que já haviam confirmado participação no grupo.

3.3 A análise dos dados

Foi considerada a visão tradicional e a memória dos entrevistados (STURTEVANT, 1964 *apud* COSTA-NETO, 2000a; 2000b). Os dados obtidos foram analisados separadamente tendo em vista que foram aplicados dois instrumentos diferentes de coleta de dados para cada grupo de atores além de aplicação de guias de entrevistas adaptados para respondentes que não se enquadravam em nenhum dos perfis. A validade das respostas foi confirmada através de situações sincrônicas¹², a fim de certificar a veracidade das informações coletadas.

3.3.1 Métodos de Análise dos Conflitos

Esta pesquisa optou por se basear em modelos de análise de conflitos aliados a metodologia qualitativa Análise das Histórias de Vida. Tais como Tipologias dos Conflitos na Pesca e Análise dos Atores Sociais. Estes métodos foram definidos com base nos objetivos da pesquisa estabelecidos.

i) Análise das Histórias de Vida

A história de vida é um método utilizado na pesquisa qualitativa que “trabalha com a estória ou o relato de vida, ou seja, a história contada por quem a vivenciou”. (SPINDOLA e SANTOS, 2003, p. 121). Como o objeto de estudo trata de conflitos, os

¹² Quando a mesma pergunta é feita a diferentes pessoas em tempos próximos (BURDA, 2007).

dados coletados nas entrevistas e no grupo focal, embora resgatados em memórias individuais, reproduzem acontecimentos sociais relevantes dentro do sistema biosocioeconômico já mencionado. Para Bertaux (*apud* SPINDOLA e SANTOS, 2003, p. 121) “histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte”.

O método história de vida identifica as “pontes” entre as histórias individuais e a história coletiva, social. Consideramos que as histórias individuais representam a realidade de um grupo a ser compreendida pela pesquisadora. Para Paraná (1996, p. 317), o método tem o intuito “de dar voz àqueles cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante” o que se configura no caso principalmente dos pescadores envolvidos nos conflitos.

Nesta pesquisa, este método é aplicado com o objetivo de apresentar a evolução histórica, percepções e experiências vivenciadas pelos pescadores no conflito da pesca da lagosta na Redonda, Icapuí. Para isto, é feito um relato da experiência coletiva dos pescadores construída com base nos fragmentos históricos narrados pelos respondentes do Apêndice A.

ii) Tipologias dos Conflitos na Pesca

A tipologia dos conflitos na pesca em Redonda, Icapuí, consiste em descrever as características do conflito e classificá-lo em função de suas causas determinantes, tendo como base a tipologia proposta por Charles (1992). Para o referido autor, os conflitos são determinados por um conjunto complexo de fatores, uma vez que existe uma gama de interesses e atores sociais interagindo entre si e com o meio; além disso, as relações são ordenadas pelas instituições que também se configuram como atores sociais.

Charles (1992) classifica os conflitos da pesca em quatro categorias, os quais são determinados pela: (i) Jurisdição da pesca; (ii) Mecanismos de gestão; (iii) Alocação interna dos recursos; (iv) Alocação externa dos recursos. O Quadro 1 mostra a tipologia de conflitos da pesca e seus respectivos fatores determinantes de acordo com Charles (1992). Deve-se destacar que os fatores determinantes listados para cada um dos tipos

de conflitos não são exaustivos, podendo surgir outros fatores não listados no Quadro como resultado da pesquisa.

Quadro 1 – Tipologia dos conflitos de pesca e suas causas determinantes

Tipo de Conflito	Fatores Determinantes
Jurisdição de Pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos de propriedade • O papel do governo • Conflitos intergovernamentais
Mecanismos de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão e planejamento • Conflitos na aplicação dos instrumentos de gestão • Interações entre pescadores/governo
Alocação Interna	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito de “guerra de equipamentos” • Conflito entre grupos de usuários • Disputa entre pescadores e atravessadores
Alocação externa	<ul style="list-style-type: none"> • Disputa entre pescadores locais e estrangeiros • Disputa entre pescadores e aquicultores • Pesca <i>versus</i> usos aquáticos competitivos

Fonte: Charles (1992).

Por exemplo, um conflito de alocação interna pode ocorrer quando dois grupos de pescadores (usuários do recurso pesqueiro) possuem interesses opostos: um grupo busca maximizar lucro pelo aumento do esforço de pesca (em seu *stricto sensu*: aumento da produtividade); o outro grupo busca por melhorias de bem-estar social e/ou exploração sustentável dos recursos pesqueiros. Esses objetivos podem fazer os grupos adotarem estratégias, cujas ações podem resultar em efeitos adversos, dando origem a disputas e conflitos entre os grupos.

Nesta pesquisa, os fatores determinantes ou causas dos conflitos são caracterizados com base nos dados e informações levantadas durante a pesquisa. Dada à natureza complexa do fenômeno, provavelmente não será possível eleger um único fator como causa primária de um conflito, mas sim uma gama de fatores que concorreram conjuntamente, embora com pesos diferenciados, para a ocorrência do conflito. Também não se descarta a possibilidade da existência e interação de conflitos ocorrendo na área de estudo, o que poderá ser verificado através desta pesquisa.

(iii) Análise dos Atores Sociais

A análise de atores sociais consiste na descrição do estado atual do cenário investigado e de seus integrantes. Este método trata-se de um instrumento inicial e

fundamental para análises mais aprofundadas (análise normativa e instrumental) da gestão dos recursos naturais.

Esta pesquisa segue as recomendações de Reed *et al.* (2009) para a análise descritiva dos atores sociais envolvidos nos conflitos. Segundo Reed *et al.*, esse método é capaz de definir os aspectos de um fenômeno social e natural afetado por uma decisão ou ação, identificar indivíduos, grupos e até organizações que são afetadas ou podem afetar as partes do fenômeno (essa identificação pode incluir entidades não humanas e não vivas) e por último é capaz de priorizar esses indivíduos e grupos para a participação no processo decisório.

A partir do levantamento bibliográfico realizado no setor de pesquisa do Jornal Diário do Nordeste somado as entrevistas realizadas na área de estudo e nos órgãos que possuem alguma relação com a mesma, tornou-se possível identificar os atores nos conflitos. Estes serão apresentados em um quadro onde será exposto quem são e qual o seu papel, caracterizando assim os envolvidos.

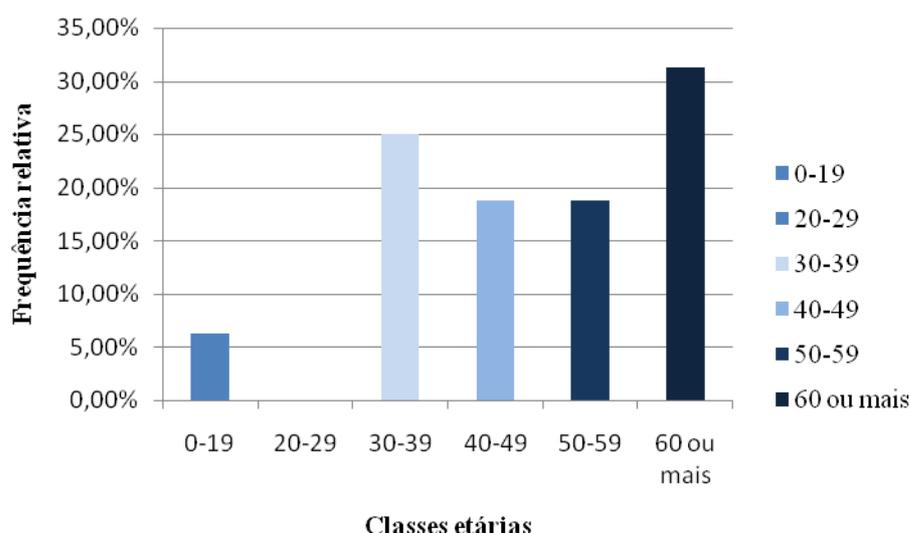
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização dos Respondentes

Esta seção apresenta a estatística descritiva dos respondentes, ou seja, dos pescadores entrevistados em Barrinha e Redonda. Ao todo, foram realizadas 16 entrevistas com os pescadores das comunidades investigadas, assim distribuídas: sete em Barrinha; e nove em Redonda.

A idade dos respondentes variou entre 19 a 73 anos, ficando a média de idade em 47 anos. Distribuindo os respondentes em seis classes etárias, 6,25% (1 pescador) encontra-se entre 0 e 19 anos; nenhum pescador na faixa entre 20 e 29 anos foi entrevistado; 25% dos entrevistados situam-se entre 30 e 39 anos; 18,75% foram encontrados igualmente nas faixas de 40 e 49 anos e 50 e 59 anos; e 31,25% dos pescadores ficaram na classe de 60 anos de idade ou mais (GRÁFICO 1). Esses resultados estão em consonância com a estatística nacional para o setor (MPA, 2010) que revela que mais da metade dos pescadores do Brasil têm 40 anos de idade ou mais.

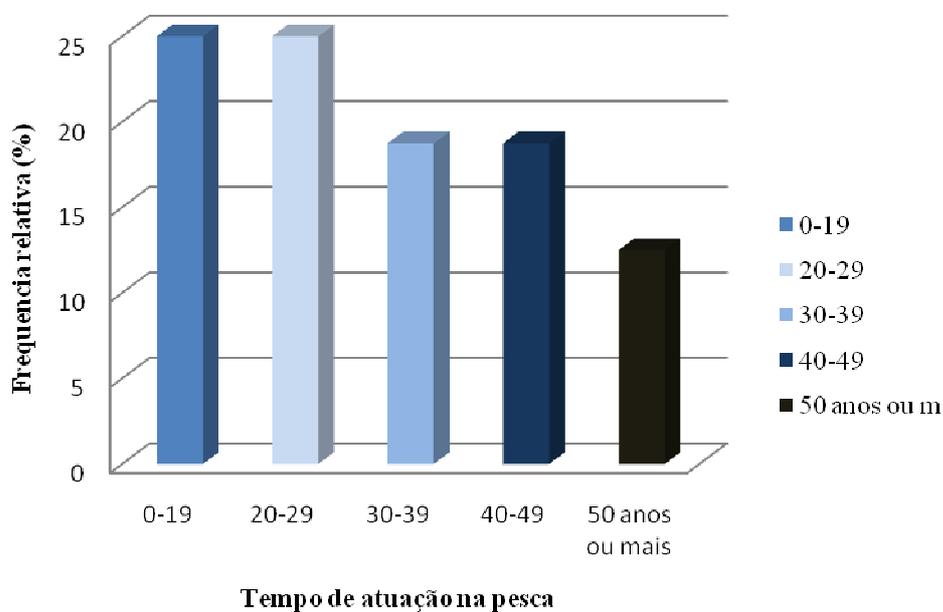
Gráfico 1- Distribuição das classes etárias dos pescadores entrevistados em Icapuí



Fonte: Elaborado pela autora, 2013

Com base nas respostas dos pescadores, o tempo de atuação na pesca variou de 3 a 52 anos, equivalente a um tempo médio de atuação de 30 anos por pescador. Distribuindo os pescadores em seis classes quanto aos anos de atuação, verificou-se um percentual igual de pescadores (25%) com atuação por até 19 anos e também na classe de 20 a 29 anos de atuação (25%). Um percentual de 18,75% foi constatado entre 30 a 39 anos de atuação bem como na classe entre 40 e 49 anos. Apenas dois pescadores atuavam a mais de 50 anos na pesca, o que corresponde a 12,5% (GRÁFICO 2).

Gráfico 2- Tempo de atuação na pesca dos pescadores entrevistados em Icapuí



Fonte: Elaborado pela autora, 2013

O gráfico acima teve as duas primeiras faixas (0-19 e 20-29 anos de atuação) predominantemente ocupadas pelos mergulhadores de Barrinha que geralmente são adultos, mas não tão idosos quanto os experientes pescadores encontrados em Redonda (que são mais numerosos nas faixas de atuação entre 40-49 e 50 anos ou mais).

Em geral, o pescador tem um longo tempo de atuação na pesca pelo fato do mesmo depender fortemente dos recursos pesqueiros para garantir a subsistência de sua

família e, particularmente, como a única forma de geração de renda no município. Como ficou evidente durante a pesquisa, essa dependência é intensificada em função do número elevado de dependentes residindo no mesmo domicílio, que em alguns casos abrangem esposa, filhos, noras, genros e até mesmo netos. Porém, na atualidade, observa-se desinteresse dos jovens pela atividade (essa característica é mais fortemente observada em Redonda), que pode ser motivado pelo surgimento de novos postos de trabalho em outros setores que oferecem maior retorno financeiro como também pelo próprio declínio da atividade pesqueira em termos financeiros. (SALLES, 2011).

Em Redonda, a forma de aprendizagem do ofício pelos jovens se dá, tradicionalmente, através da transmissão de conhecimentos de pai para filho, como se pode constatar pelos dados levantados: dos nove entrevistados, 100% aprenderam o ofício com o próprio pai. Este resultado está em conformidade com o apresentado por Borgonha (2008) que detectou nas comunidades marítimas da Caponga (também no litoral leste) uma tendência dos precedentes familiares influenciarem as crianças na escolha da atividade.

Enquanto, em Barrinha, percebeu-se que o jovem pescador ingressa na profissão não necessariamente através da influência do pai, como os dados mostram: dos sete entrevistados, quatro (57,14%) aprenderam com amigos e/ou por vislumbrarem a possibilidade de maiores ganhos financeiros e os três restante, seguiram a tendência de influência dos precedentes familiares encontrados em Redonda. Para ratificar o primeiro resultado apontado em Barrinha, trouxemos o caso de um funcionário público da Prefeitura de Icapuí, que a partir de conversas com pescadores de lagosta, decidiu ingressar na atividade para obter uma renda extra, levando-o a ingressar na pesca como “mangueireiro” (operador de mangueira na lancha de pesca de lagosta) já aos 30 anos de idade além de ter aprendido o ofício com os mesmos colegas pescadores que lhe informaram sobre a lucratividade da atividade, “quando realizada com mergulho e compressor” – ênfase dada por ele mesmo. Dados similares foram encontrados por Burda (2007), ao estudar os pescadores da costa do Itacaré (BA), onde pôde observar que dentre os pescadores estudados, 40% aprenderam a pescar com os pais, 30% sozinhos e os demais aprenderam com amigos e /ou familiares.

De forma geral foi possível perceber diferenças com relação ao perfil dos pescadores das comunidades estudadas. Essas diferenças estão relacionadas com a estrutura da moradia, com o nível de vida e com aspectos culturais. Em Barrinha observou-se que as casas são mais estruturadas, com melhor acabamento, embora ambas as comunidades pesquisadas possuam praticamente os mesmos bens duráveis como televisão, geladeira, fogão e móveis.

Em Redonda, principalmente entre os meses de agosto a dezembro, que correspondem aos cinco últimos meses permitidos para a pesca da lagosta, constatou-se uma queda brusca nos níveis de vida da população em geral, pois não há seguro defeso e nem lagosta suficiente nesse período, ficando então os pescadores sem renda para suprir as necessidades básicas da família. Os ventos fortes também impossibilitam a pesca nesse período para embarcações à vela. Durante as viagens de campo, verificou-se que nesse período a comunidade de Redonda fica com uma atmosfera “sombria”, sem movimentação de turistas e com diversos moradores fazendo uso de álcool e outras drogas. Já entre os meses de janeiro a julho, as férias, o recebimento do seguro defeso, as pescarias de peixes incrementam a renda da comunidade e movimentam o comércio. Enquanto em Barrinha essa diferença no nível de vida entre os meses de defeso e pesca não são tão percebidas porque, de acordo com os entrevistados, mesmo durante o defeso alguns pescadores vão para o mar. Além disso, outras atividades produtivas são exercidas como a coleta de algas e serviços gerais.

No âmbito cultural as duas comunidades revelam-se também diferentes: Barrinha mostra-se mais aberta as novas tecnologias, isso pode ser verificado nos instrumentos utilizados nas pescarias, nos grupos de jovens que fazem uso do celular e internet, nos restaurantes e lanchonetes mais movimentados. Já em Redonda observa-se uma comunidade mais tradicional, com comércio marcado por pequenas mercearias e barracas de praia.

4.2 Descrição dos Conflitos na Pesca em Icapuí

Esta seção procura avaliar o grau de conhecimento e participação dos atores sociais nos conflitos da pesca da lagosta em Icapuí iniciados a partir de 1989. A seguir

será apresentada a percepção dos conflitos por parte dos pescadores e organizações que atuam no setor pesqueiro no Ceará.

4.2.1 Percepção dos pescadores do município de Icapuí

Nessa subseção, as informações fornecidas pelos pescadores são comparadas com aquelas veiculadas no jornal Diário do Nordeste com intuito de garantir mais informações sobre os principais acontecimentos que envolvem os conflitos em torno da pesca da lagosta no município. Para isto, foi analisada a percepção dos pescadores de Redonda, pescadores de Barrinha e a matérias colhidas na mídia estadual (representada pelo jornal DIÁRIO DO NORDESTE) que acompanhou os principais acontecimentos relativos ao objeto em estudo.

Quando perguntados se estavam presentes ou ficaram sabendo do confronto entre os redondeiros e demais habitantes das outras praias do município em 1989, do total de entrevistados, 18,75% afirmaram que estavam no mar no instante do conflito e tiveram participação no embate; 31,25% encontravam-se na praia juntamente com outros moradores aguardando a chegada de notícias; 37,5% não estavam presentes, mas ficaram sabendo através de notícias jornalísticas ou por meio de outras pessoas; e somente 12,5% responderam que não sabiam nada sobre o assunto.

Vale ressaltar o sentimento da pesquisadora de que os respondentes que disseram não ter conhecimento do episódio pareciam não querer se comprometer com o assunto, talvez por recearem ter seus nomes citados na pesquisa, embora a pesquisadora tenha garantido desde o início o sigilo destes e esclarecido os fins do trabalho. Portanto, espera-se que o percentual de pescadores que participaram ou presenciaram ao episódio seja maior do que o registrado nesta pesquisa.

De acordo com registros jornalísticos sobre o episódio de 1989, verificou-se um descontentamento da comunidade com relação à atuação do poder público que deveria garantir a prática da pesca responsável. Isto ocasionou uma (re)ação por parte dos redondeiros que já por alguns anos manifestavam insatisfação com a presença constante de barcos potiguares, praticando a pesca de mergulho, no trecho que ia de Aracati a Uipiranga (praia de “Arrombada”). Além disso, os potiguares vinham influenciando

algumas comunidades e ensinando essa prática para alguns pescadores de Icapuí. O trecho abaixo, extraído do jornal Diário do Nordeste, deixa evidente a insatisfação da comunidade da praia de Redonda com relação a esse fato:

Revoltados com a pesca predatória na praia de Redonda [...] a própria comunidade resolveu fazer a fiscalização e apreender as embarcações que fazem a pesca com compressor. Numa verdadeira batalha em alto mar, os moradores pulavam nos barcos adversários e faziam a rendição da tripulação. As outras embarcações não capturadas eram afugentadas debaixo de pau e muita vaia. No final da operação, o resultado foi consagrador: nenhuma vítima, uma embarcação presa e a certeza de que agora, a história é diferente (DIÁRIO DO NORDESTE, CADERNO REGIONAL, 24 jun.1989).

O barco apreendido e levado para as dunas da praia de Redonda chamava-se “Sônia Cristina” e tinha registro em Fortaleza. No mesmo dia, à noite, atearam fogo na embarcação na presença dos fiscais do IBAMA, que se encontravam na comunidade por ocasião de uma reunião programada para discutir medidas que combatessem as ações dos pescadores. Este fato levou o IBAMA, em parceria com a Política Militar, logo no dia seguinte, a realizar fiscalizações que resultou na apreensão de quatro embarcações exercendo a pesca ilegal.

A primeira apreensão feita pela comunidade de Redonda deu origem a outras ações com o mesmo propósito. Como pode ser constatado no relato de um pescador de Barrinha, colhido durante entrevista, o mesmo tendo sido abordado no mar durante uma pescaria poucos dias após a queima do “Sônia Cristina”

De primeiro, eu pescava de mestre num barquinho, aí há tempos que eles vinham perseguindo *os barco* de compressor, porque eles pescavam na área dos manzuá deles, sabe? Aí *entramo*, era eu e outro barco, *dois barco* de um dono só. Aí de manzinha quando *nós vimo* os barco no nosso rumo aí eu chamei, andava até o filho do dono do barco, era Zezé de Renato (*já vimo que era redondeiro no mar*), aí *falamo* ‘vamo esperar pra vê o que eles querem’... aí eles encostaram na gente (era dois barcos – ele disse - eles queriam que *nós pulasse* na água pra subir na embarcação deles): ‘pula pra cá, passa todo mundo pra cá!’ aí eu disse: ‘rapaz, eu *vô* não, no barco de vocês eu *num vô* não, se eu tiver de ir pra terra, *eu vô*, mas num é nesse barco não! (se referindo ao barco deles) *eu vô* é nesse barco que *eu tô*, no de vocês eu não *vô não*’.

O navio tinha uma cabine que para você ter uma idéia ninguém via cabine não! A gente via só cano de arma, o barco era *mermo* assim empinado de tanta gente na proa (ele diz que o outro barco que estava com eles foi embora, pois ele era maior e mais veloz. Ele diz: ‘ele correu, ficou só eu’)... aí *pulô* um de lá do barco deles pro nosso barco, aí o filho do dono entrou e foi *fazê* num sei o que, aí *um que tava no barco deles pegô o revolve e boto pra atira no rapaz*, aí o da Redonda que *tava com nós falô*: ‘vai atrás disso não, que

ele num vai *faze* nada não, *bora vamo buta pra Redonda*, eu sei que, se eles tivessem *butado* a gente pra lá *num* tinha sobrado nenhum porque a sede deles *tava* grande... eles vieram e tomaram conta do barco e *aprumaram* pra Redonda e *saímo* descendo pra Redonda... *os cara* era até legal, sabe? Eles disseram: olha, *nós num vai levá* vocês pra Redonda não porque se *fô levá* pra lá... a quantidade de gente que tá lá na praia é grande se vocês *bota* os pés lá vocês num escapa não! *Só as mulhé vai matá* vocês! E outra, que vocês deram sorte, que nós num anda atrás de vocês não! Nós *vamo levá* porque *pegamo* vocês pegando de compressor, mas não é de vocês que nós *tamo* atrás, nós nunca *vimo* vocês perto de nosso material, nosso material tá muito longe daqui... se *nós tivesse* vindo só, nós *num ia leva*, mas como tem esse outro, nós *vamo levá*... aí quando *chegô* mais na metade do caminho, *os outro* barco ia assim descendo aí *eles disse*: ‘*vamo fazê* o seguinte nós *vamo levá* vocês até a Peroba e *vamo levá* o barco pra Redonda’. A praia *tava fervilhando de gente, que nem urubu*, aí disseram que iam *deixá* a gente em Barreira... aí levaram o barco, aí quando *chegamo* aqui o Chico de Renato (outro filho do dono) disse que se fosse com ele não tinha entregue não!!! [...]

E à medida que as fiscalizações por parte dos pescadores de Redonda aconteciam, tornavam-se mais violentas e ameaças às tripulações que pescavam com o compressor eram constantes. Um dos momentos mais tensos, que ocasionou na primeira morte registrada de um pescador praticante da pesca predatória se deu no dia 23/6/1989, como se pode confirmar no trecho abaixo:

Um clima de guerra rondava a então pacata comunidade [...]. Cansados de esperar providências das autoridades competentes, os pescadores resolveram expulsar do mar os escafandristas que faziam uma devassa na lagosta [...]. Naquela noite mais de 70 homens deixaram a praia armados para render os predadores. A guerra em alto-mar teve o saldo de 04 feridos e um morto a bala” (Revista Universidade Pública, 2002, *apud* Muniz, 2011, p. 47).

O pescador de Barrinha, cuja experiência foi registrada em relato anterior, confirma esse trecho da reportagem e o clima de insegurança presente no município naquele período, quando pescadores passaram a ir para o mar armados, para defenderem-se do outro grupo que estava “fiscalizando e apreendendo” os mergulhadores:

[...] Era Sapato (nome do barco, também conhecido como Pargo) de Jaguaruana [...] e Chico de Renato disse: nós *vamo* amanhã pro mar e com nós *num acontece* não, nós tem uma doze e nós *leva* ela pro mar e se se *metê a besta* nós *derruba tudinho* de uma vez!

E continua a nos contar a sua história:

Nesse tempo encostava muito alga aqui, aí *eu tava* juntando alga aí na praia, quando eu ouvi uma *zoada* lá pra cima do morro, aí escutei: ‘mataram num sei quem, balearam num sei quem’... aí eu digo: ‘eu *vô* já *vê* o que foi’. Deixei *as alga* e subi o morro acolá. Quando cheguei lá era a mulher do João

Maria, dizendo: “os *redondeiro* pegaram o Sapato, mataram o dono do barco, balearam o Pedro de Rosa, quebraram a perna de Pedro, balearam o João Maria (que era o marido dela), mataram outro rapaz”. [...] *Aí começô* a encrenca de pesca de lagosta, *aí começô* daquela época por diante. Eles fizeram assim: pegaram esse Sapato, levaram pra lá, aí o botinho já tava lá (o barco que ele era o mestre, apreendido dias antes) botaram em cima e colocaram uma cruz... *aí começou!* E cadê tirar? Veio o secretario da justiça (Moroni, na verdade secretário de segurança do estado na época)... ele veio foi com um choque de Russas, de Fortaleza e vieram pra Redonda e disseram que os *redondeiro eram muito valente*, ai vieram bem prevenido... mas aí quando chegaram lá, com os *home* (se refere aos policiais), ainda *tacaram fogo* (referindo-se a algumas embarcações apreendidas e expostas na praia de Redonda), *esses pessoal* mais ou menos... gente ruim... mas tem muita gente boa: os donos de barco (se refere aos donos de barco de Redonda) num deixaram *tacá* fogo nos que *tavam* lá... OBS: fazendo referência ao seu episódio, eu pergunto se eles estavam na área de pesca de Redonda, ele diz que não.

A partir desses primeiros acontecimentos outros fatos marcaram a memória dos pescadores das duas principais comunidades envolvidas, como se pode confirmar em outros relatos coletados. Para os representantes das comunidades pesquisadas, os episódios que marcaram essa trajetória de conflitos situam-se em diferentes momentos, uma vez que para os entrevistados de Redonda a morte de um pescador, de nome Simião, acontecida em 1992, foi por unanimidade o fato mais marcante. Já para a comunidade de Barrinha ocorreram outros fatos igualmente marcantes. Como o acontecido em 2010, quando um redondeiro, atirou no Sr. Assis, pescador de Barrinha, e que resultou no encurtamento de sua perna esquerda, cuja seqüela o forçou a sair da pesca (fato citado por quatro dos entrevistados). Igualmente importante para a referida comunidade, foi o caso do pai e do filho espancados no mar, em 2010, por um redondeiro em um trecho de Redonda (fato citado por um dos entrevistados). Para outros dois entrevistados, tendo cada um deles estado presente em um dos episódios: para um deles, o fato mais marcante foi ter sua embarcação abordada no mar por pescadores mascarados e armados com a queima subsequente de sua embarcação após ter conseguido ancorá-la em Retiro Grande; para o outro entrevistado, o fato marcante foi ter feito parte da tripulação do “Pargo” (embarcação também conhecida como “Sapato”, de Jaguaruana, e apreendida em uma dos primeiros episódios violentos apresentado acima).

De acordo com os entrevistados em Redonda, antes do início dos conflitos, o relacionamento entre os pescadores das diversas comunidades de Icapuí era pacífico.

Todos praticamente utilizavam a mesma arte de pesca na captura da lagosta, como é possível confirmar pelo depoimento de um pescador local:

Antes de 89, era um relacionamento amigável, todos pescavam na mesma modalidade, *num* tinha conflito não; Era ótimo! Era uma comunidade como se fosse um povo só! É que geralmente, comunidade pequena, *as famílias se divide* e se espalham, mas é uma origem só [...]

E ele continua explicando sobre as artes utilizadas:

[...] quando começou a lagosta era pesca com jereré, aí do jereré criaram o manzuá, aí com muito tempo do manzuá é que veio a rede, que também era uma grande destruição por causa do habitat da lagosta.

Em Barrinha, os pescadores disseram que “antes do surgimento dos conflitos eram todos amigos, mas hoje não”. Inclusive, alguns que participaram mais diretamente dos conflitos receiam frequentar o território de outras comunidades adversárias.

A partir dos relatos colhidos nas entrevistas foi possível constatar que essa rivalidade teve início a partir da diferenciação das comunidades quanto ao uso das artes de pesca. Aliado ao uso de artes predatórias, o uso de tecnologias como GPS facilita a disseminação da prática ilegal, pois a marcação dos pontos com marambais garante a eficiência econômica da pesca, embora os pescadores que pescam com a cangalha também utilizem o mesmo aparelho, mas estejam em desvantagem quanto aos custos operacionais de sua modalidade de pescaria.

Quando questionados do por que da escolha da arte utilizada, as respostas se diferenciam em função da procedência do pescador. Os pescadores da comunidade de Redonda responderam em unanimidade que utilizavam cangalha devido ao fato de ser uma arte não predatória, de acordo com a fala de um pescador: “É uma cultura *de nós aqui*, o *manzuá* não prejudica a natureza”. Os pescadores de Redonda acreditam que os outros pescadores utilizam a marambaia devido à facilidade desta prática, como confirmamos no relato de um pescador: “Eles usam a marambaia porque faz sombra e ajunta *tudinho*... quem vai deixar de *tá* na sombra *pra ficá* no sol? Prefere a sombra”. A lagosta é um animal de hábitos noturnos e que prefere estar em locais de sombra, daí a explicação para a utilização intensa dessas estruturas. Dessa forma, obviamente a concentração de lagosta em um ambiente com a presença de marambais é maior que a concentração encontrada dentro de um manzuá e/ou cangalha.

Em Barrinha, a escolha do compressor por parte de todos os pescadores entrevistados se dá pela facilidade e pelo retorno financeiro que a prática oferece, como confirmado no relato a seguir: “Assim que começou as marambaias aqui... aí coincidiu GPS e marambaia, aí eu achei uma facilidade tão grande e a necessidade de ganhar dinheiro que eu comecei e *tô* há dez anos aí... a inspiração era só financeira mesmo”. No entanto, na localidade, já é sabido que a prática do compressor tem também o seu lado ruim, principalmente no que se refere ao risco que causa à saúde do mergulhador. Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de entrevistar uma vítima da pesca de mergulho com compressor que revelou que sabia dos riscos que corria com a prática e, no dia do seu acidente, tinha consciência que o tempo de descompressão não era suficiente, mas devido à pressa, por já fazer muito tempo que estava submerso, achou melhor subir mais rápido; e, por conta disso, sofreu as conseqüências da sua escolha. O trecho abaixo narra esses fatos com as próprias palavras do pescador:

Eu *tava* com 4 horas de mergulho e dei uma hora de descompressão... subi ‘bonzinho’. Em torno de 2 minutos, comecei a sentir uma dor no peito, a barriga ficando dura e uma dor na cabeça, aí peguei logo o material e voltei pra água pra terminar a descompressão, passei 2 horas na descompressão... a minha(bolha) deu na coluna cervical... foi no último dia de carnaval, num lembro o ano, mais acho que mais de 15 anos, e mais tarde senti de novo: *num deu certo* a minha descompressão: aí me levaram pro hospital e no outro dia me levaram pra Natal (Para base da Marinha, único lugar próximo que possui uma câmara para descompressão) quando aconteceu isso eu tinha mais de 12 anos no mergulho... pesquei artesanal muito pouco porque era um trabalho muito pesado, braçal e num compensava (Grifo nosso).

Vale ressaltar que os pescadores que praticam esta modalidade de pesca, em sua maioria, também não expressaram preocupação com a questão ambiental, como confirma um outro pescador no que se refere à origem dos tambores utilizados: “Vem também de indústria química, beneficiamento de frutas, de onde aparecer, se vier limpo melhor, mas se vier com química também vale”. O uso de tambores ao invés de tijolos, pneus e/ou madeira para a construção de marambaias é considerado mais rápido e prático. Alguns alegaram não utilizar esses tambores, pois preferem construí-los com outros materiais menos impactantes, apesar de ser uma prática que requer mais tempo para sua construção.

Outro fato apontado como intensificador da prática ilegal no município, se deu com a proibição e posterior compra das redes caçoeiras pelo governo federal, pois, de acordo com os entrevistados da comunidade de Redonda, muitos que receberam o dinheiro pelas redes, usaram-no para comprar botijões de gás e alguns acessórios relacionados ao mergulho e iniciaram-se nesta modalidade.

Por outro lado, alguns pescadores mesmo praticantes dessa modalidade ilegal têm consciência que a prática realizada é predatória. Como é constatada na fala de um pescador aposentado de Barrinha: “Do jeito que os mergulhadores tão pegando lagosta é perversidade, não é precisão não” ou “ Olha isso me dá uma coisa tão ruim por dentro! Eu *tô* vendo que *tá* matando, vai matar... mas eu não tenho outro meio de sobrevivência” revela outro pescador ainda em atividade.

Outra fala que chamou atenção da pesquisadora com relação a essa consciência e aos impactos gerados pelo uso dos tambores foi o fato narrado por um pescador de Barrinha durante sua entrevista quando relatou que há três anos encontrou uma lagosta contaminada, segundo ele ‘com câncer’, causado por uma marambaia:

O lagosto descascô debaixo do tambor. Quando ele descasca, ele muda a pele todinha...*o lagosto* parecia um pedaço de ferrugem: da ponta da antena à ponta da cauda! Quando eu peguei *o lagosto*, eu pensei: meu Jesus! *Esse lagosto* é um pedaço de ferro!” - Continua explicando: Quando a pele dele foi nascer de novo, *pegô esse ferruge* por cima! Aí eu peguei o lagosto e desvirei ele pra ver como *ele tava*: um produto do tambor pego nele todinho *e tava* tipo uma cola. Aí eu pensei: eu *num vô levá* pra cima não! Peguei *o lagosto* e *esmagaiei* ele todinho! Ele *já tava já morre num morre*.

Ao final da realização do grupo focal em Barrinha, foi possível realizar registro fotográfico em um terreno que funciona como depósito para centenas de tambores a serem utilizados como marambaia (ver Figuras 10 e 11). De acordo com alguns relatos, esses tambores são oriundos de indústrias químicas que tinham como destino o descarte. Porém, alguns “empresários” e pescadores em geral, adquirem cada tambor por R\$ 20,00 e a tampa pode ser comprada por apenas R\$ 2,00 a unidade, que são comumente adquiridas pelos pequenos pescadores para incrementar suas marambaias artesanais.

Figura 10 - Tambores químicos encontrados utilizados para confecção de atratores artificiais, em Barrinha.



Fonte: Foto da autora, 2013.

Figura 11 - Descarte dos resíduos químicos dos tambores feito a céu aberto.

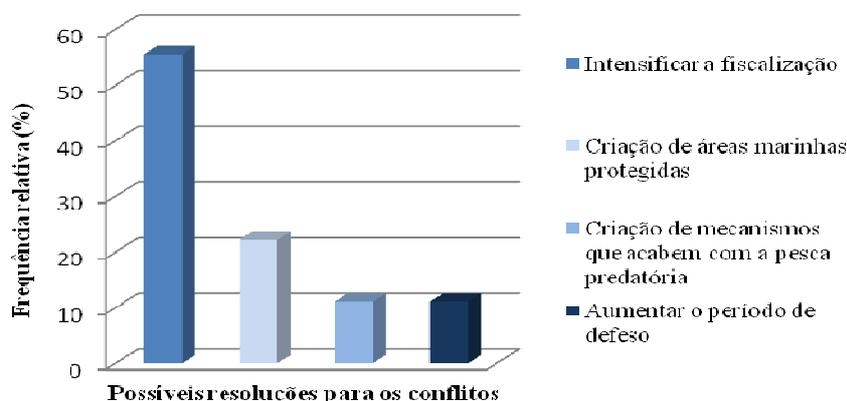


Fonte: Foto da autora, 2013.

Os pescadores de Barrinha consideram que os pescadores que utilizam manzuá/cangalha, estão utilizando uma arte ultrapassada, já que atualmente, de acordo com eles, existe uma grande facilidade associada às novas tecnologias. Eles denunciam que alguns pescadores de Redonda estão se mudando para Barrinha para poderem aderir à nova prática.

Quando perguntados acerca de uma resolução para o fim dos conflitos a maioria dos pescadores de Redonda, 55,55%, fizeram referência a uma intensificação da fiscalização por parte dos órgãos responsáveis. Associado a fiscalização, 11,11% responderam ser preciso aumentar o período de defeso, e também 11,11% disseram que é necessário criar mecanismos que acabem com a pesca predatória. Os demais, 22,22% responderam que para o fim dos conflitos seria necessária a criação de áreas marinhas protegidas. A seguir apresentamos as repostas na Figura 12:

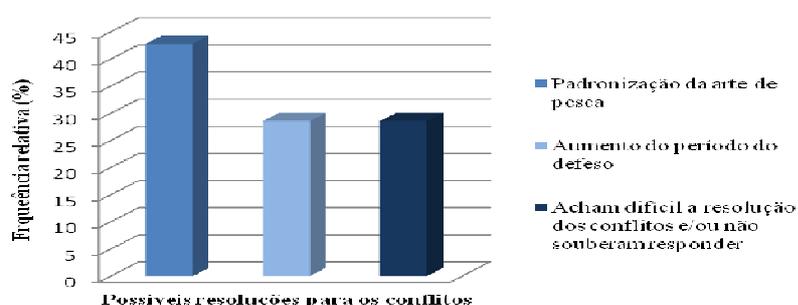
Gráfico 3 - Possíveis resoluções para os conflitos de acordo com pescadores de Redonda, Icapuí.



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Já segundo a opinião dos pescadores de Barrinha, para pôr fim aos conflitos, 42,85% dos entrevistados responderam que seria bom se todos os pescadores utilizassem a mesma arte de pesca, seja ela *manzuá* ou compressor, a padronização da técnica tornaria o sistema mais justo. Vale salientar que essas respostas dizem respeito a uma decisão em nível dos pescadores, como um acordo informal ou uma decisão tomada e cumprida por todos os pescadores do município, e não à legislação que já vigora e proíbe a Marambaia e o mergulho. Uma parcela de 28,57% disse que o aumento do período do defeso poderia melhorar as tensões, e justificaram a resposta como sendo a saída para melhorar a produtividade da pesca, já que a consideram como uma atividade falida no município. A mesma percentagem, 28,57%, disseram ser difícil essa escolha e/ou não souberam responder (ver Figura 13).

Gráfico 4 - Possíveis resoluções para os conflitos de acordo com pescadores de Barrinha, Icapuí.



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.2.2 A percepção dos representantes de organizações do setor pesqueiro

Nessa subseção é apresentada a percepção de representantes de organizações que atuam direta ou indiretamente junto ao setor pesqueiro no estado do Ceará (mais especificamente no município de Icapuí): LABOMAR, IBAMA, Capitania dos Portos e Delegacia Municipal de Icapuí (Polícia Civil). A análise baseia-se fundamentalmente na descrição da missão das organizações, sua relação com os atores sociais envolvidos e no seu papel na mediação dos conflitos da pesca da lagosta. Embora consideremos uma gama maior de atores nesta esfera (conforme serão esclarecidos na seção 4.3), expusemos, nesta seção, somente os entrevistados para a pesquisa e identificamos somente os que assim concordaram.

i) Labomar (Instituto de Ciências do Mar)

O Instituto de Ciências do Mar foi fundado em 1960, como Estação de Biologia Marinha. Trata-se de um órgão complementar da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tendo sido transformado em Laboratório de Ciências do Mar em 1969, devido a uma reorganização na UFC, no entanto, mantendo os mesmos objetivos: pesquisa e extensão pesqueira que fundamentassem o ordenamento dos recursos pesqueiros, servindo de base para o arcabouço teórico da respectiva legislação do setor. Em 1998 assou por mais uma reestruturação, alterando o seu nome para Instituto de Ciências do Mar, adquirindo também competência para ministrar cursos de graduação e pós-graduação.

O representante entrevistado do Instituto foi o professor Dr. Aduino Fonteles¹³ que autorizou a divulgação de seu nome na pesquisa e reforçou a importância do Instituto quanto à produção de teses e dissertações que, na opinião dele, acabam por somarem-se ao objetivo da criação do órgão, que se deu por conta da visualização da possibilidade do que iria se tornar a extração da lagosta para o estado do Ceará dentro da pauta de exportações, objetivando subsidiar com bases teóricas e científicas o ordenamento específico do setor.

¹³ O professor Aduino Fonteles Filho pertence ao quadro de docentes do LABOMAR desde a sua criação, sendo considerado pela comunidade científica um importante contribuinte dos estudos voltados para os recursos pesqueiros, especialmente a lagosta.

De acordo com o professor citado, quando haviam os GT'S¹⁴ da pesca da lagosta, durante o período da SUDEPE, era dada mais importância às pesquisas realizadas pelo Instituto. Hoje, com a extinção da SUDEPE e criação do IBAMA, houve a substituição dos GT'S pelo Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Lagosta (CGSL), fato que, segundo ele, ocasionou a diminuição da participação da contribuição dessa instituição nos estudos referentes ao crustáceo.

O respondente não possui ligação direta com os conflitos em Icapuí afirmando conhecê-los através de estudos, pesquisas e conversas informais com colegas de trabalho. Quando perguntado sobre a escala de importância atribuída aos respectivos conflitos para o estado do Ceará, ele afirma torna-se ela baixa quando relacionada ao contexto mundial, pois acredita que esses acontecimentos não refletem a realidade das demais comunidades pesqueiras. No entanto, ele admite ser ela alta, quando considerada em sua esfera local, pois causam “queda da renda e inimizades que não levam a nada”. Ele acredita que os próprios pescadores são os principais afetados, sejam eles legalizados ou não. Atribuindo como principais causas dos conflitos, questões ligadas à queda da produtividade, relacionando-a principalmente com o excesso do esforço de pesca¹⁵ e com a falta de fundamentação ideológica no que diz respeito às relações humanas entre as comunidades envolvidas. Pois, segundo ele, demonstram somente interesses pessoais.

Em resposta sobre qual o tipo de relação que é estabelecido entre os atores (ver questão 3.3 do apêndice B) ele define-a como intermitente e forte. Intermitentes, pois não são constantes, e fortes, porque esses acontecimentos prejudicam demasiadamente os pescadores do município em termos econômicos.

¹⁴ GT significa grupo de trabalho. Eram estabelecidos para fornecer pesquisas científicas que balizassem o ordenamento da pesca da lagosta no período em que a SUDEPE era o órgão responsável pela gestão desses recursos (de 1967 até 1989, ano em que foi substituída pelo IBAMA). O LABOMAR tinha grande participação nas contribuições nesse período inicial quanto à fundamentação teórica. (Cavalcante et al. 2011)

¹⁵ “O esforço de pesca representa a ação predatória do homem sobre as populações aquáticas, através do aparelho-pesca, causando uma mortalidade proporcional a intensidade do seu uso” (FontelesFilho, 2011, p. 250)

Ele também afirmou que é do conhecimento do LABOMAR, o desrespeito ao período estabelecido para o defeso por parte de grande número de pescadores. Inclusive, nem só do respectivo município, mas de todo o Ceará.

Quando perguntado sobre qual a tendência atual do conflito, ele respondeu que é “desaparecer” já que não há, em sua opinião, uma ideologia por detrás dessas manifestações.

O referido órgão não possui vinculação direta com os conflitos a nível municipal, no entanto, por ter certa participação na construção do arcabouço teórico da legislação do setor a nível estadual e federal, é que sua participação torna-se importante para a referida pesquisa.

ii) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (IBAMA):

Fundado a partir da promulgação de lei federal 7.735 de 22 de fevereiro de 1989. O Instituto possui, como atribuições, de acordo com Lei 11.516 o exercício do poder de polícia ambiental, execução de ações de políticas nacionais ligadas a meio ambiente concernentes a atribuições federais como: controle ambiental, licenças, autorização para uso de recursos e fiscalização, controle e monitoramento ambiental. Além da execução de ações suplementares de competências da União que estejam de acordo com a legislação vigente. Também se constitui competência do IBAMA, a instituição de critérios para gestão de recursos faunísticos, pesqueiros e florestais.

Nesta pesquisa, o IBAMA foi representado pelo fiscal Rolfram de Cacho Ribeiro, trabalhando atualmente na função de coordenador técnico do Instituto. Tendo ocupado a função de chefe da fiscalização entre 2005 e 2012 e participado ativamente dos conflitos em Icapuí, não só neste período, mas também em períodos anteriores, pois já atuava como fiscal desde o período da extinta SUDEPE (ingressou no serviço público no final dos anos oitenta).

De acordo com o respondente, problemas relevantes de ordem socioambiental existem, mas também pontua a atuação dos políticos como bastante influente no

contexto. Ele também ratifica o discurso colocado pelos pescadores das duas comunidades entrevistadas sobre o poder de degradação da Marambaia, ao apresentar registros fotográficos obtidos em operações realizadas no município de Icapuí e em algumas outras praias do litoral leste, na semana anterior à entrevista. Em suas próprias palavras, o Sr. Rolfram fala sobre os vasilhames que dão origem às marambaias fotografadas por eles:

[...] isso aqui é comprado onde for mais barato, das indústrias químicas, vasilhames que deveriam ser descartados, então sendo material que deveria ser descartado, eles compram bem barato, tiram as tampas e fazem as marambaias, mas isso ... um cálculo a grosso modo... é coisa pra 100.000, 200.000 marambaias. Seis ou oito desses e uns pedaços de madeira, eles fazem uma 'geringonça' daquelas.

Além dessa característica, ele também considera a injusta distribuição da renda proveniente das duas principais técnicas empregadas em Icapuí, corroborando com as constatações até aqui levantadas. Sobre esta questão, o entrevistado diz:

Por que a gente condena a Marambaia? Porque concentra na mão de poucos: a produtividade de quem tem Marambaia é muito maior do que quem tem um barquinho de cangalha! Sem considerar o custo muito maior de quem tem *manzuá*, do que com rede ou Marambaia.

Sobre as operações realizadas pelo Instituto, ele relatou ser necessário terceirizar tripulação por causa do escasso quadro de servidores na função de fiscais (ao todo, em Fortaleza, são somente seis pessoas) além de terem de solicitar sempre o apoio da Polícia Ambiental, nessas operações, pois, embora eles possuam poder de polícia, não possuem infraestrutura para “se fazerem obedecer” (como coletes a prova de balas e armas) em caso de flagrantes ou de apreensões por irregularidades, pondo em risco a própria vida. Confirmando a situação de escassez material relatada, ver figura 12, apresentada pelo respondente durante a entrevista, na qual visualizamos um fiscal no exercício de sua função durante procedimento de abordagem de embarcação no mar de Icapuí sem os equipamentos necessários para realizar a travessia do barco do Ibama para o barco de pesca encontrado em atividade:

Figura 12 - Fiscal do Ibama após nadar até o barco que foi parado pelo órgão para proceder com procedimentos de rotina em fiscalização.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Referindo-se aos acontecimentos em Icapuí, ele afirma, em conformidade com sua experiência, que os piores anos dos conflitos se deram entre 2005 e 2007, período em que a comunidade de Redonda firmou acordo com o IBAMA (inclusive, na época, o órgão contava com representante da própria comunidade como superintendente). O pacto determinava que as duas embarcações de propriedade coletiva de Redonda fossem utilizadas para operar em fiscalizações, já que a única embarcação do órgão não era (e não é) suficiente para cobrir todo o extenso litoral cearense. Ainda de acordo com o mesmo, o combustível era pago pelo órgão, bem como, quando houvesse necessidade de mais pessoas nessas ações, pagavam também (com diárias previamente estabelecidas oficialmente) pela tripulação que embarcasse para auxiliá-los. Sobre quando o IBAMA e a comunidade de Redonda deixaram de trabalhar juntos, sr. Rolfram afirma que:

[...] quando nós deixamos de trabalhar em conjunto, eles acharam que tinham direito de fazer essa justiça com as próprias mãos. Quiseram confrontar com o IBAMA, dizer que não tinha fiscalização. Só que da forma mais selvagem possível, sem uma chefia [...] ninguém sabe quem mandou. Inclusive, as nossas ações tem dificuldade até hoje de fazer porto lá: ninguém ancora em Redonda, nem em Barrinha por uma questão de precaução... agora a gente só ancora no porto de Ponta Grossa, que é uma comunidade neutra.

Dentre outras dificuldades apontadas pelo representante está a ausência de nomes nas embarcações e exclama: “Como autuá-las?” Já que é preciso a presença dessas identificações para que os responsáveis possam responder em caso de fiscalização e até mesmo apresentar documentos, “como saber se pertencem mesmo àquela pessoa que estiver em sua posse?” continua o entrevistado.

Outro obstáculo é a falta de informação por parte dos pescadores sobre de quem é a competência para a liberação das licenças e registros de pesca. Vale salientar que até mesmo a pesquisadora sentiu dificuldades de obter dados tais como número de pescadores registrados e barcos licenciados em Icapuí. Uma vez que houve mudanças recentes para o exercício desta função, anteriormente era do IBAMA e atualmente de competência da Superintendência de Pesca enquanto representante do Ministério da Pesca no estado do Ceará. Também existe falta de canal de comunicação do órgão com os demais envolvidos na gestão da pesca. A título de exemplo, o entrevistado relata que ele mesmo não tem acesso ao cadastro de embarcações licenciados e pescadores registrados, fato que dificulta extremamente seu trabalho ou impedindo-o até mesmo de exercer efetivamente suas funções.

Sobre os entraves encarados pelo órgão, o entrevistado destaca a existência de uma diversidade de normas que devem ser seguidas, as quais são de difícil entendimento por parte dos pescadores de uma forma geral, como fica evidente na fala do entrevistado:

90% dos que praticam a pesca da lagosta hoje têm de uma forma ou outra, uma irregularidade: ou ele pesca de rede, ou ele pesca de compressor, ou ele está dentro das quatro milhas, que também não pode! Ou ele pesca lagosta miúda, ou o barco não está licenciado, ou pior: o próprio pescador não tem seu documento (se refere ao Registro Geral de Pesca - RGP).

As etapas burocráticas que se seguem após uma apreensão também foram apontadas como limitadoras da função essencial dos agentes fiscalizadores, como coloca o entrevistado:

[...] a justiça não entende: acha que é um problema pequeno, pois existem outros problemas maiores! A gente chega na PF de tardezinha e só sai no outro dia de manhã. Sendo que o pescador quando pratica a pesca predatória, ele está contribuindo para tirar outras pessoas do ramo!

Ele se refere à falta de percepção por parte dos responsáveis na esfera judiciária por esses trâmites e finaliza alertando sobre a gravidade dessas questões, pois envolvem um grande contingente de trabalhadores e dependentes desta atividade (pescadores legalizados) que são prejudicados pela ação de alguns (praticantes da pesca predatória).

Na prática, ele informa que os mesmos fiscais responsáveis pela autuação são os mesmos que têm que ficar com eles (apreendidos) durante todas as etapas protocolares, nas instâncias administrativa e penal. Esta exigência regimental impede que o fiscal continue exercendo sua função após as apreensões por estar envolvido com essas questões.

No entanto, ele diz perceber uma pequena mudança no posicionamento das autoridades no sentido de estar em formação, uma nova mentalidade que têm passado a dar mais importância a essas questões. A criação do decreto 3.114, lembrado pelo respondente ao revelar essa ‘nova’ mentalidade de setor judiciário, tem estabelecido penalidades mais severas em ambas as esferas: administrativa e penal. De acordo com o decreto, a responsabilidade é conjunta: o dono do barco responde solidariamente com a tripulação flagrada, que tem que pagar multas mínimas de 700 reais e, para o dono do barco, variam de acordo com sua capacidade econômica: vão de 700,00 até 100.000,00 reais. Na esfera penal, ambos estão sujeitos à prisão de 1 a 3 anos.

Para ele, os grandes prejudicados por esses confrontos são os próprios pescadores, mas enfatiza que um importante ator esquecido é o armador de pesca, que já vem somando prejuízos. Sobre este aspecto, ele esclarece:

No defeso, o pescador tem o seguro e o dono não tem nada. Uma embarcação de até 20 toneladas de arqueação bruta recebe o defeso, mas acima disso, não tem nada! E ainda tem que pagar direitos trabalhistas para a tripulação! Aí tem fraude (pra diminuir o tamanho mínimo) aí nós chamamos de adulteração de documentos.

Quando questionado sobre qual categoria de relação é estabelecida entre os atores inseridos e tidos como os principais envolvidos nos conflitos, ele explica que, para os pescadores, a relação é de interdependência, uma vez que, “na esfera dos pequenos – refere-se aos pequenos pescadores – eles dependem sempre de alguém para

financiar suas viagens, com combustível, alimento...” e finalizou classificando-as em conflituosas e fortes, “pelos motivos óbvios já apresentados até agora”.

O respondente informa ainda que no final da década de oitenta e início dos anos noventa, período em que, coincidentemente, criava-se o IBAMA e surgiam os conflitos no município de Icapuí, havia um plano estratégico de combate à pesca predatória, em escala estadual, representado por um fórum, que se reunia mensalmente. Com o passar dos anos, foram criados o fórum federal e o municipal quando, segundo ele, “a política entrou” e aí, conseqüentemente, os objetivos iniciais foram também se desfazendo. Esses grupos de trabalho passaram a ser compostos por membros sem representatividade com relação aos objetivos inicialmente propostos. Atualmente, existe somente o fórum Nacional.

No presente, o IBAMA busca promover a parceria entre os grupos de pescadores e as ONGs que tem relação com a pesca, as instituições de ensino, além de procurar transmitir a esses, as questões de educação ambiental e que tratam do funcionamento da própria fiscalização aos mesmos atores apresentados. Somado a isto, o IBAMA tem definido a dinâmica das operações durante o período de pesca e convocado os órgãos públicos envolvidos com a pesca a participar, como ele coloca em suas próprias palavras:

Nós fechamos esse mês de maio com uma reunião que questionava a cada um desses órgãos sobre o que cada um poderia contribuir para solucionar e ajudar na fiscalização dessa pesca: Você tem pessoal? Você tem carro? Você tem barco? Essa relação, como é que vai ser feita?

Do resultado dessas reuniões, é elaborado um documento que é encaminhado ao MMA, à direção do próprio IBAMA e aos demais órgãos participantes.

Sobre quais seriam as reivindicações dos pescadores em meio aos conflitos, ele lembra que a proposta sugerida por eles sobre o aumento do período do defeso é inviável e prejudicaria os demais componentes da cadeia da lagosta, beneficiando somente os próprios pescadores:

Há pouco tempo eles estavam sugerindo uma parada de dois anos! Como é que vai ficar o armador de pesca? Como vai ficar a mulher contratada pela indústria? Tinha que haver um estudo mais válido para

isso. Por que quem seria beneficiado hoje, é quem tem o seguro-defeso e só![...] Respeitar o defeso era o que eles deveriam fazer, mas o que estão reivindicando é coisa que sopraram no ouvido deles!

Essa proposta de um defeso maior também foi mencionada nas entrevistas por ambas as comunidades consultadas, quando indagadas sobre possíveis resoluções do conflito. No entanto, não se constituem como maior porcentagem dentre as demais propostas (ver gráficos relacionados anteriormente sobre possíveis soluções). Além disso, no final da citação, ele ratifica o que foi apresentado anteriormente pelo representante do LABOMAR, de que os atores (pescadores) que participam ativamente desses conflitos não possuem base ideológica própria, sendo influenciados por terceiros.

Sobre as causas estruturais dos conflitos, ele aponta como importante causa, a manipulação política no sentido de ‘manobrar’ alguns atores, principalmente os pescadores, além do desinteresse político de resolver essas questões. A desinformação também foi apontada por ele como outro grande fomentador desses embates por fazer com que os envolvidos na atividade pratiquem infrações recorrentemente além de tornarem-se fáceis de serem influenciados por conta dessa falta de informação.

Acerca do conhecimento do órgão sobre o desrespeito ao período do defeso, ele afirma que o IBAMA tem conhecimento, mas discorda do que a mídia e alguns documentos científicos afirmam:

Sim, mas não admitimos que seja na proporção que eles falam, certo? Existem períodos e áreas que não vão pro mar no defeso, nós sabemos disso! Lá em Icapuí mesmo, tem áreas que pescam com mergulho e que não vão pro mar no defeso!

E finaliza concluindo que esse desrespeito colabora para os conflitos em estudo, pois os que não pescam durante o período de defeso, sabem que existem outros que burlam a determinação e também conhecem as falhas da fiscalização, fato que causa mais revolta nos pescadores que praticam a pesca legalizada.

Complementa afirmando que o órgão ambiental enfrenta dificuldades práticas para, durante o período de defeso, realizar abordagens em estabelecimentos e/ou junto aos próprios pescadores artesanais. Como podemos verificar no relato a seguir:

Realmente, tem empresas que chegam no mês de dezembro, tem 10,20,30,40 toneladas de lagosta, isso é fácil de você fiscalizar: aquela lagosta que sai pelo aeroporto, que sai pelo Mucuripe ou pelo Pecém - referindo-se aos principais portos do estado -, passa nas mãos do IBAMA e a gente dá baixa. Mas o pequeno de 50, 200, 1.000 quilos... esse é um repositivo natural e aí sim, nós temos que buscar uma forma de combater isso.

Sobre o contexto institucional existente e suas possíveis soluções, ele conclui que seria necessário haver um fortalecimento do órgão ambiental voltado, principalmente, para prover os meios físicos, materiais e humanos necessários para cumprir sua missão, alterações no seu arcabouço institucional e, concomitantemente, medidas que contemplem alternativas de renda para os pescadores. Em suas próprias palavras, ele afirma:

Eu acho que o pescador entende que falta uma política de combate para essa pesca predatória. O outro lado (o grupo que a pratica), tem a sensação de impunidade [...] Fortalecer a fiscalização do IBAMA seria bom. Nós estamos sugerindo isso: que o IBAMA tenha dois barcos de médio porte, duas lanchas rápidas, servidores suficiente – teriam que ser 40,50 servidores, no mínimo! Hoje tem cinco! E um ordenamento melhor. Dados também são muito importantes, a pesquisa está muito relegada! [...] Nós também entendemos que deveria haver outras alternativas econômicas para alguns pescadores: por exemplo, se nós chegamos à conclusão que deveriam ser 80 milhões de covos-dia e tem 160. O que nós vamos fazer com os outros 80 se os tirarmos da pesca?

Ele atribui alta importância aos conflitos em Icapuí, pois acredita serem essas questões de ordem ambiental e governamental, extremamente complexas e importantes para a economia do estado.

Quando perguntado sobre quem seriam os atores que impedem e/ou dificultam a resolução da situação de conflito em Icapuí, ele lembra mais uma vez o que já foi colocado anteriormente sobre certo desinteresse político quanto a essa questão. Esta percepção é reforçada pela ausência de uma política específica de combate a pesca predatória, com exceção de sua proibição legal. No entanto, ressalta que, no estado do Ceará, existe um planejamento, com recursos já definidos, como ele próprio qualifica “pouco, mas tem!”, incluído no PNAPA – Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental, que contempla, dentre outras medidas, linha de fiscalização voltada exclusivamente para a pesca de lagosta.

Quanto ao cenário futuro, o chefe da divisão técnica do IBAMA se diz muito desiludido quanto a melhorias, pois “a gente tem procurado chamar para conversar, para reunião... e na hora, todo mundo atende, mas depois, esquece...” constata ele.

iii) Capitania dos Portos (Agência Aracati):

A Agência da Capitania dos Portos de Aracati foi criada pelo decreto 33.407 de 1953. Em 1998, a agência foi extinta e, em 2012, reativada pela portaria 286/MB de 2011. A justificativa de sua reabertura se deu pelo fato da imensa demanda por serviços executados pela Marinha do Brasil já que, segundo a própria instituição, o litoral leste contabiliza, aproximadamente, 3.000 embarcações e a única sede mais próxima localizava-se em Fortaleza, a mais de 120 quilômetros de distância do município de Aracati. Vale salientar que esta agência é subordinada à Capitania dos Portos do Ceará.

Outra razão que justificou a reabertura da respectiva agência foi a possibilidade de ofertar cursos de capacitação marítima voltados para as comunidades visando a segurança da navegação assim como o crescimento de atividades esportivas.

Como missão, a agência deve garantir a segurança da navegação, a preservação da vida humana no mar e em vias navegáveis e a prevenção da poluição hídrica.

Como representante da Capitania dos Portos, foi entrevistado o titular da agência e responsável por dirigir e coordenar todas as ações relacionadas com a missão e atribuições dessa agência que, ao ser questionado sobre a identificação ou não de seu nome, optou por não divulgá-lo. Trataremos o respondente por Agente da Autoridade Marítima Local, nome genérico utilizado para designar toda e qualquer autoridade que responde por uma área de jurisdição de Capitania, Delegacia ou Agência da Marinha do Brasil.

Para o respondente, os conflitos possuem relevância nos âmbitos social, econômico e ambiental desde que consequências sejam geradas a partir de suas ações. Na esfera social, ele destacou que as necessidades primárias dos principais atores sociais, os pescadores, são atendidas a partir do exercício da pesca. E acrescenta que diante da escassez ou falta do recurso, eles passam a depender de políticas assistenciais

como seguro-defeso, auxílio-gás, bolsa-família, etc. É sabido que nem todos os envolvidos na prática pesqueira têm acesso a essas políticas públicas. Aqueles não atendidos, passam, muitas vezes, por dificuldades no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades básicas.

Na esfera econômica, ele concluiu que “qualquer disputa pelo espaço do pescado tem relação diretíssima com o valor comercial dele e a abundância ou a escassez do produto: havendo abundância do produto, não haveria conflito!” Este fato pode ser claramente constatado durante a pesquisa realizada no município de Icapuí, uma vez que nas entrevistas foram relatadas invasões constantes de mergulhadores em territórios de pesca da comunidade de Redonda e vice-versa em menor escala. Pelo fato da escassez dos estoques de lagosta ter aparecido recorrentemente tanto na pesquisa de campo quanto na revisão de literatura, este fator pode ser classificado como uma das principais causas dos conflitos.

Já no que se refere à questão ambiental, o Agente demonstra domínio no assunto ao declarar que:

Alguns consideram que a captura da lagosta tem que ser grande, em quantidade, e isso afeta diretamente a questão ambiental. Então, a questão ambiental é visitada: as pessoas fazem coisas às vezes ilegais para conseguir esse pescado, gerando um confronto com os que pescam legalmente, mas no início, trata-se de um confronto apenas de ideias, que apenas em determinado momento tornou-se confronto de fato.

Podemos perceber que, de acordo com a opinião manifesta acima, o representante da Capitania dos Portos de Aracati acredita que os pescadores são movidos sim, por uma ideologia que causa os confrontos violentos, diferentemente dos dois representantes citados anteriormente.

O respondente descreve que os seus conhecimentos sobre o conflito e sua evolução se dão, principalmente, através de estudos e pesquisas que realiza motivado por interesse pessoal, já que considera ser importante conhecer o contexto no qual irá trabalhar.

Sobre os principais atores afetados, ele expõe que os membros das comunidades marítimas envolvidos são os mais atingidos, mas também cita o Estado, quando tem diminuída sua pauta de exportações em decorrência da queda no preço do quilo da lagosta ou em consequência da baixa produtividade ocasionadas pelas consequências da pesca predatória.

No que se refere ao canal de comunicação existente no órgão atualmente e no período do início desses confrontos com relação aos pescadores, de uma forma geral, ele prontamente responde:

Aberto! A marinha sempre se relacionou muito bem com a comunidade marítima! Pedem pra gente interceder por eles. Então a gente tem uma relação muito, muito boa... tanto no passado quanto agora e a gente espera ampliar essa relação.

E complementa afirmando que fiscalização é o que as comunidades têm reivindicado.

Quando questionado sobre as causas estruturais dos conflitos, ele responde que “o nascedouro está nas causas econômicas!” E continua o relato, desta vez sobre o conhecimento da Capitania dos Portos acerca do desrespeito ao período de defeso e a influência deste fato sobre as disputas em Icapuí:

Sim, sim... inclusive temos trabalhado em ações conjuntas com o Ministério da Pesca, nesse sentido. A fiscalização conjunta que envolve o MP, o IBAMA, essa fiscalização já existe há muito tempo, inclusive alguns estados já fazem [...] recentemente passamos três dias em embarcação nossa, fizemos nove abordagens com nove notificações. [...] Quando existe a pesca predatória, existe a diminuição do pescado, qualquer que seja! Aí existe a diminuição da captura, havendo a diminuição da captura, há mais pesca predatória, porque ela vai capturar mais longe, vai capturar indivíduos menores... então a pesca que já era predatória, ela fica ainda mais predatória! Ela vai abranger uma área maior, ela vai pegar indivíduos menores, antes da época da reprodução. Qualquer tamanho já serve para quem faz a pesca predatória. Você vê que a questão econômica está sempre por trás de tudo? Então, é complexo!

Sobre o contexto institucional e suas respectivas medidas para conter os conflitos, ele faz referência a medidas voltadas para o fomento da fiscalização, da legislação e melhor distribuição de atribuições, como deixa claro em suas palavras:

Talvez a legislação precise ser aprimorada. As alternativas? Não sei se (pensa um pouco) mais efetividade da fiscalização! É preciso definir bem as atribuições, é preciso mais fiscais capacitados, é preciso aumentar o número de ações conjuntas porque as atribuições são diferentes, então as ações se complementam, então as ações seriam mais completas, dando-se poder de polícia aos órgãos competentes... então isso seriam ações muito bem vindas, com fiscalização em todos os níveis... também fiscalização da receita sobre a exportação daquele recurso, as origens, fazer um rastreamento, igual faz de gado! Isso é possível! Não sei se isso já é feito, me parece que não. Então são todas ações que precisam ser feitas.

Sobre a estrutura que a Capitania dos Portos conta hoje, e no passado, desde quando os conflitos em Icapuí se iniciaram, ele afirma que “É suficiente sim, tem respondido sempre que solicitada. Responde e responde prontamente”. Revela também a atual parceria entre a Marinha (através de suas capitânicas) e o IBAMA em ações de fiscalização conjunta como sendo uma das medidas de contenção da pesca predatória, não só voltadas para a pesca da lagosta, mas também para as demais atividades de extração de recursos pesqueiros em geral. Ele nos conta ainda que, em sua opinião, são os atores financeiros que tentam impedir (ou não tem interesse em sua resolução) e dificultam as mudanças que visem essas soluções por razões da mesma natureza que seus interesses. E completa:

Razão social não faria o pescador, a comunidade marítima tradicional, aquela da beira da praia preda! Não faria! Nunca chegaria a esse nível! Então é fator econômico: quer seja o empresário, quer seja o atravessador, quer seja o exportador ... esses são os atores que atuam propositalmente. Ou talvez até alguns, inadvertidamente, quem seria esse? O cara que tá comendo lagosta no restaurante ... então, um ou outro, inadvertidamente, mas o cara que tá preparando seu barco para pescar em período de defeso ou muda as características do barco, esse não!

Quando questionado sobre o panorama futuro e possíveis resoluções, ele responde:

[...] Ainda se precisa criar os meios, os artifícios legais da fiscalização, mobilizar os entes responsáveis, mobilizar essas pessoas, qualificar essas pessoas para fiscalização, mas eu acho que a solução é administrativa, aumento de fiscalização ... eu acho que está indo por essa via e acho que resolve.

iv) Delegacia Municipal de Icapuí

A entrevista realizada junto a Polícia Municipal de Icapuí se deu com a titular da delegacia municipal que optou por não revelar sua identidade. Para a realização da entrevista dessa representante, optou-se por uma entrevista aberta e com poucas questões a serem respondidas, considerando pouco tempo disponível da entrevistada. As questões aplicadas foram em pequeno número e formuladas de forma abrangente, dando margem para o respondente elaborar com maior flexibilidade suas respostas.

Em 12 de junho de 2013, foi inaugurado, na sede do município de Icapuí, o novo prédio da polícia que hospedará os contingentes de polícia civil e militar. Este prédio oferece uma estrutura física de melhor qualidade para as atividades policiais, tais como salas de realização de B.Os., alojamentos para os policiais, sala de reconhecimento, mais celas que a unidade anterior, além de cela especial¹⁶.

Anterior à construção deste novo posto policial, a delegacia não possuía estrutura física satisfatória e não dispunha de uma localização fixa. A primeira tentativa da pesquisadora de encontrar o respondente, a delegacia dispunha de uma sala do fórum da cidade e, na segunda tentativa, dois meses depois, a delegacia localizava-se em um endereço residencial. Este fato evidencia que as condições necessárias ao funcionamento satisfatório para o exercício das atividades policiais, do ponto de vista de recursos físicos e materiais, praticamente inexistiam até então.

¹⁶ Sobre essa estrutura verificar no site do Governo do Estado do Ceará em: <http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/8380-litoral-leste-icapui-recebe-investimentos-em-seguranca-e-infraestrutura-rodoviaria>

A delegada de polícia de Icapuí foi nomeada há um pouco mais de três anos para o cargo, no entanto, ela relata que tem conhecimento sobre a nomeação de um delegado especial para tratar das questões relacionadas aos conflitos em Icapuí (embora tenha tentado lembrar-se, ela não conseguiu lembrar o nome e nem o período aproximado dessa nomeação, mas foi anterior a sua chegada). Ela também nos informa que, antes dela assumir o cargo, a competência para atender às demandas que surgissem desses conflitos era da Polícia Civil, mas questões de ordem legal, também deram inícios a conflitos nessa esfera. De acordo com ela:

Antes de eu entrar e depois deles saírem, nesse meio tempo, ficou uma briga para saber de quem era a competência: se era da civil ou da polícia federal, pra atuar nesses conflitos, porque o juiz de Icapuí disse que era incompetente e mandava pra justiça federal. Aí diante disso, declinou da competência pra justiça federal, aí a polícia federal jogava pra civil, aí ficava nesse vai num vai [...] aí o que ficou resolvido: que a justiça federal ficaria e no que ela precisasse de nós, mandava pra cá (sobre ações e encargos que seriam de sua competência, mas que, por questões de distância geográfica, a PF solicitava esse auxílio local) e depois devolvíamos pra ela [...] aí parou os conflitos (refere-se aos conflitos de ordem legal)!

Sobre os conflitos que envolvem os pescadores, ela afirma que “Houve muito em 2010, o último foi no defeso de 2011 e em 2012 não teve nada”. Ainda de acordo com a mesma respondente, eles envolviam múltiplas questões como diferenças na arte de pesca e invasão de território de ambos os lados: “às vezes os pescadores de Redonda vão à comunidade deles para ver se eles tão pescando de forma irregular” (referindo-se às demais comunidades do município). E continua seu relato descrevendo as ações de fiscalização realizadas pela própria comunidade de Redonda:

Eram armados de *doze* (arma calibre 12) e atiravam de revólver... eles eram encapuzados, de dez a doze homens numa lancha saíam apontando a arma e atirando no pessoal, aí eles mandam parar os barcos que eles ‘acham’ que tá pescando irregular, manda o povo descer e ir nadando até a margem, carregam a lancha deles e levam pra praia deles e lá eles tocam fogo...teve muita lesão corporal à bala...tudo registrado...aí a fiscalização deles é assim”

Este trecho foi transcrito, apesar de fatos similares terem sido narrados anteriormente por outros respondentes. O intuito de deixar registrada essa forma de agir mais de uma vez, objetiva demonstrar que essa prática foi testemunhada por diversos atores envolvidos com essa questão, em diferentes momentos.

Sobre o procedimento realizado pela respectiva unidade de polícia no município, ela nos conta que “a delegacia aqui faz o B.O. (Boletim de Ocorrência), ouve as partes e manda pra PF [Polícia Federal] em Fortaleza”. Esse trâmite também foi mencionado pelo representante do IBAMA entrevistado anteriormente.

4.3 Identificação dos Atores Sociais

Esta seção tem como objetivo identificar os principais atores sociais envolvidos nos conflitos recentes de Icapuí (desde o seu início, em 1989, até os dias atuais). Conceituam-se atores sociais como “todos os indivíduos, grupos, organizações e comunidades envolvidas ou afetadas por decisões tomadas para planejar e gerenciar recursos costeiros”. (ROCKLOFF e LOCKIE, 2004). Os atores sociais também estabelecem relações de poder entre si e sofrem os efeitos das posições concordantes ou discordantes entre seus respectivos interesses, valores e desejos, fatores que determinam os tipos de conflitos e suas características.

Este conceito é empregado no contexto dos conflitos da pesca em Icapuí pelo fato dos eventos ocorridos terem tido o poder de alterar a realidade local, alcançar a opinião pública e mobilizar, em alguns momentos, o poder público em torno da questão. Neste contexto, os atores sociais podem ser pessoas ou organizações, públicas ou privadas, que exploram, dependem ou têm interesse nos recursos naturais ou nas funções de regulamentação e gerenciamento. Esses atores sociais estabelecem comportamentos, relações e estratégias de ação com intuito de defender seus interesses e metas no contexto da pesca da lagosta e dos conflitos.

A partir da conjunção de técnicas já mencionadas anteriormente, na seção 3.2, subseção (iii), que trata do método da Análise dos Atores Sociais, obtivemos dados que nos levaram ao conhecimento da existência de dois principais grupos existentes em contextos pesqueiros uma vez abrangerem atividades de extração de recursos marinhos, ações que necessitam da interveniência de órgãos regulares. Para tanto, dividimo-los em dois principais grupos.

Os atores sociais foram agrupados em duas categorias: (i) atores sociais institucionais (Quadro 2); e (ii) atores sociais não-institucionais (Quadro 3). No Quadro

2, os atores sociais institucionais são listados e suas atribuições institucionais associadas ao setor da pesca definidas. No Quadro 3, os atores sociais não-institucionais, apresentados como comunidades pesqueiras, são relacionados, acompanhados da especificação de suas artes de pesca predominante.

Quadro 2 – Atores sociais institucionais envolvidos no conflito da pesca da lagosta em Icapuí e suas respectivas atribuições.

Ator Social Institucional	Atribuições
IBAMA	Exerce o poder de polícia ambiental, executa ações de políticas nacionais ligadas ao meio ambiente concernentes a atribuições federais como: controle ambiental, licenças, autorização para uso de recursos e fiscalização, controle e monitoramento ambiental. Além da execução de ações suplementares de competências da União que estejam de acordo com a legislação vigente.
Capitania dos Portos	Garantir a segurança da navegação, a preservação da vida humana no mar e em vias navegáveis e a prevenção da poluição hídrica.
Delegacia Municipal de Icapuí	Promover a averiguação das infrações penais, com exceção das militares, defendendo a ordem pública e a segurança da população e do patrimônio.
Polícia Federal	Com sede no Distrito Federal, possui dentre diversas atribuições: apurar, em colaboração com autoridades estaduais de crimes que, por sua natureza ou amplitude, transcendem o âmbito de uma unidade federada; coordenar serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras.
Labomar (UFC)	Pesquisa e extensão pesqueira que componham o ordenamento dos recursos pesqueiros, em especial, voltados para a lagosta e sirvam como base para arcabouço teórico da legislação.
Ministério da Pesca e Aquicultura	Responsável pelo gerenciamento e ordenamento da pesca e da aquicultura, pela implementação de uma política nacional pesqueira e aquícola, visando o uso sustentável dos recursos e a geração de renda.
Superintendência da Pesca	Órgão representante do MPA nos estados. Apoia a execução das ações realizadas pelo MPA, fomentar e modernizar a pesca no Estado.
Colônia de Pesca (Z-17)	Representam a categoria e são os intermediadores no processo de entrada e recebimento das licenças do RGP, junto ao MPA através das superintendências estaduais situadas nas capitais dos estados.
Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura	Formula, coordena e executa as políticas e diretrizes para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura do estado.
Mídias	Possuem a função de informar a população em geral através de diversos recursos midiáticos. Grande formadora da opinião pública com poder de influência.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

Somam-se dez atores institucionais ao todo. Com base nos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas junto aos pescadores e nas fontes escritas, podemos constatar serem, os principais atores do setor institucional com influência nos conflitos, o IBAMA e atualmente, por suas ações realizadas conjuntamente quanto à fiscalização, também a Capitania dos Portos. Pois foram diversas vezes mencionados pelos pescadores e apontados como causadores dos conflitos a partir da ineficácia de suas operações.

No entanto é sabido que o órgão máximo do setor pesqueiro (MPA) é que possui poder de ordenar a pesca e efetivar medidas que levem à alteração da atual legislação, como a solicitação de medidas que contemplem melhorias físicas e materiais para a operacionalização dos órgãos de fiscalização (falhas recorrentemente mencionadas ao longo de diversos discursos e registros jornalísticos) e demais mudanças necessárias que somente este órgão possui competência para solicitar e/ou realizar.

Ao estar na superintendência da pesca de Fortaleza para a coleta de dados referentes ao RGP, fomos informados por servidor do departamento de recursos humanos, de que somente 85% dos registros de pescadores solicitados em 2012 (competência da expedição dessas carteiras é do MPA), estão na superintendência da pesca em Fortaleza. Os demais ainda não chegaram. Vale salientar que essa informação foi obtida em agosto de 2013, e elas possuem validade anual, ou seja, os pescadores que estão entre os que ainda não receberam, estão sendo prejudicados, pois formalmente não podem exercer a atividade e logo terão de solicitar novos documentos. Ainda de acordo com o representante da superintendência procurado, algumas unidades desse percentual ainda encontram-se no órgão por falta de alguns presidentes de colônia que não foram recebê-las.

De acordo com os representantes dos órgãos procurados, há uma série de falhas, localizadas principalmente nos âmbitos físico e material de seus órgãos, mas também apontadas aos demais que possuem relação com suas respectivas operações (como é o caso mencionado do Ibama com relação a polícia federal, em casos de apreensão e prisão), que dificultam e/ou impossibilitam seus agentes de cumprirem suas missões.

A mídia também representa uma importante aliada dos pescadores no sentido de expor suas questões ao grande público em geral e, com isso, ‘pressionar’(aspas minhas) os órgãos públicos competentes para conter os prejuízos da categoria. Programas de alcance nacional já estiveram no município tratando diretamente dos conflitos (programa HOJE EM DIA da Record em 2012) ou tratando da pesca da lagosta em sentido geral, mas também pontuando a existência da prática predatória no município (programa GLOBO MAR, da Rede Globo em 2013)

Quadro 3 - Atores Sociais representados pelas principais comunidades pesqueiras de Icapuí segundo artes de pesca empregadas.

Atores Sociais Não-Institucionais	Arte de Pesca Predominante
Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Perobas, Picos	Cangalha
Barreiras da Sereia, Barreiras de Baixo, Barrinha, Requengela, Barra Grande, Placa, Quitérias, Tremembé, Melancias de Baixo, Melancias de Cima, Peixe Gordo, Manibú	Mergulho com Marambaia

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

De acordo com as artes de pesca predominantes, as comunidades pesqueiras se dividiram entre aquelas que utilizam a cangalha como prática de pesca e aquelas que utilizam a prática de mergulho associada à marambaia. Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Perobas e Picos foram as cinco comunidades detectadas que utilizam cangalha como arte de pesca predominante. A grande maioria das comunidades pesqueiras de Icapuí, totalizando doze comunidades, utiliza a prática de mergulho e marambaia.

Quanto à participação nos conflitos, pode-se aferir que as comunidades de Retiro Grande e Ponta Grossa assumem uma posição de neutralidade. Esta afirmação é feita com base nas viagens de campo da pesquisadora que, embora tendo realizado entrevistas somente nas duas principais comunidades envolvidas nos conflitos, percorreu e conversou informalmente com alguns membros das duas praias mencionadas acima.

Quanto às demais comunidades que utilizam a cangalha, Redonda e Peroba, pode-se confirmar que a comunidade de Redonda exerce o poder de liderança, e que tal

liderança é reconhecida e respeitada, inclusive além das fronteiras do município. Esta liderança tem se fortalecido através da associação dos pescadores de Icapuí com outros pescadores do litoral cearense, resultando em algumas conquistas em favor da pesca responsável e da própria comunidade, tal como a compra de uma embarcação pela comunidade de Redonda e a construção de outra, para atuarem em ações conjuntas junto ao IBAMA entre os anos de 2006 e 2010, aproximadamente.

Este fato é confirmado pelo testemunho de um dos respondentes da praia de Redonda que afirmou que, em associação com outras lideranças do litoral leste, também interessadas no combate à pesca predatória da lagosta, “a comunidade de Redonda sempre teve participação em acontecimentos desse tipo”, e exemplifica: “compramos um barco chamado ‘Monsenhor Diomedes’, depois de uma reunião no IBAMA em Fortaleza, em que eles disseram que não tinha barco pra fazer essas fiscalizações”.

Também por diversas vezes estiveram ‘em comissão’ no IBAMA, requerendo providências nesse sentido, além da organização de passeatas que aconteciam no CAMBEBA (Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará), em Fortaleza, para reivindicações que cobravam a intensificação da fiscalização e mais providências para beneficiar o setor.

Já quanto às comunidades que utilizam as técnicas predatórias, dentre as doze identificadas, nenhuma delas foi detectada como liderança no contexto dos conflitos da pesca. Pelo contrário, as comunidades parecem atuar independentemente, aparentemente destituídas de uma estrutura organizacional ou coordenação de suas ações. Escolhemos a comunidade de Barrinha por ela destacar-se nas pesquisas jornalísticas e nas conversas informais inicialmente utilizadas com especialistas no assunto e como forma de facilitar a apreensão da pesquisa. Essas comunidades assemelham-se em termos das mesmas artes de pesca empregadas e distribuição dos ganhos na pesca. Diferentemente da “meação” utilizada pelos pescadores de Redonda, essas comunidades aproximam-se mais do modo capitalista de distribuição dos benefícios da pesca, uma vez que porcentagens sobre o total da produção obtida pela embarcação são calculadas em função da importância e do risco assumido pela tripulação da embarcação e as atividades desempenhadas pelos pescadores durante as pescarias. Por exemplo, um mergulhador recebe entre 10 e 15% enquanto um ajudante

de mergulhador recebe cerca de 7%; já um mestre recebe entre 10 e 12% do valor da produção (dados da pesquisa).

Quanto ao poder de influenciar exercido pelos dois grupos separados pela pesquisadora, podemos verificar ser o primeiro (dos atores institucionais), o grupo de maior influência, por questões naturais, uma vez serem eles os responsáveis direta ou indiretamente (exceto a mídia e as colônias) pelo ordenamento do setor e medidas correlatas. Já para o grupo de pescadores do município, foi confirmado o distanciamento já mencionado na pesquisa entre eles e os órgãos públicos do setor, fato que os coloca em situação desprivilegiada com relação ao exercício do poder de influência sobre as questões que os interessam diretamente, como a gestão da pesca. De acordo com um representante de órgão entrevistado, durante o período entre 2003 e 2008, quando o superintendente do Ibama era uma pessoa da comunidade de Redonda, as fiscalizações paramilitares empreendidas pela comunidade ganharam força devido a um sentimento de impunidade, seguindo o pensamento de que ‘nós temos gente nossa no Ibama’. No entanto, o mesmo informante garante que fiscalizações que geraram autuações foram devidamente cumpridas independente da origem das embarcações e/ou de suas tripulações.

Por inferência podemos concluir que há mesmo um grande distanciamento entre os dois grupos no sentido de comunicação, participação do segundo grupo na elaboração das políticas do setor. Algumas tentativas de colaboração foram mencionadas durante as entrevistas, no entanto o que se percebe é que elas se dão na etapa inicial, geralmente na esfera do diálogo, sem no entanto serem consideradas em seu processo final, quando da elaboração e efetivação das mesmas.

4.4 Motivações dos Conflitos

As motivações para os conflitos da pesca da lagosta em Icapuí foram sendo reveladas com o andamento da pesquisa de campo e confirmadas nos dois grupos focais realizados, em Redonda e Barrinha. Os dois grupos focais foram realizados seguindo os mesmos procedimentos e programação, tendo a autora deste trabalho atuado como facilitadora.

Inicialmente, foram apresentados aos participantes os objetivos da reunião, bem como esclarecimentos sobre o uso da informação e o caráter científico do grupo focal. Em seguida, os participantes engajaram na atividade propriamente dita que consistiu em identificar as principais causas para o surgimento e manutenção dos conflitos da pesca. Antes de iniciar a discussão, a facilitadora apresentou e definiu quatro aspectos, a partir dos quais as causas poderiam se originar. A saber: aspecto institucional; aspecto social; aspecto ambiental e aspecto econômico. Esses aspectos foram escolhidos pelo fato dos mesmos serem considerados dimensões fundamentais do conceito de desenvolvimento sustentável, e que são definidas a seguir:

- Aspecto Institucional: fatores determinantes que se originam pela existência ou ausência de normas específicas ou da atuação ou omissão de organizações públicas para o setor pesqueiro, por exemplo, as falhas na fiscalização da pesca da lagosta e falta de uma política mais específica para o combate à pesca predatória da lagosta;
- Aspecto Social: fatores determinantes que se originam a partir do contexto e das relações sociais, condição e modo de vida da comunidade, forma de produção e subsistência da família, por exemplo, a dependência de grande parte de sua família da renda proveniente da pesca;
- Aspecto Ambiental: fatores determinantes que se originam a partir das condições do meio ambiente em termos de clima, estoque de recursos, qualidade ambiental e da própria relação que o homem estabelece com o ecossistema e os recursos naturais, por exemplo, aumento ou diminuição do estoque de lagosta, uso de práticas predatórias (mergulho e marambaia) ou pesca responsável respeitando o tamanho mínimo permitido de captura, período de pesca e artes de pesca permitidos por lei (cangalha/manzuá) e seus impactos sobre o meio ambiente.
- Aspecto Econômico: fatores determinantes que se originam a partir da forma de produção e tecnologia empregada, do funcionamento dos mercados, da renda e poder aquisitivo da família, do nível de emprego e ocupação na comunidade, da distribuição dos benefícios e custos econômicos das atividades produtivas, por exemplo, quanto ao valor

comercial da lagosta, escoamento da produção e sazonalidade da produção de lagosta.

Em seguida, foi solicitado que cada participante apontasse um desses aspectos (institucional, econômico, ambiental e social) como sendo o principal causador dos conflitos. Os resultados dos dois grupos focais são apresentados a seguir.

Em Barrinha, 50% dos respondentes disseram ser a questão ambiental a principal fomentadora dos embates; já os outros 50%, afirmam ser a questão econômica, a razão desses problemas. No entanto, é importante ressaltar que todos os participantes concordaram não haver uma só causa para essa situação, mas sim que todos os aspectos apresentados pela facilitadora têm influência direta nos confrontos, com exceção do aspecto institucional. A seguir apresentaremos algumas citações que confirmam essas conclusões.

A primeira citação faz referência à questão econômica, o participante compara a situação de um trabalhador assalariado com a de um mergulhador, considerando mais lucrativa a atividade ilegal, mesmo tendo que pagar pela fabricação de seus próprios atratores artificiais. O trecho é uma transcrição da fala de um dos participantes:

De manhãzinha ele vai pro mar, até 10,11 horas ele volta, dessa *miudinha* aqui ele traz 40,50 quilo, a 20, 22 real; ele já bateu o salário mínimo do outro que tá o mês todinho lá, *num foi?* Aí tem a maré grande, que é cinco dias pra ele fazer isso aí, se ele tiver colocado o pesqueiro lá...agora também tem isso, vai ter que trabalhar: vai ter que pagar um rapaz com motosserra pra ele cortar os toco pra ele pra poder ele chegar com aquela quantidade que eu falei. Aqui, no fim da semana, tem muitos que bate 2.000, 3.000, 4.000 reais... isso no período de defeso! Isso aqui hoje, dobra! (No período em que foi colhida essa citação, a lagosta não se encontrava no defeso)

A questão ambiental também foi reconhecida no discurso em Barrinha principalmente configurada no desrespeito ao período do defeso, na falta de consciência ecológica da maioria dos pescadores com relação ao tamanho mínimo de captura. No entanto, alguns respondentes demonstraram certa postura empreendedora e preocupação com a sustentabilidade. Como pode ser constatado: “Eu desço e vejo que ainda tá mole (se refere à lagosta imatura), seu trazer, ela vale 25 reais; se eu quiser usar a consciência, eu não trago! E volto lá depois de três dias, aí ela vale cinquenta!”. No

entanto, um dos demais participantes do grupo focal, entrevistado afirmando que: “eu só conheço ele e outro que faz isso aqui!”.

Sobre a escassez da lagosta, somente um participante considera que a lagosta não está escassa; embora os demais afirmem que, “assim que abre a pesca, a quantidade é grande, mas rapidamente, em um ou dois meses, diminui”.

No aspecto social, há uma preocupação dos pescadores quanto ao sustento da família que pode ser observada na fala de um dos pescadores: “Eu e meus três filhos, vamos deixar de ganhar isso aqui pra ganhar um salário mínimo?”

Na esfera institucional, foi revelada a existência de um acordo informal firmado entre os agentes responsáveis pela fiscalização e os financiadores da pesca, tais como os atravessadores, empresários e armadores. Essa denúncia foi confirmada na mesma reunião por vários depoimentos. Destacamos aqui, um deles:

A gente paga pra fiscalização: de Fortaleza ate Rio Grande do Norte! Quando é véspera, o fiscal *liga pro empresário*, que avisa aqui na praia e sai recolhendo o dinheiro pra gente pagar ele. Ele (fiscal) avisa: *‘vô pra cima! Aí nós vai pra baixo!’*

Pode-se relacionar essa constatação final com o resultado do grupo focal realizado em Redonda. Unanimemente, na comunidade de Redonda, a falha na fiscalização foi apontada como a principal motivadora dos conflitos: “a fiscalização caiu em descrédito para o setor artesanal!” Esta ineficiência da fiscalização é verificada por sua falta de infraestrutura, quantidade insuficiente de pessoal capacitado para realizar as operações, ausência de uma política específica de combate à pesca predatória, falta de compromisso da classe política com a situação no município e o descrédito dos fiscais frente à comunidade pesqueira. Essa situação tem gerado um sentimento de revolta por parte de toda população de Redonda e intensificado os embates.

Sobre os episódios de confrontos entre os grupos, um pescador de Redonda, narra o encontro com um mergulhador perto de seu ‘ponto de pesca’ na semana anterior a aplicação do Grupo Focal, confirmando a denúncia de corrupção transcrita anteriormente pelo grupo de Barrinha:

Semana passada *eu tava puxando material* e tinha um compressor lá no meio (uma jangada pequena) e eu pedindo a ele que saísse do meio pra pelo menos eu *terminar o meu material*, e ele sem querer sair. *Aí eu fui e disse assim: ‘era bom que eu fosse do IBAMA!’* E ele respondeu: ‘O IBAMA é comprado por nós’

Diz que esse mês teve uma fiscalização mais lá pra cima (se refere às demais praias do município que ficam mais ao sul) e eles lá ‘compraram ela por 30.000 reais’, aí *num* teve fiscalização! O IBAMA foi embora! Eles lá tem dinheiro e *nós aqui num tem!*

Esses episódios não se tratam de fatos isolados, pois acontecem frequentemente. Os participantes do grupo focal em Redonda atribuíram as “fiscalizações por conta própria” às falhas na fiscalização oficial. Ainda de acordo com eles, há ainda a influência, em menor escala, das demais questões apontadas pela pesquisadora ao longo da realização da oficina.

Buscando averiguar as denúncias sobre as “compras de fiscalização” relatadas em ambos os grupos focais realizados, procuramos novamente o respondente do Ibama, que nos informou que há alguns anos o órgão fez uma apuração de denúncias deste tipo e demitiu diversos servidores que comprovadamente praticavam atos desta natureza (caracterizam-se como desvio de conduta) e ainda caracterizou como “irresponsáveis” aqueles que nos relataram esses acontecimentos como se tratassem de atos recentes. No entanto resolvemos acatar as falas de ambos respondentes (pescadores e Ibama) como forma de não nos manifestarmos com nenhum juízo de valor a fim de evitar falsas constatações, mas tão somente revelar as possíveis nuances verificadas nas entrevistas de campo.

Concluimos como resultado da aplicação da técnica Grupo Focal que nas duas comunidades pesquisadas, as motivações apresentaram-se diferentemente em escala de importância, pois em Barrinha as questões ambientais e os aspectos econômicos apareceram como principais causadores desses confrontos. Figurando o aspecto econômico como incentivador da ausência de consciência sustentável na atividade, uma vez que eles (os pescadores-mergulhadores) afirmam precisar utilizar essa técnica para manterem suas famílias, dispensando qualquer cuidado com a conservação dos estoques. Para a comunidade de Redonda, o aspecto institucional figurando como o principal fator, confirma as entrevistas, os relatos de registros jornalísticos e de

trabalhos acadêmicos pesquisados que já apontavam para as falhas existentes na fiscalização como sendo uma das principais causadoras desses confrontos em Icapuí.

4.5 Classificação das tipologias de conflitos em Icapuí

Esta seção propõe uma tipologia dos conflitos da pesca da lagosta em Icapuí, tomando como base os principais fatores identificados nesta pesquisa. Para tanto, o quadro de tipologias de Conflitos na pesca proposto por Charles (1992) é adaptado com o intuito de incluir os elementos específicos que definem os confrontos na área de estudo.

Quadro 4 – Tipologias dos conflitos de pesca segundo suas causas determinantes

Tipo de Conflito	Fatores Determinantes em Icapuí
Jurisdição de pesca	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos de propriedade: ineficiência do Estado em exercer o direito de propriedade estatal nos territórios de pesca em Icapuí e desejo de um grupo de pescadores em exercer o direito de propriedade de uso comunitário sobre território de pesca; • O papel do governo: ineficiência no gerenciamento, fiscalização e execução de política para o setor pesqueiro, em particular, para a pesca da lagosta em Icapuí. Gestão cooperativa não verificada na área de estudo. • Conflitos intergovernamentais: não foram identificados conflitos entre nações ou entre estados do ponto de vista sobre de quem seria o direito de pesca no município de Icapuí. Conflitos desta natureza observados nos anos sessenta (invasão francesa descrita no referencial teórico).
Mecanismos de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão e planejamento: Alterações periódicas em legislações que preveem artes de pesca, questões sobre legalização do pescador, períodos de defeso e demais planos de gestão de curto prazo, são igualmente apontados como fatores motivadores dos conflitos. • Conflitos na aplicação dos instrumentos de gestão: Verificou-se no discurso dos entrevistados, a existência de acordos informais entre pescadores de localidades de pesca predatória e agentes de • fiscalização. Fato que traz desconfiança por parte dos pescadores de Redonda sobre a real atuação do órgão, colocando-os em situação desprivilegiada em relação aos demais. • Interações entre pescadores/governo: distanciamento entre as abordagens e metas dos pescadores artesanais e dos representantes do governo para a gestão da pesca;
Alocação Interna	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito de “guerra de equipamentos”: coexistência de práticas responsáveis (legal) e práticas predatórias (ilegais) no mesmo território de pesca; (continua)

Quadro 4 – Tipologias dos conflitos de pesca segundo suas causas determinantes. Cont.

	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito entre grupos de usuários: conflito de interesses entre os grupos de pescadores: de um lado, pescadores de Redonda defendendo a pesca responsável em seu território; de outro lado, pescadores de outras comunidades defendendo seus direitos de exercer a pesca mesmo que de forma ilegal. • Disputa entre pescadores e atravessadores: não observada na área de estudo.
Alocação externa	<ul style="list-style-type: none"> • Disputa entre pescadores locais e estrangeiros: Aproxima-se da definição do fator <i>conflitos intergovernamentais</i> da tipologia <i>jurisdição de pesca</i>. Conflitos desta natureza observados nos anos oitenta (quando os primeiros mergulhadores potiguares foram vistos pelos redondeiros em seu ‘território de pesca’), mas inexistentes na atualidade; • Disputa entre pescadores e aquicultores: não observados na área de estudo; • Pesca <i>versus</i> usos aquáticos competitivos: Remete a usos concorrentes do oceano quando envolvem, por exemplo, extração de petróleo (com possíveis riscos de derramamento, prejudicando as pescarias) e turismo. De uma forma geral dizem respeito a uma forma mais ‘global’ de disputas na pesca. Não se configuram em Icapuí.

Fonte: Adaptado de Charles (1992).

Em relação à ‘jurisdição de pesca’, foi constatado que fatores como direito de propriedade e papel do governo são determinantes para o surgimento dos conflitos em Icapuí (Quadro 4).

Os recursos pesqueiros constituem-se bens de propriedade comum, portanto, todos os pescadores, em princípio, teriam o direito de explorá-los desde que de acordo com as normas estabelecidas. No entanto, esse direito não pode ser exercido em Icapuí, uma vez que, há um acordo informal entre as comunidades de que cada uma deveria pescar em “sua área de pesca” o que corresponderia, aproximadamente, ao território marítimo localizado em frente a cada comunidade, acordo este, que é constantemente descumprido pelos mergulhadores. A incapacidade do poder público de garantir o uso de artes de pesca legalmente instituídas por todos os pescadores em todo território de pesca, dá margem para que grupos de pescadores arbitrem qual arte de pesca empregar, seja ela predatória ou não, sendo que aqueles que praticam a pesca responsável desejam banir de seus bancos de pesca que exercem direitos costumeiros (estabelecidos por tradição) as práticas predatórias, dando origem a conflitos entre esses grupos.

Quanto ao fator *papel do governo*, da tipologia *Jurisdição de pesca*, o setor pesqueiro no Ceará conta com a participação de organizações governamentais tanto da esfera federal (IBAMA, Ministério da Pesca e Aquicultura, Polícia Federal, Capitania dos Portos) quanto da estadual (Secretaria Estadual da Pesca e Aquicultura e Polícia Civil) no gerenciamento da pesca, cada uma possuindo suas atribuições específicas. De acordo com a pesquisa, pode-se afirmar que muitas dessas funções não são cumpridas ou são realizadas de forma ineficiente. Em Icapuí, percebemos falhas quanto às operações de fiscalização, atendimento aos direitos dos pescadores, quanto à elaboração das leis e políticas direcionadas para o setor.

Os conflitos da pesca da lagosta também são resultado dos mesmos fatores que tornam o setor pesqueiro no país uma atividade economicamente e politicamente instável. Isto se deve à falta de articulação e comunicação entre os órgãos governamentais, constituindo assim em um fator que conduz ao agravamento dos conflitos, principalmente por dificultar as negociações e as ações preventivas e mediadoras das disputas. Além disso, o setor pesqueiro tem sido afetado marcantemente, ao longo de sua história, pelas alterações das atribuições, competências e estrutura organizacional das instituições públicas, culminando na transferência do departamento da pesca ou mesmo sua extinção, prejudicando o curso das políticas do setor pesqueiro.

No que tange aos ‘mecanismos de gestão’, os conflitos da pesca da lagosta em Icapuí também são determinados pela ineficiência da gestão e planejamento da pesca, pela inadequação e/ou ausência de instrumentos propostos para a solução dos conflitos e pela dificuldade de integração entre os pescadores e representantes do governo e entre os próprios órgãos que participam da gestão da pesca da lagosta. Neste sentido, observou-se que as comunidades pesqueiras têm baixa participação no planejamento e gestão da pesca. No mesmo sentido, as abordagens utilizadas para o ordenamento da pesca da lagosta não atingem toda a cadeia produtiva, muitas vezes não alcançando a eficácia desejada. As entrevistas também deixaram evidente que os pescadores encontram dificuldade em negociar com os representantes do governo, determinada em grande parte pelas barreiras culturais, mas também pelas divergências em termos de abordagens e metas de gestão da pesca.

Os fatores, definidos como de ‘alocação interna’, estão fortemente presentes nos conflitos da pesca da lagosta em Icapuí. O conflito determinado pela “guerra de equipamentos” se caracteriza, em Icapuí, pela prática da pesca responsável (legal) e da prática da pesca predatória (ilegal) no mesmo território de pesca. De um lado, os pescadores de Redonda realizam a pesca responsável através, principalmente, de cangalhas; por outro lado, a maioria dos pescadores da maioria das comunidades pesqueiras em Icapuí realizam a pesca predatória através da utilização do mergulho associado à marambaia.

Portanto, a coexistência de grupos de pescadores que exercem práticas de pesca diferenciadas: um grupo de pescadores (em menor número) que pratica a pesca responsável (legal) e que defende a prática da pesca responsável em seu território de pesca; e um grupo de pescadores (em maior número) que pratica a pesca predatória (ilegal) e que defende seu direito de pescar. Este conflito de interesses é exacerbado pela ineficiência do governo em exercer seu direito de propriedade estatal sobre o território de pesca, criando assim condições favoráveis para o surgimento de conflitos entre grupos de usuários.

Na tipologia ‘alocação externa’, elementos que configuram disputas entre pescadores e aquicultores ou demais usuários do meio marinho como grandes embarcações de pesca oceânica, usuários concorrentes ou estrangeiros não foram identificados no município. O fato de não haverem mais invasões dos pescadores-mergulhadores do Rio Grande do Norte em Icapuí foi revelado por um pescador de Barrinha ao relatar durante o grupo focal que “eles não vem mais prá cá não, agora estão indo é pra Bahia!” alegando que lá ainda há bastante lagosta.

De acordo com Charles (1992), essas categorias não são mutuamente exclusivas, mas se complementam entre si, podendo, então, um conflito apresentar elementos que o coloque em mais de uma tipologia concomitantemente. Assim, verifica-se que, no caso de Icapuí, o conflito pode ser identificado por múltiplos fatores, portanto, podendo ser enquadrado em mais de uma tipologia de conflito. No caso do conflito da pesca da lagosta em Icapuí, as causas dos conflitos estão presentes nas quatro tipologias, sem, no entanto, conter todos os fatores constantes das mesmas.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Utilizando uma abordagem interdisciplinar, investigou-se os conflitos da pesca da lagosta em Icapuí em seus múltiplos aspectos – econômicos, sociais e ambientais – buscando revelar as causas, os tipos, os atores e as relações estabelecidas entre eles a fim de fornecer um panorama geral dos conflitos que marcam a pesca da lagosta em Icapuí. Para tanto, investigou-se a atividade lagosteira a partir de sua origem, dos anos cinquenta até os dias atuais, considerando o cenário mercadológico ainda hoje reconhecidamente relevante em termos econômicos, as artes de pesca empregadas (cangalha, compressor, marambaia, redes) e os elementos inerentes à atividade como propriedade, territorialidade, gestão e sustentabilidade.

A pesquisa constatou que a idade média dos pescadores locais é de 47 anos, além de possuírem uma média de tempo de experiência na atividade de 30 anos, fator também considerado de relevância, uma vez tratarem-se de trabalhadores experientes e habilidosos em suas funções que vêm enfrentando-se no município e com isso somando prejuízos não só financeiros, mas culturais devido a essa divisão entre eles e colocando em risco a sua principal atividade já que o excesso de esforço de pesca vem crescendo continuamente e ameaçando os estoques. As causas identificadas como sendo as originárias dos conflitos foram a invasão dos territórios de pesca e a utilização das artes predatórias, inicialmente empreendida por mergulhadores do estado vizinho, mas rapidamente absorvidas pela maioria das comunidades de Icapuí, fato esse também verificado como sendo a origem da ruptura social existente no município até hoje, rivalizando as comunidades. No entanto as causas principais de manutenção desses conflitos, de acordo com os pescadores entrevistados pela pesquisa, estão na pouca eficiência das ações de fiscalização dos órgãos responsáveis, na atual escassez da lagosta e na dependência de boa parte de sua família da mesma atividade. As comunidades envolvidas passaram a diferenciar-se a partir de seus objetivos financeiros que representam-se em suas escolhas de artes de pesca empregadas: os que utilizam cangalha geralmente possuem objetivos de subsistência e preocupações de ordem ecológica, além de aprenderem o ofício geralmente com seus pais que também eram pescadores. Já o grupo que opta pelo mergulho e Marambaia, vislumbra ganhos maiores, anseiam por mais e não consideram a perpetuação da espécie. Seu ofício nem

sempre é aprendido com o pai, muito embora venham também de famílias de pescadores.

A percepção dos representantes de órgãos coincide em diversos momentos quanto ao conhecimento do desrespeito praticado por alguns sobre o período de defeso, admitem que os maiores prejudicados pelos conflitos são os próprios pescadores e divergem um tanto sobre a escala de importância dos confrontos entre baixa e alta. No entanto discordam quanto à existência ou não de uma ideologia por trás dessas manifestações.

Baseado em narrativas dos principais atores sociais envolvidos nos conflitos, institucionais e não-institucionais, podemos concluir que há consonância entre os dados levantados tanto das fontes orais como das fontes escritas. Os fatores encontrados nos conflitos de Icapuí chamam a atenção pela sua pluralidade, tipificando o confronto em três das modalidades demonstradas segundo Charles (1992); exceto fatores de alocação externa. Alertando sobre as variadas medidas de contenção que devem ser tomadas pelas autoridades competentes com relação a esses conflitos que podem passar por momentos de calma mas encontram-se na iminência de eclodirem a cada vez que um mergulhador pode ser encontrado em um território que não seja o seu ou flagrado “despescando” uma cangalha ou ainda, a médio e longo prazo, o que pode acontecer quando começarem a aparecer as consequências da utilização desses tambores na água e de seus dejetos erroneamente despejados diretamente no solo?

A partir dos resultados demonstrados pela pesquisa como a identificação dos atores sociais envolvidos (mesmo reconhecendo não representarem taxativamente todos os envolvidos) e apresentação das tipologias nas quais se enquadram os conflitos, pensamos ter oferecido ferramentas iniciais para quaisquer pesquisas posteriores que se proponham a estudar mais profundamente os embates em torno da pesca não só no município, mas também em quaisquer outras comunidades pesqueiras aonde eles venham surgir. Essa produção também pode ser utilizada para traçarem-se planos de gestão para conter e/ou erradicar os confrontos utilizando prioritariamente a participação popular das comunidades envolvidas como valiosa cooperação para medidas nesse sentido.

Do ponto de vista de estratégias a serem adotadas nos conflitos em Icapuí, sugerem-se medidas de aproximação entre os órgãos de controle e gestão da pesca e os pescadores; criação e fortalecimento de mais atividades econômicas no município - mesmo que seja como fontes alternativas, aumento do número de fiscais bem como o melhoramento da estrutura física e material para intensificação da fiscalização com posto permanente no município, promoção de cursos de capacitação para a prática da pesca responsável aliados a educação ambiental que contemple o aprendizado dos aspectos prejudiciais que podem surgir para todos os envolvidos na pesca, a longo e médio prazo e mais investimentos sobre o setor de beneficiamento do produto como forma de agregar valor ao produto e diminuir o esforço de pesca atualmente exercido no município sobre a lagosta.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri *et al.* O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSERALD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In:* ACSERALD, H(Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, Francisco Erinaldo Queiroz de. A Importância econômica da lagosta para o estado do Ceará. 1993. fl? Monografia (Graduação em Economia). Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contábeis e Secretariado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ALMEIDA, Lorena Galletti de. **Caracterização das áreas de pesca artesanal de lagosta na Praia da Redonda, Icapuí - Ce.** 2010. 93f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar. Fortaleza-CE, 2010.
- AMOROZO, M.C.M.; VIERTLER, R. B. A abordagem qualitativa na coleta e análise de dados etnobotânicos. *In:* ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F.C. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Recife: COMUNIGRAF, 2008. Capítulo 3, p. 73-91.
- ANDRIGUETTO FILHO, José Milton. **Sistemas Técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 1999. 256f. Tese (Doutorado) Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná e Université Paris 7 – Université Bourdeaux 2. Curitiba, Paris, 1999.
- ARAÚJO, Liane Marli Silva de. **Caracterização e avaliação da pesca artesanal no município de Itarema-Ceará-Brasil**. 2010. 58f. Monografia (Graduação em engenharia de pesca). Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2010.
- BAILEY, K.D. **Methods of social research**. Nova Iorque: Macmillian Publishers, 1982.
- BAISRE, J. **La pesca marítima em Cuba**. Editorial Científico-Tecnica, Habana. 372p. 2004.
- BARRENA, Inigo. Conflict-sensitive approaches to development, humanitarian assistance and building: tools for peace and conflict impact assessment. International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies. Disponível em: <www.ifrc.gov>. Acesso em: 30 abr. 2012.
- BECKER, Howard S., **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec. 1994.
- BEGOSSI, A. Áreas, Pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. *In:* BEGOSSI, A. (Org.); A. LEME, C. S. SEIXAS, F. DE CASTRO, J. PEZZUTI, N.

HANAZAKI, N. PERONI e R.A.M. SILVANO (Eds). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BENNETT, E. *et al.* **Towards a better understanding of conflict management in tropical fisheries: evidence from Ghana, Bangladesh and the Caribbean**. CEMARE Research Paper. University of Portsmouth. No 159. 2001.

BERKES, F. Social systems, ecological systems, and property rights. *In*: S. HANNA, C. FOLKE, AND K.-G. MÄLER (Ed.). **Rights to nature. Ecological, economic, cultural, and political principles of institutions for the environment**. Washington, D.C., USA: Island Press. 1996.

BEZERRA, Márcio. **Setor Lagosteiro do Ceará apresenta reivindicações ao Governo Federal**. Publicado em 14 set. 2012. Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/opeixe/setor-lagosteiro-do-ceara-apresenta-reinvidicacoes-ao-governo-federal/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

BEZERRA, M. A. **Estudo de alternativas de produção sustentável para o setor pesqueiro do município de Icapuí, Ceará, Brasil**. 2000. 111fl. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

BEZERRA, Samuel N. **Manutenção e transporte de lagostas**. Brasília: IBAMA, 1998.
BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 3, p. 68-80, jan.-jul. 2005.

BORGONHA, M. **Arte do Mar: Ciência dos pescadores da Caponga – CE**. 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BRASIL. Instituto do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil: *Panulirus argus* (Latreille, 1804) e *Panulirus laevicauda* (Latreille, 1817)**. Brasília: IBAMA, 2008.

BRASIL. Ministério da Pesca. **CONFERÊNCIA NACIONAL DA PESCA ARTESANAL**, 1., 2009, Brasília, DF: Ministério da Pesca, 2009. 1 CD-ROM (*Relatório Final*).

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA Disponível em: http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%ADstico%20MPA202010.pdf . Acesso em: 20 fev. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. MMA. **Plano de Negócios: sustentabilidade da exploração lagosteira**. Fishtec Consultores Associados. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. MPA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: Brasil, 2008- 2009**. Ministério da Pesca e Aquicultura, 99 p. 2010.

BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Recifes artificiais: texto básico de nivelamento técnico sobre recifes artificiais marinhos**. Brasília-DF, setembro de 2003.

BURDA, C. L.; POLETTE, M.; SCHIAVETTI, A. Análise da Cadeia Causal para a Criação de Unidade de Conservação: Reserva Extrativista Marinha de Itacaré (BA) – Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**. v. 7, n. 1, p. 57-67. 2007.

CASTRO E SILVA, S. M. M. **Caracterização da pesca artesanal na costa do estado do Ceará**. 2004. 344 fl. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) Universidade Federal de São de Carlos, São Carlos, 2004.

CAVALCANTE, P. P. L. *et al.* **Ordenamento da pesca da lagosta: uma experiência desordenada**. Fortaleza: Ministério da pesca e aquicultura; Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ce. 2011.

CEARÁ. ADECE – Agência de desenvolvimento do Estado do Ceará. Publicada em 24 jul. 2012. Disponível em:
<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/43606-pesca-da-lagosta-do-ceara-busca-certificacao-ambiental-internacional-> Acesso em 12 mai. 2013.

CEARÁ. SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará. **Perfil básico municipal: Icapuí**. Fortaleza-CE, 2005.

CEARÁ. SOMA - Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) da zona costeira do estado do Ceará**: Diagnóstico socioeconômico da zona costeira do estado do Ceará. Fortaleza.2005.

CEARÁ: Pesca ilegal reduz estoque de lagosta no mar. Reportagem do Diário do Nordeste (publicada em 5 de maio de 2010) Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/7R7>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

CHARLES. A. T. Fishery conflicts: a unified Framework. **Marine Policy**. v.16, n. 5, p. 379-393. 1992.

COCHRANE, K. L. **A Fisheries manager's guide: Management measures and their application**. Roma: FAO, 2002. (Fisheries Technical Paper, n.424).

COSTA NETO, E. M. Conhecimento e usos tradicionais de recursos faunísticos por uma comunidade afro-brasileira. **Interciência**. v.25, n.9, p. 1-11. 2000b.

COSTA NETO, E. M. Sustainable Development and Traditional Knowledge: a case study in a brazilian artisanal fishermen's community. **Sustainable Development**. v. 8, p. 89-95. 2000a.

COSTA, J. R. **Sustentabilidade ambiental local: O caso da comunidade pesqueira de Ponta Grossa – Icapuí – Ceará - Brasil**. 2003. 86 fl . Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza; Ceará. 2003.

COTRIM, Décio Souza; MIGUEL, Lovois de Andrade. Uso do enfoque sistêmico na pesca artesanal em Tramandaí – RS. *Adopting the systems approach to artisanal fishing at Tramandaí - RS* Eisforia, Florianópolis v.5, ano 5, n. 2, 136-160, dez. 2007.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista:** Estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará:/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará. 2002.

DIAS NETO, J. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil.** Brasília: IBAMA, 2003.

DIAS, Cláudia Augusto. GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/330/252> Acesso em: 25 maio 2013.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras.** São Paulo NUPAUB, 1995.

DIEGUES, A. C. S. **Enciclopédia Caiçara, festas, lendas e mitos caiçaras.** São Paulo: NUPAUB- CEC/ Hucitec. 2006. v.5.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares:** Leituras em Socio-Antropologia Marítima. São Paulo : NUPAUB. 1995.

DINIZ, F. M.; MACLEAN, N; OGAWA, M.; CINTRA, I. H.A. ; BENTZEN, P. The hypervariable domain of the mitochondrial control region in Atlantic spiny lobsters and its potential as a marker for investigating phylogeographical structuring. **Marine Biotechnology.** v.7, 2005.

DUARTE. F. D. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba.** 1978. 276 fl. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1978.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Pesca e Aquicultura.** Disponível em: <<http://www.fao.org>> Acesso em: 2 out. 2010.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Código de conduta para a pesca responsável.** 1995.

FEITOSA, Rommel. 2007. **Pesca da lagosta: Novos desafios.** BOLETIM ELETRÔNICO DA ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS DE PESCA DO ESTADO DO CEARÁ – AEP/CE, 1. Disponível em: <www.peixegordo.com>. Acesso em: 23 maio 2012.

FONTELES FILHO, Antonio Adauto. **Oceanografia, biologia e dinâmica populacional de recursos pesqueiros.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. 464 p.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. **Diagnóstico da cadeia produtiva da lagosta no Estado do Ceará.** CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL - SOBER, 43. Instituições,

eficiência, gestão e contratos no sistema agroindustrial. São Paulo, 2005. Anais... Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER, 2005.

FREEMAN, R.E. **Strategic management: a stakeholder approach**. New York: Basic Books, 1984.

GALDINO, J. W. **A intermediação e os problemas sócio-econômicos no defeso da pesca de lagostas em Redonda, Icapuí (CE)**. 1995. 134f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 1995.

GONÇALVES, Marcos Falcão; VIDAL, Maria de Fátima. **O segmento da pesca marinha na costa nordestina: caracterização e mercado**. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47. 2009. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009. p. 1-15.

HELLEBRANDT, L. *et al.* **Conflitos da pesca artesanal da Tainha na colônia Z-3, (Pelotas – RS) e sua relação com as políticas públicas**. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE OCEANOGRAFIA, 5. Santos/SP, 2011.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Diga não à pesca de lagosta em Marambaia e com compressor**. Brasília: IBAMA/NEA, s.d.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Instrução Normativa, 138/ 2006. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em 24 maio 2012

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Estatpesca**. 2009.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Estatpesca**. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.(Censo Demográfico 2010) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=230535&search=ceara|icapiui>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

ISAAC, V. J. *et al.* **A Pesca Marinha e Estuarina do Brasil no Início do Século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2006.

IVO, Carlos Tacito Côrrea *et al.* **Cadeia Produtiva da Lagosta nas regiões norte e nordeste do Brasil**. Fortaleza: RDS Editora, 2011.

JOHNSON, D. Focus groups. In: ZWEIZIG, D. *et al.* **Tell it! Evaluation sourcebook & training manual**. Madison: SLIS, 1994.

LESSA, Antonio Carlos. 1999. **A Guerra da Lagosta e Outras Guerras: Conflito e Cooperação Nas Relações França-Brasil (1960-1964)**, in *Cena Internacional*, Ano I, Número 1, UNB.

LIMA, M. C. **Comunidades pesqueiras marítimas do Ceará: Território, costumes e conflitos**. São Paulo. 2002. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LITORAL Leste: Icapuí recebe investimentos em segurança e infraestrutura rodoviária. Publicada em 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/8380-litoral-leste-icapui-recebe-investimentos-em-seguranca-e-infraestrutura-rodoviaria>> Acesso em: 14 jun 2013

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política**. In Bursztin, M. (org.) A difícil sustentabilidade - política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

LITTLE, Paul. E. **Etnografia dos conflitos sócio-ambientais: Bases metodológicas e empíricas**. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UNB. (versão preliminar).

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do Mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: CNDCT/CNPq/Museu Paraense E. Goeldi, 1985.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares: Espaço e Indivisão na pesca marítima** 2.ed. São Paulo: Annablume editora, 1994.

MARINHO, Reynaldo Amorim *et al.* **MPL – Movimento dos pescadores sem lagosta**. 2009. Disponível em: < [www. movimento-dos-pescadores-sem-lagosta-mpl.htm](http://www.movimento-dos-pescadores-sem-lagosta-mpl.htm)>. Acesso em: 20 maio 2012.

MATOS, K. S. L; SOFIA, L. V. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001. 144p.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital - a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1985.

MELQUÍADES JR. **Guerra na Terra e no mar de Icapuí**. Diário do Nordeste. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=808101>> Acesso em: 20 dez. 2012.

MINAYO, M.C de Souza. **O desafio do conhecimento Científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2 edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1993.

MORGAN, D. Focus group as qualitative research. **Qualitative Research Methods Series**. 16. London: Sage Publications, 1997.

MOURÃO, F. A. **Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/anexomourao.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2012.

MUNIZ, Túlio de Sousa. As práticas de poder e o potencial adormecido de “turismo vivencial” na comunidade de pescadores de redonda, Icapuí/ceará. **INTERFACE**. Natal/RN, v. 8, n. 1, jan./jun. 2011.

MUNIZ, Túlio de Souza. **O Ouro do mar: Do surgimento da Indústria da Pesca no Brasil à condição do pescador Artesanal no Brasil (1955-2000). Uma narrativa sócio-histórica Marítima.** 2005. 133 fl. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza. Ceará. 2005.

MUNIZ, Túlio de Souza. Uma Guerra que não passa na mídia. **Observatório da Imprensa.** Ed.565. Publicada em 24 nov. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma_guerra_que_nao_passa_na_midia>. Acesso em 24 nov.2012.

NASCIMENTO, Robson Cabral do. **Impactos socioambientais de marambaias para a pesca de lagosta: o caso Ponta Grossa – Icapuí.** 2006. 86f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2006.

PAGAMENTO do seguro defeso a pescadores está disponível no portal da transparência Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/10/10/pagamento-do-seguro-defeso-esta-disponivel-no-portal-da-transparencia/view>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

PAIVA, M. P *et al.* Pescarias experimentais de lagostas com rede de espera no Estado do Ceará (Brasil). **Arq.Estac.Biol.** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v.13, n.2. 1973.

PAIVA, M. P. **Administração Pesqueira no Brasil.** Rio de Janeiro: Interciência., RJ. 2004. 177 p.

PAIVA, M. P. Algunos problemas de la industria lagosteira en el Brasil. **Arq.Estac.Biol.** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v.7, n.2. 1967.

PARANÁ, D. **O Filho do Brasil:** de Luiz Inácio a Lula. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

PENNER. M.E.S. **A Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico.** Belém. 1984. 158f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. 1984.

REED, Mark. S *et al.* 2009. Who's and Why? A typology of stakeholder analysis methods for natural resource management. **Journal of Environmental Management.** Disponível em: <www.elsevier.com/locate/jenvman>. Acesso em: 30 abr. 2012.

RIBEMBOIM , J. Crise de sustentabilidade na pesca da lagosta e do caranguejo no nordeste do Brasil. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL - SOBER, 45, 2007. Londrina,PR, Anais... Brasília: SOBER, 2007. p.2.

ROCKLOFF. S e LOCKIE. S., 2004. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/glossario/ator-social.html>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262. 1993.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

SILVA, Alessandra Cristina da ; FONTELES FILHO, Antônio Aduato. **Avaliação do defeso aplicado à pesca da lagosta no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2011.

SILVA, J. S. A **“Extensão Pesqueira” no Desenvolvimento das Comunidades Litorâneas no Estado do Ceará**. 2003. 180 fl. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Fortaleza., 2003.

SILVA, Maria Cecília Silvestre da. **Organização e autonomia da comunidade de Redonda, Icapuí – CE**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Fortaleza, 2004.

SILVA, S. M. M. C. ; Cavalcante, P. P .L. **Perfil do setor lagosteiro nacional**. Est. Pesca. Brasília: IBAMA, 1994.

SOBREIRO, Thaíssa ; FREITAS, Carlos Eduardo de Carvalho. **Conflitos e Territorialidade no Uso dos Recursos Pesqueiros do médio rio Nilo**. ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade) 4. 2008. Brasília. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro4/ Acesso em 3 mar. 2013.

SPINDOLA, Thelma, SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). In: **Revista da Escola de Enfermagem**. São Paulo: USP, 2003. p. 119-126.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa:Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2.ed. Porto Alegre: Artemed, 2008.

TERRAMAR. **Terra e vida na Zona Costeira do Ceará**: Direito de uso e estratégias de regularização de posses. Fortaleza, 2004.

THEODORO, Suzi H.(org.) **Conflitos e uso sustentável da terra**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TUPINAMBÁ, S. V. **Do tempo da captura à captura do tempo livre – terra e mar: caminhos da sustentabilidade**. 1999. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará.

VEIGA, L. ; GONDIM, S.M.G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**. v.2, n.1, p.1-15.

APÊNDICES

APÊNDICE A
GUIA DE ENTREVISTA

APRESENTAÇÃO:

Esta entrevista tem como objetivo coletar informações para a dissertação de uma aluna do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa procura investigar a natureza, as causas e as conseqüências dos conflitos ocorridos entre pescadores de lagosta no município de Icapuí, no Ceará. Esta entrevista abordará aspectos pertinentes a atividade pesqueira, as motivações e fatos relacionados aos conflitos em torno da pesca da lagosta em Icapuí. A sua participação na pesquisa é voluntária, não sendo preciso responder qualquer pergunta que não se sinta confortável. Caso decida participar desta pesquisa, é importante que responda às perguntas com sinceridade, o que é decisivo para o sucesso desta pesquisa.

DADOS DO RESPONDENTE:

NOME: _____

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO:

Você gostaria de participar desta pesquisa? () Sim () Não

Termo de consentimento: _____

Data: _____

1. SOBRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

1. Como você se tornou pescador e há quanto tempo?

2. SOBRE CONTEXTO DOS CONFLITOS:

2.1 Você estava presente ou ficou sabendo do confronto entre os redondeiros e os mergulhadores do Rio Grande do Norte em 1989?

2.2 .Você lembra como era o relacionamento entre os pescadores desta praia com os demais do município antes desta data?E como está hoje?

2.3 Depois desta data, você lembra de algum outro episódio dessa natureza,aqui no município, que o tenha marcado?

3. SOBRE OUTROS MEMBROS DA CADEIA PRODUTIVA E ARTES DE PESCA UTILIZADAS:

3.1 Quem é(são) o(s) processador(es) quem mantêm relação com os pescadores desta praia.Você acha que eles influenciam de alguma forma esses conflitos?

3.2 Que aparelho você utiliza para pescar ? Por que você utiliza este método; Por que você acha que há grupos que não o utilizam ?

3.3 Na sua opinião, o que você acha que deveria ser feito para pôr fim aos conflitos?

3.4 Você pode indicar alguém de outra praia, que tenha conhecimento sobre o assunto ou tenha participado de algum dos conflitos, para dar mais informações

APÊNDICE B
GUIA DE ENTREVISTA

APRESENTAÇÃO:

Esta entrevista tem como objetivo coletar informações para a dissertação de uma aluna do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa procura investigar a natureza, as causas e as conseqüências dos conflitos ocorridos entre pescadores de lagosta no município de Icapuí, no Ceará. Esta entrevista abordará aspectos pertinentes a atividade pesqueira, as motivações e fatos relacionados aos conflitos em torno da pesca da lagosta em Icapuí. A sua participação na pesquisa é voluntária, não sendo preciso responder qualquer pergunta que não se sinta confortável. Caso decida participar desta pesquisa, é importante que responda às perguntas com sinceridade, o que é decisivo para o sucesso desta pesquisa.

DADOS DO RESPONDENTE:

NOME: _____

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO:

Você gostaria de participar desta pesquisa? () Sim () Não

Termo de consentimento: _____

Data: _____

1. SOBRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO RESPONDENTE:

1.1 Nome da Entidade:

1.2 Qual o papel e área de atuação da sua instituição junto ao setor pesqueiro:

1.3 Em qual departamento/divisão/setor, você trabalha

1.4 Quais suas atribuições na instituição

1.5 Há quanto tempo desempenha esta função

2. SOBRE O NÍVEL DE ENVOLVIMENTO NOS CONFLITOS SÓCIOAMBIENTAIS:

2.1 O(A) senhor(a) já esteve no município de Icapuí:

()sim ()não

2.2 Você acha que existem problemas/conflitos relevantes de ordem socioambiental na pesca da lagosta em Icapuí? Quais?

2.3 Qual a escala de importância desses problemas/conflitos socioambientais da pesca lagosteira no município de Icapuí para o Estado do Ceará:

() muito baixa () baixa () moderada () alta () muito alta

2.4 Qual seu envolvimento com essas questões? (se pesquisa, estuda, elabora projetos, se tem participação na cadeia produtiva)

3. SOBRE O CONTEXTO DO CONFLITO: QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS:

3.1 O(a) senhor(a) tem conhecimento sobre o início dos conflitos no município de Icapuí? E sobre sua evolução?

3.2 Quais são as principais questões consideradas no conflito?

3.3 Quem são os atores sociais afetados significativamente, sejam indivíduos ou grupos?

3.4 Que tipo de relação é estabelecido entre os atores sociais: cooperativas, conflituosas ou intermitentes, fracas ou fortes?

3.5 Como funciona o canal de comunicação entre este órgão/instituição no presente e como era no passado(aproximadamente no final dos anos 80)?

3.6 O que os grupos de atores sociais estão reivindicando na busca pelo atendimento de seus interesses?

4. SOBRE CAUSAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA PESCA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ:

4.1 Na sua opinião, quais as causas estruturais dos conflitos no município de Icapuí?

4.2 É do conhecimento do órgão o desrespeito ao período estabelecido para o defeso da lagosta, denunciado por diversas matérias jornalísticas divulgadas no estado? Qual o posicionamento do órgão/instituição? O(A) senhor(a) acha que este fato contribui para os conflitos em questão?

5. CAPACIDADES PARA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS:

5.1 Qual é o contexto institucional/legal que contribui para o conflito e quais são as alternativas institucional/legal para que o conflito seja resolvido?

5.2 Quais os recursos disponíveis (humano, financeiro...) que a instituição conta para diminuir e/ou fazer cessar o conflito? E no final da década de oitenta, como era a situação?

5.3 Quais atores podem ser identificados como os que impedem e/ou dificultam a resolução dos conflitos? Por que? Acha que eles atuam propositalmente ou inadvertidamente?

6. CENÁRIO FUTURO:

6.1 Qual a atual tendência para o conflito?

OBS: O(a) senhor(a) poderia indicar algum outro componente do órgão, que tenha ciência deste assunto, para ser entrevistado?